

## Um Orçamento para mais desemprego

A Comissão Política do Comité Central do PCP procedeu a uma primeira avaliação do Orçamento do Estado para 1996. Em conferência de imprensa,



Agostinho Lopes divulgou as conclusões dessa análise: «É um Orçamento que mantém as opções e a matriz de classe dos orçamentos elaborados pelos governos do PSD/Cavaco Silva, concretizado em políticas fiscais e despesas sociais não correctoras das profundas desigualdades da distribuição do Rendimento Nacional.»

Pág. 8 e 9

## INTERNACIONAL Desemprego na Alemanha

Mais de 4 milhões de desempregados na Alemanha – um dramático recorde histórico desde a guerra a denunciar a falência das orientações de Maastricht.

Pág. 15

## EM FOCO Observar a Palestina

As circunstâncias em que se realizaram as primeiras eleições em território palestino.

■ Ruben de Carvalho Pág. 18

## TEATRO «Polivalência» e «Flexibilidade»

Se estas coisas da «flexibilização» e da «polivalência» vão por diante, é bom que os jovens, através do ensino do Teatro pensem que, em 4 meses de ensaios podem vir a trabalhar 10 horas num dia e 6 noutro e não saberão em que dia calha a folga...

■ Morais e Castro Pág. 23

## SEABRA DINIZ A Obra e o Homem

À memória do camarada e amigo, médico psiquiatra, escritor e publicista, falecido em Janeiro passado.

■ António Esteves Pág. 22

# Avante!

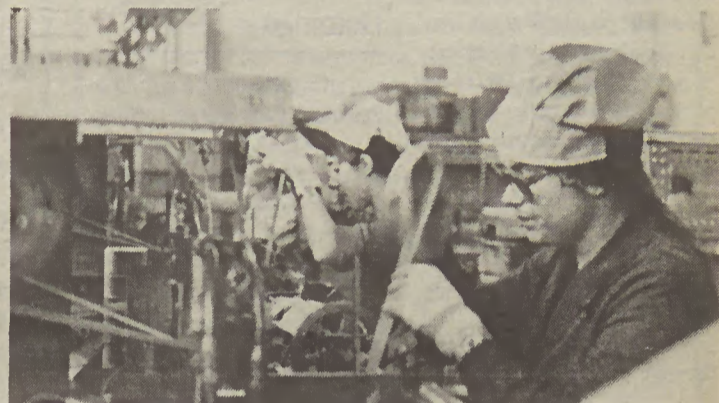
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1160 • Director: Carlos Brito

## Concertação Social

# A lei da selva

«Hoje existe já alguma flexibilidade e polivalência, nuns casos imposta, noutros casos negociada com contrapartidas. Mas o objectivo do patronato é sempre intensificar a exploração, aumentar os ritmos de laboração e liquidar postos de trabalho», diz ao «Avante!» o dirigente sindical José Ernesto Cartaxo, a propósito do acordo repudiado pela CGTP, saudado pelo patronato e aceite pela UGT. «É esta a prática patronal de aplicação da flexibilidade e da polivalência. Basta olhar para a evolução do desemprego – 451 800 trabalhadores registados no



IEFP, um número nunca antes atingido – para se concluir que, se o patronato viesse a dispor destes instrumentos, o desemprego e a precariedade aumentariam muito mais.»

Págs. 5, 6 e 7

## O escândalo continua Governo impede recuperação do Barreiro

■ Henrique Custódio  
Centrais



Para grande surpresa da Câmara Municipal do Barreiro, o Governo chumbou sem explicações a sua candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana maioritariamente financiado por fundos comunitários que, no seu caso, iria requalificar o centro histórico da cidade por apenas 717 mil contos, quantia modesta no quadro dos muitos milhões de contos em movimento neste Programa.





SEMANA

Há mais pobres

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem, segundo divulgou a imprensa, socorrido um número cada vez maior de pobres - nada menos que 7 mil mendigos no ano que passou. O próprio Secretário de Estado da Reinserção Social admitiu que poderá haver cerca de 7 mil sem-abrigo na zona da capital.

Entretanto, um relatório oficial recentemente tornado público, revela que cerca de 30 mil crian-

ças sofrem maus tratos, e que o suicídio vem em 3º lugar como causa da morte no grupo etário dos 10 aos 20 anos.

Números que dão bem a ideia da crise social que o País atravessa, e que tem os seus responsáveis. Para estes, os números são outros, e melhores. Por exemplo: mais de 100 empresas já foram privatizadas em Portugal e renderam nada menos de 1300 milhões de contos.



Elia Kazan

Durante muitos anos, só os filmes responderam por ele à questão quente que se ia colocando - por que teria este realizador americano denunciado colegas seus aos investigadores dos processos do maccartismo? Deixou aqui e ali

sinais de justificação, senão de arrependimento. Em fim de carreira, com 86 anos, sobe-lhe a arrogância às palavras e vem agora dizer que "não está arrependido".

Quem assim faz é Elia Kazan. Durante muitos anos, perante

os seus silêncios se quis ver algum remorso. Elia Kazan acaba de apagar, no Festival de Berlim, essa imagem que cinquenta anos puderam desenhar, avivando brutalmente a outra, a do denunciante. Kazan, que deu à polícia o

nome de oito colegas, afirma hoje: "Não foi um erro. Fui membro do Partido Comunista durante ano e meio, não gostei do que vi e disse o que pensava." Enganou-se na resposta. É que a pergunta era sobre as razões de ser bufo.

Prudentes receitas

O Ministro das Finanças enviou ao Parlamento um texto, que veio já a ser discutido na Comissão de Economia, em que prevê a recuperação fiscal de alguns milhões de contos que andavam a fazer falta. São mais 45 milhões de contos - no total de 600 milhões de dívidas aos IRS, IRC e IVA -, mais 20 milhões em resultado de acções de prevenção e fiscalização, e outros 16 milhões em consequência de "melhoria de procedimentos". Soma-se desse modo mais de 82 milhões de contos, nesta aparente "eficiência fiscal". Esta operação de Sousa Franco surge entretanto no prosseguimento da acção de Catroga, de que se assume como 2ª fase. Octávio Teixeira, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, classificou a estimativa de receita apresentada pelo OE como "extremamente prudente".

A saída de Queiroz

No desporto, a notícia da semana consistiu no facto de Carlos Queiroz haver sido, finalmente, despedido do cargo de treinador do Sporting. Não se trata apenas de mais um despedimento de um qualquer profissional, na voragem das privatizações. Fala-se mesmo em mais de cem mil contos de indemnização, se não tiver sido amigável a rescisão do contrato. Nem o Sporting é uma empresa a encerrar as portas, embora o futebol ande muito por baixo. Mas as analogias entre o futebol e a política não páram aqui. Em certo futebol, como em certa política, o dito é para ser desdito, os compromissos para não se assumirem, os lugares para se negociarem entre quem der mais confiança. E se de um partido se pode passar a um clube, não está provado que o inverso não venha a mostrar-se verdadeiro.

New Hampshire

Muita gente conhece - e muita que desconhece - o complexo sistema eleitoral americano, construído para arredar do voto milhões de eleitores e deixando a uns poucos a decisão de eleger. Tudo começa, nas presidenciais, muitos meses antes, com a apresentação dos candidatos vários de cada partido às "primárias". Mas há ainda um passo mais primário ou primeiro. É que é preciso que, nessa



"volta" das presidenciais, a questão seja decidida em New Hampshire. Desde há 44 anos que aí, nesse pequeno estado, quase sempre se decidiu tudo. A excepção foi Bill Clinton, que, derrotado pelo seu rival de partido, beneficiou da falta de saúde de Paul Tsongas e acabou por ser o escolhido dos democratas para concorrer à Casa Branca. Desta vez, Clinton vai sozinho.

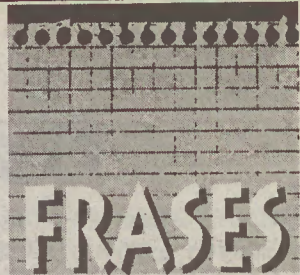
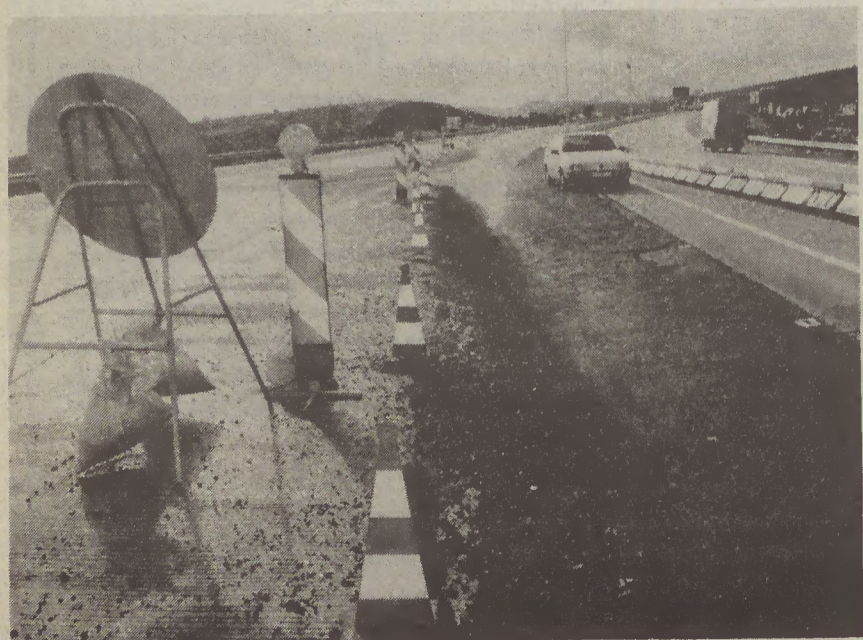


Governo recua

As dificuldades que têm surgido no interior do Partido Socialista, com protestos públicos quanto à distribuição de cargos e também quanto a algumas das políticas anunciadas, juntando-se à

preocupação de fazer passar o Orçamento de Estado - que António Guterres classifica de aceitável pelas oposições - tem levado a alguns recuos por parte do Executivo. É assim que o minis-

tro João Cravinho, por exemplo, vem agora anunciar a apresentação, já para Outubro, de um novo Plano Rodoviário Nacional, prevenindo a construção de novas auto-estradas.



"Governo seguiu o meu plano de privatizações."

(Eduardo Catroga, ex-Ministro das Finanças - «Expresso-Privado», 17.02.96)

"(...) eventualmente seguir-se-á uma política de alienação por lotes. Por exemplo, quem comprar a EDP deverá também levar a CP."

(Sousa Franco, Ministro das Finanças, com economistas do Porto, em debate sobre o Orçamento 96 - «Expresso-Privado», 17.02.96)

"Mais do que isto, só Deus Nosso Senhor."

(Idem, citado em «Público», 16.02.96)

"Temos de pôr o país a funcionar. O Governo está a começar e temos de o deixar governar e dar-lhe o apoio necessário para desempenhar esta tarefa."

(Ludgero Marques, Presidente da AIP - «Expresso-Privado», 17.02.96)

"Parece-nos muito positiva a opção do Governo de alargar para além das expectativas a lista de empresas a privatizar. Também nos parece positivo que se ceda ligeiramente àquilo que estava previsto em termos de redução do défice do Orçamento de Estado."

(Ferraz da Costa, Presidente da CIP - «Diário Económico», 17.02.96)

"Não nos passa pela cabeça que guerras partidárias ponham em causa a necessidade de haver estabilidade na governação."

(Idem - «O Independente», 16.02.96)

"O presidente da CIP tornou-se numa das peças essenciais para que o Orçamento de Estado tenha luz verde. Para além de ter sido um dos artífices do êxito do acordo de concertação social, Ferraz da Costa é agora o "fiador" de Manuel Monteiro para o PP deixar o Orçamento passar."

(«A Semana Política» - «Público», 17.02.96)

"Pedro Ferraz da Costa tem uma persistência, uma pertinácia, na defesa deste Orçamento. O que faz dele, de facto, um virtual embaixador potencial do Governo socialista junto dos parceiros económico-sociais, mas sobretudo dos partidos sensíveis a alguns parceiros económico-sociais. Portanto, vamos dar-lhe 16 valores, uma vez mais."

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Exame / TSF / Diário de Notícias», 19.02.96)

"(...) a escolha de uma convenção de companhias de seguros para o professor Sousa Franco emitir este sinal contraditório (próxima nomeação de uma comissão governamental para reformar o sistema de segurança social) com o dos seus colegas não deixa de ser estranha. Com efeito, isto só pode inquietar aqueles que, como eu, receiam que a actual campanha contra o Estado-providência seja um trampolim para prosseguir a privatização daquilo que é, porventura, o bem público mais precioso das democracias modernas, a saber, os direitos sociais dos cidadãos."

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 19.02.96)

"A SIC é o país, reflecte-o."

(Emídio Rangel - «TV Mais», 16.02.96)

## TRABALHADORES

José Ernesto Cartaxo alerta:

# O pacote da Concertação agravaria a lei da selva

Como membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, onde responde pelo pelouro da acção reivindicativa, José Ernesto Cartaxo acompanhou de perto todo o processo que culminou com a assinatura, dia 24 de Janeiro, do «acordo de concertação social de curto prazo».

Engendrado pelo Governo, saudado com satisfação pelas confederações patronais, aceite sem um ai pela UGT e vivamente repudiado pela Intersindical Nacional, o acordo ainda precisa de ser convertido em lei para deixar de ser apenas uma declaração de intenções. Na sequência de anteriores abordagens, o «Avante!» conversou com José Ernesto Cartaxo acerca dessas intenções, traduzidas em palavras como flexibilização dos horários e polivalência

**José Ernesto Cartaxo:** O texto do acordo diz que estas medidas se destinam a criar empregos, mas fica-se pela afirmação, não faz nenhuma referência à forma como vão ser criados empregos.

Ao longo dos anos, temos assistido a uma continuada ofensiva no sentido de flexibilizar e desregulamentar as relações de trabalho. Isso verificou-se na sequência do Acordo Económico e Social de 1990, com a revisão de leis

não é o caminho para criar mais empregos, ao contrário, iria criar mais desemprego, mais precariedade e não iria aumentar a competitividade das empresas.

**«Avante!»: Em Portugal há maior rigidez nas relações laborais do que noutros países, nomeadamente da União Europeia?**

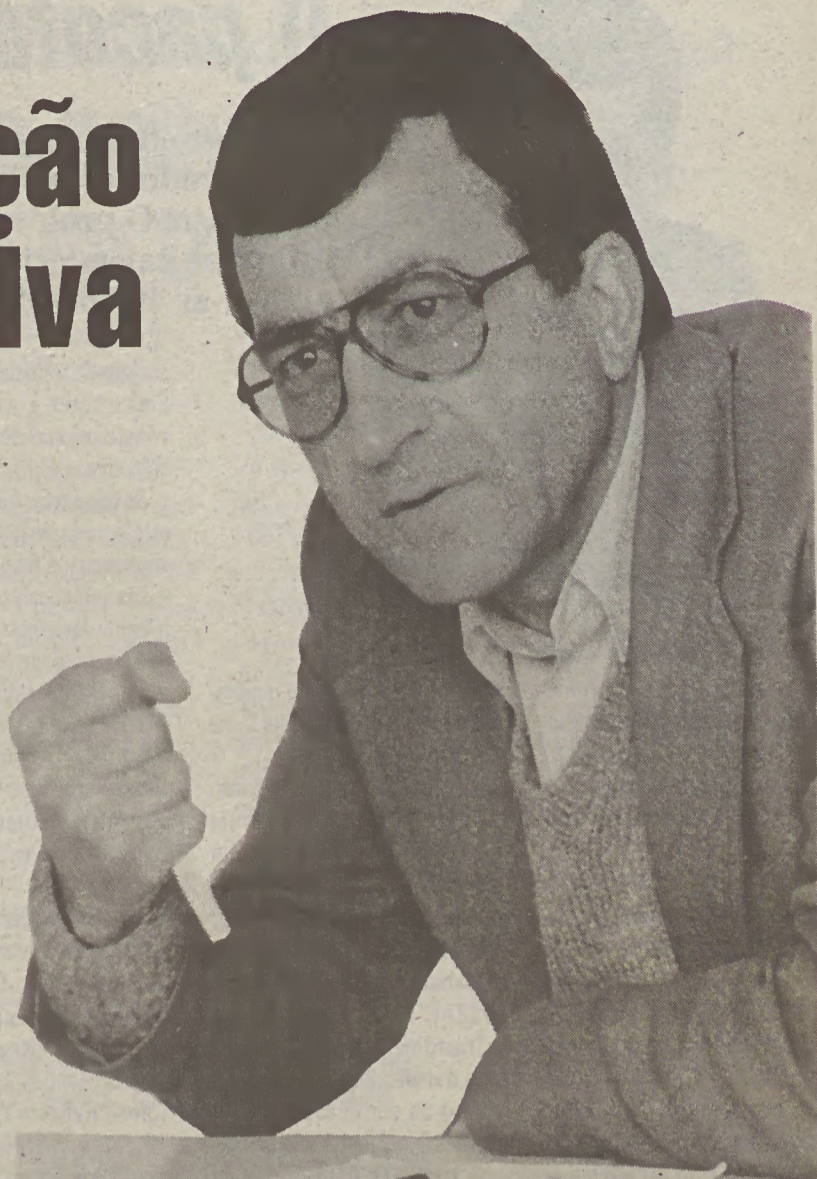
**José Ernesto Cartaxo:** Hoje existe já alguma flexibilidade e polivalência, nuns casos imposta, noutros casos negociada com contrapartidas. Mas o objectivo do patronato é sempre intensificar a exploração, aumentar os ritmos de laboração e liquidar postos de trabalho. É esta a prática patronal de aplicação da flexibilidade e da polivalência. Basta olhar para a evolução do desemprego — 451800 trabalhadores registados no IEFP, um número nunca antes atingido — para se concluir que, se o patronato viesse a dispor destes instrumentos, o desemprego e a precariedade aumentariam muito mais.

As dificuldades das empresas não resultam do dinheiro que

gastam com salários, não resultam das condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Se isto fosse o mais importante para a competitividade, as empresas portuguesas eram as mais competitivas da Europa: pagam os salários mais baixos, têm horários mais longos, os direitos são menos respeitados, há até organismos internacionais que consideram Portugal como o país onde há maior flexibilidade, onde há maior mobilidade da mão-de-obra.

**«Avante!»: Pode-se, então, criar emprego sem medidas como estas?**

**José Ernesto Cartaxo:** A redução do horário de trabalho, por exemplo, é um dos factores



“As dificuldades das empresas não resultam do dinheiro que gastam com salários”

de funções profissionais, e do combate que o movimento sindical unitário e os trabalhadores estão a travar para lhes cortar o passo.

**«Avante!»: Tendo em conta a realidade das empresas portuguesas, há assim tanta necessidade de maior polivalência e flexibilidade, que até justifique querer impô-las por via legal?**

como os contratos a prazo, o período experimental e uma série de outros — também com o pretexto de que assim se criaria postos de trabalho. Mas a vida tem demonstrado que os postos de trabalho não se criam com a desregulamentação nem com a flexibilização.

Também a adaptabilidade que surge no acordo de 1996

“Há casos concretos onde os trabalhadores negociaram problemas relativos à organização do trabalho. O patronato sempre recusou a redução dos horários”

que contribui para a criação de postos de trabalho. Na CP, há dias, conseguiu-se reduzir o horário das guardas de passagem de nível, na Linha do Norte, de 60 para 40 horas semanais;

isto implica que a empresa tenha que criar mais 150 postos de trabalho.

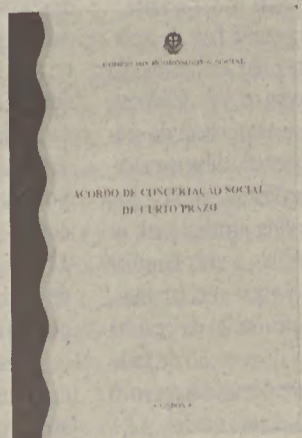
## Esclarecimento complementar ignorado

Uma «declaração interpretativa conjunta» foi curiosamente ignorada na brochura oficial que reproduz o texto do acordo...

O «acordo de concertação social de curto prazo» estende-se ao longo de 8 capítulos e três dezenas de páginas, com orientações sobre salários, emprego, relações laborais, política fiscal e Segurança Social, para o período de um ano. Aquelas expressões surgem no quarto capítulo, referente à política de relações laborais.

### Horas do patrão

Depois de constatar que o calendário de redução da semana de trabalho para 40 horas, estabelecido no acordo de 1990, não foi cumprido em muitos sectores e empresas, considera-se que ela deverá ser concretizada por via legislativa. Logo de seguida, é dada uma recompensa ao patronato que inviabilizou a redução dos horários nestes 5 anos: o acordo diz que, seis meses depois da publicação do diploma legal, terá lugar uma redução de duas horas (ou seja, chegam às 40 horas os horários de 41 ou 42 horas, diminuem duas horas os que excedem estes limites); ao fim de um ano sobre a publicação da lei, diminuem os restantes, generalizando-se assim a semana de 40 horas. Ficam excluídos os sectores ou empresas em que tenha sido acordado um calendário mais rápido.



Aqui, surge a primeira explicação: «As reduções convencionais e legais definem períodos de trabalho efectivo, ou seja, excluindo todas as interrupções de actividade, resultantes da aplicação de acordos, de normas das convenções ou da lei, e que impliquem a paragem do posto de trabalho ou a substituição do trabalhador. Por via de acordo ou de negociação colectiva será definida a manutenção ou eliminação de tais interrupções.»

Quer isto dizer que as pausas de 10 ou 15 minutos, praticadas habitualmente em muitas empresas a meio de cada período de trabalho, passariam a ser descontadas. Assim, numa empresa onde hoje são praticadas 42 horas, que incluem 30 minutos diários de pausas, a redução faria com que o pessoal tivesse que trabalhar mais 30 minutos por semana, para compensar as pausas (30 minutos x 5 dias = 2h 30m)!

De seguida, o acordo estabelece os princípios que deverão presidir à redução para as 40 horas:

1 - «A duração normal do trabalho é definida em termos médios, com um período de referência de 4 meses»;

2 - «O período normal de trabalho em cada dia pode ser superior em 2 horas ao limite máximo consagrado, não podendo ultrapassar, num dia, 10 horas»; os limites semanais poderão ir até 45 ou 50 horas (conforme o horário normal em 1995).

É isto a flexibilização dos horários de trabalho.

### Polivalência

Umhas linhas mais à frente, vem outra importante explicação sobre a polivalência, rezando que «em articulação com a forma-

ção e valorização profissional, será legalmente consagrado um princípio de polivalência: o objecto do contrato de trabalho abrange as actividades para as quais o trabalhador está qualificado e ao alcance das suas capacidades, e que tenham afinidade ou ligação funcional com as que correspondam à sua função normal, ainda que não compreendidas na definição da categoria inerente».

Quem sabe se por pruridos de consciência, se por reflexões suscitadas por uma apreciação mais a frio em noite de insónias, quis o Governo acrescentar aqui que «o ajustamento deste princípio, a nível sectorial ou de empresa, será feito por negociação colectiva». Só que os patrões, naquela curta manhã de 24 de Janeiro, acharam que isto não estava lá muito claro, protestaram, propuseram, reclamaram... Como o tempo continuava a passar e a hora da pomposa subscrição em público estava a chegar a todo o vapor, os parceiros encontraram uma forma de arrumar o assunto: fizeram uma «Declaração Interpretativa Conjunta».

Assim, o acordo ganhou mais outra página, para uma explicação complementar em três pontos: «1. O princípio da polivalência será consagrado na lei e tem validade e eficácia a partir da entrada em vigor desta. 2. O ajustamento, a nível de sector e empresa, existirá ou não, se necessário ou não, sem que isso condicione a eficácia do princípio. 3. A haver regulamentação (ajustamento) do princípio, ela será feita por negociação selectiva.»

Não se sabe se houve novos pruridos de consciência, ou se nova noite de insónias proporcionou nova reflexão e a conclusão de que, se mal estava o soneto, pior ficou a emenda. O certo é que a brochura editada com o texto do acordo não inclui esta última explicação.

## TRABALHADORES

## O pacote da Concertação agravaria a

«O PS tinha compromissos já assumidos com o patronato. O problema não estava no calendário para aplicar as 40 horas»



«Avante!»: O acordo começa, precisamente, por anunciar a redução da semana de trabalho para 40 horas. Mas a CGTP não o subscreveu. Porquê?

José Ernesto Cartaxo: Julgo que ninguém de boa-fé e suficientemente informado pode pôr em causa o empenhamento da CGTP e dos seus sindicatos na batalha pela redução do horário de trabalho. Não seríamos nós, que apoiámos e estimulámos todas as lutas dos trabalhadores pela diminuição do tempo de

trabalho, a impedir que o máximo de 40 horas semanais fosse estipulado por lei.

O problema é que o acordo que nos propuseram aponta para a publicação de uma lei que viria satisfazer uma reivindicação antiga do patronato: poder dispor unilateral e discricionariamente da vida do trabalhador. Sem pagar horas extraordinárias, seria possível ter o trabalhador mais tempo ao dispor da empresa, podendo fazer dele pau para toda a obra.

A pretexto da redução da

semana de trabalho faz-se ainda uma afronta grave ao direito constitucional de contratação colectiva.

Se fosse transformado em lei, este acordo viria desequilibrar ainda mais, a favor do patronato, as relações de trabalho no interior das empresas. Se hoje, na generalidade das empresas, já impera a lei da selva — os direitos de cidadania dos trabalhadores ficam à porta da empresa, os direitos sindicais não são respeitados —, esse desequilíbrio iria agravar-se ainda mais.

«Avante!»: Só que, finalmente, Portugal vai deixar de ser o único País da União Europeia onde a semana normal de trabalho ultrapassa as 40 horas.

José Ernesto Cartaxo: Há um calendário para isso no acordo, mas já em 1990 tinham

assinado outro acordo que também previa um calendário com o objectivo de chegar às 40 horas em 5 anos.

Por outro lado, convém não esquecer que a flexibilidade prevista permite que o horário chegue até às 50 horas semanais.

«Avante!»: Este acordo é até justificado com o facto de que esse Acordo Económico e Social de 1990 não foi cumprido.

José Ernesto Cartaxo: E até querem responsabilizar a CGTP por isso, uma vez que não teria aceite a flexibilidade e a polivalência na contratação colectiva, o que é duplamente falso.

Primeiro, o acordo de 1990 não previa a imposição por lei da flexibilidade e nada estabelecia sobre polivalência; o acordo deste ano vai mais longe e premeia o comportamento do patronato, beneficia o infractor.

A CGTP, que não subscreveu o acordo em 1990, tem diversos casos concretos onde os sindicatos e os trabalhadores discutiram e negociaram problemas concretos relativos à organização do trabalho e dos horários. O patronato sempre recusou a

redução dos horários de trabalho na contratação colectiva.

O acordo de 24 de Janeiro tem também a agravante de pretender ter efeitos retroactivos. As intenções nele contidas apontam para a flexibilidade imposta aos trabalhadores que ainda têm horários superiores a 40 horas e também a todos aqueles que viram os horários reduzidos desde 1990. Mas a filosofia subjacente é que mais tarde nenhum trabalhador escaparia.

«Avante!»: Então a recusa da CGTP não teve a ver com o facto de mais uma vez ser adiada a instituição legal da semana de 40 horas?

José Ernesto Cartaxo: O calendário de aplicação das 40 horas semanais nunca foi, para a CGTP, uma questão de fundo, embora já devesse estar em vigor este horário máximo legal em 1995.

Não é compreensível o comportamento do poder político nesta questão. Em 1993, o Partido Socialista apresentou um projecto de lei na AR em que apontava para as 40 horas na altura. Em Junho de 1995, o

Partido Socialista votou favoravelmente o projecto de lei do PCP para as 40 horas. É incompreensível que, depois das eleições, no dia 17 de Janeiro, o PS tenha votado contra o mesmo projecto que meses antes tinha apoiado; nem sequer aceitou aprovar o projecto na generalidade, com possibilidades de lhe introduzir alterações na especialidade para contemplar o que resultasse da Concertação.

«Avante!»: O que poderia ter provocado esta mudança no PS?

José Ernesto Cartaxo: O que está à vista é que o PS tinha compromissos já assumidos com o patronato. Na proposta que o secretário de Estado do Emprego apresentou em nome do Governo, na primeira reunião do grupo de trabalho da Concertação, a 3 e 4 de Janeiro, ficou clara a tentativa de impor por lei aquilo que o patronato não tinha conseguido na contratação. Depois do dia 17 de Janeiro, ficou a perceber-se melhor que o compromisso era impor por lei a flexibilidade e a polivalência, a pretexto da redução do horário.

## Os trabalhadores têm mesmo uma palavra a dizer

«Avante!»: A CGTP tem colocado particular ênfase na afirmação de que o acordo ainda não é lei. Conhecendo a composição da Assembleia da República e as posições dos diferentes partidos relativamente ao «acordo de concertação social de curto prazo», há alguma possibilidade de ser atingido o objectivo que a central colocou e impedir que os aspectos mais gravosos do acordo tenham consagração legal?

José Ernesto Cartaxo: Parece que querem continuar a tratar como uma farsa o exercício do direito constitucional dos trabalhadores a participarem na elaboração de legislação labo-

ral. A prática dos governos de Cavaco Silva e do PSD foi nunca levar em consideração os pronunciamentos das organizações sindicais. Na discussão pública do diploma votado a 17 de Janeiro houve mais de cinco centenas de organizações sindicais e comissões de trabalhadores que se pronunciaram, todas elas, favoravelmente à aprovação do projecto de lei. Mas as bancadas que votaram contra o projecto voltaram a não ter em conta estas posições.

O acordo não é lei, é um conjunto de intenções que correspondem às aspirações patronais e visa consagrá-las em lei. Há todo um processo que tem que decorrer e, até ao momento

da publicação de uma eventual lei, os trabalhadores têm uma palavra a dizer.

O Governo comprometeu-se a apresentar uma proposta de lei até ao final de Fevereiro. Depois de dar entrada na AR, essa proposta tem que ser objecto de discussão pública durante 30 dias, período em que têm direito a pronunciar-se, por imposição constitucional, as organizações de trabalhadores e só estas. A proposta tem ainda, na AR, que ser votada na generalidade, baixar à discussão na especialidade e ser votada na especialidade.

Enquanto decorrem os trâmites do processo legislativo, os trabalhadores

e o movimento sindical não vão ficar de braços cruzados.

«Avante!»: Já estão marcadas algumas acções?

José Ernesto Cartaxo: Estamos a desencadear um grande trabalho de esclarecimento e de mobilização para a luta. Fizemos já plenários de activistas e dirigentes sindicais por todo o País, com cerca de dois mil participantes no total, e foi unânime a indignação e a revolta contra o conteúdo do acordo, tal como foi unânime o apoio à decisão da CGTP de não o assinar.

Entramos agora numa fase de realização de plenários nas empresas, de contacto directo com os trabalhadores, por forma a que se apercebam da gravidade das intenções contidas no acordo e das implicações que teria a sua aplicação para a vida profissional, as condições de trabalho, a vida familiar e social. Por aquilo que constatamos, há de facto a confirmação da revolta generalizada e da disposição de tudo fazer para que este conteúdo gravoso não venha a ser expresso em lei.

Nesta perspectiva, já estão apontadas algumas acções, que procuramos conjugar para a primeira quinzena de Março. Em concreto, para dia 7 de Março já está marcada uma jornada de luta no sector dos transportes, cujos contornos vão ser definidos esta semana em plenários. O sector da metalurgia também está a mobilizar para dia 7 uma acção. A construção civil tem marcadas iniciativas para a semana de 4 a 8 de Março, que podem assumir a forma de paralisação no dia 7. Na administração pública está a correr um abaixo-assinado contra os valores definidos para os aumentos salariais no sector e para que o índice 100 seja igual ao salário mínimo nacional. Isto são os elementos de que agora dispo-

mos, mas com o esclarecimento que estamos a fazer julgamos que será possível conjugar todas estas acções de forma a contrariar as aspirações patronais, a que o Governo se compromete a dar expressão em lei.

«Avante!»: Que dimensões poderão atingir as formas de protesto?

José Ernesto Cartaxo: Neste quadro e com a perspectiva, que se abre, da disponibilidade dos trabalhadores para lutar, estamos convencidos de que o poder político não poderá ser insensível a toda esta movimentação e terá que pensar duas vezes.

Não é nossa prática lutar apenas por lutar. O movimento sindical e os trabalhadores tiveram um papel muito importante na denúncia da política dos governos PSD/Cavaco Silva, votaram contra essa política a 1 de Outubro e a 14 de Janeiro, o sentido do seu voto foi de mudança e há expectativas que não podem ser frustradas.

Tivemos oportunidade, sobretudo nas últimas reuniões da Concertação, quando vimos que o Governo persistia em ceder às exigências patronais, de alertar para os perigos das medidas que estavam a preparar. Prevenimos que esta é uma matéria explosiva, que vai causar uma revolta generalizada; impor por via legislativa a flexibilidade e a polivalência é o mesmo que mandar pólvora para o interior das empresas. A nossa proposta era que estas questões fossem remetidas para a negociação colectiva, de modo a ver no concreto, em cada empresa e cada sector, até onde seria possível ir e quais as contrapartidas.

O processo está a decorrer, ainda vai correr muita água debaixo das pontes, os trabalhadores não deixarão de reagir e o poder político vai ter que pensar duas vezes antes de pôr isto no ar.



## TRABALHADORES

## lei da selva

Aqui é que batia o ponto: o problema não estava no calendário e na necessidade de mais um período de adaptação para as empresas aplicarem as 40

horas! E o que nós deixámos claro desde o início deste processo foi que não aceitaríamos a imposição por lei da flexibilidade e da polivalência.



## Interpretações já conhecidas

Passado menos de um mês sobre a data da assinatura do acordo, são já conhecidas algumas intenções e práticas, aqui ilustradas em dois exemplos.

No princípio de Fevereiro, uma empresa de construção de Águeda (Coutinho e Coutinho) distribuiu uma circular onde anunciava, entre outras medidas, que «não há mais horas extraordinárias, nem durante a semana, nem ao fim-de-semana». Ressalvando como única excepção o domingo, explicava «como vamos fazer, então, as obras»: «trabalhando 42 horas semanais e, nos casos em que a obra obrigar à sua realização, a solução é trocarmos as horas extraordinárias por períodos de repouso, a gozar no final da obra ou em épocas a acordar»; para esta troca, adianta a circular, uma hora extra durante a semana vale 1,5 horas de repouso, enquanto ao fim-de-semana uma hora extra vale 2 horas de repouso.

Mais adiante determina-se que «não havendo trabalho, os trabalhadores entram automaticamente em repouso. E das duas uma: ou têm períodos de repouso a gozar pela realização anterior de horas extraordinárias, ou não têm. Se tiverem, gozam-nas nessa altura, se não tiverem, gozam férias ou acumulam horas de repouso, a compensar por horas extraordinárias futuras».

Outro exemplo vem do transporte rodoviário de passageiros, cuja associação patronal (Antróp), na sua proposta de revisão da contratação colectiva, confessa assim o que gostaria de ver como regra:

1. «O período normal de trabalho será de 40 horas semanais, não podendo ser superior a dez horas diárias nem 50 horas semanais.»

2. «O cômputo do trabalho normal, ressalvado o limite máximo diário e semanal referido no nº 1, será equivalente a 8 horas/dia multiplicado pelo número de dias úteis contados em 4 meses.» Feitas as contas, num exemplo de 4 meses com 22 dias úteis cada, a Antróp conclui que «é trabalho extraordinário o que exceder as 704 horas no período considerado, bem como as 10 horas diárias ou 50 semanais».

3. «O período de descanso para refeições ou quebra do tempo de condução não será inferior a uma hora nem a trinta minutos, respectivamente, nem superior a 4 horas».

4. «No caso de não ser utilizado o tempo máximo de descanso durante o período de refeição, poderão efectuar-se outros intervalos, antes ou depois, fixados em escala, até atingir-se o limite máximo fixado no número anterior».

Isto sucede num momento em que a flexibilidade ainda não tem qualquer força de lei. Não é certamente necessário um esforço supremo de imaginação para adivinhar o que fariam os patrões portugueses com a lei do seu lado.

Metalúrgica Sarotos condenada em Braga  
Tentação da polivalência não passou no tribunal

A gerência despediu ilegalmente oito trabalhadores que se recusaram a executar tarefas não incluídas na sua categoria profissional.

Em Março do ano passado, a metalúrgica Sarotos decidiu despedir oito torneiros mecânicos que se recusaram a executar tarefas da área do controlo de qualidade. Na semana passada, o Sindicato dos Metalúrgicos de Braga e as estruturas representativas dos trabalhadores da empresa anunciaram que a Sarotos foi condenada em tribunal, pelo que um operário vai receber uma indemnização e os outros sete vão ser reintegrados.

«O despedimento foi abusivo, por a empresa tentar praticar a polivalência, obrigando os trabalhadores a executarem tarefas que não estavam entre as suas atribuições, e ilegal» - comentaram dirigentes das ORTs e do sindicato. Em declarações ao «Correio do Minho» do passado sábado, Celestino e Manuel da Silva regozijaram-se por ter sido feita justiça e consideraram que esta decisão do Tribunal de Trabalho é também uma vitória para a empresa, já que pode vol-

tar a contar com aqueles trabalhadores para obter melhores resultados.

Ao avançar com os processos disciplinares e os despedimentos, a gerência da Sarotos «causou à empresa enormes prejuízos, avaliados em várias dezenas de milhares de contos», acusa-se num comunicado sindical divulgado sexta-feira. Os prejuízos são mesmo discriminados em 4 pontos: dívidas ao Estado, que colocaram em risco um acordo feito com a Segurança Social; retenção das contribuições descontadas aos trabalhadores; despesas inerentes ao despedimento

abusivo; e uma baixa de produção originada por este despedimento.

A Sarotos, refere o «Correio do Minho», tem 96 anos de existência, ocupa cerca de 120 pessoas e «está instalada numa zona da cidade que os trabalhadores dizem estar a ser muito cobiçada, dada a sua situação privilegiada». Os dirigentes das ORTs e do sindicato manifestaram ao jornal a sua preocupação perante a possibilidade de a administração da empresa decidir recorrer da sentença, o que adiaria por muito tempo a reintegração dos despedidos.

## Acordo no Ensino Superior mostra importância da luta

O Governo e a Plataforma Reivindicativa Comum do Ensino Superior chegaram a acordo quanto à revalorização salarial das carreiras docentes, a qual se inicia agora e deverá realizar-se ao longo de quatro anos. Ao anunciar o resultado, no dia 14, a PRC - que integra os sindicatos da Fenprof, o Snesup e o Sindep - considerou que «este acordo é positivo e cria condições para que se possa chegar a resultados também positivos no processo de revisão dos estatutos de carreira».

Referindo que «houve vontade de ambas as partes para chegar a um acordo», a Plataforma especifica: «O Governo foi sensível à vontade expressa pelo movimento reivindicativo dos docentes do Ensino Superior, que se manifestou vigorosamente nas gre-

ves de Junho/Julho, e a PRC foi, pelo seu lado, sensível às dificuldades financeiras que o Governo lhe apresentou».

A PRC exige que o acordo seja aplicado de imediato à carreira de investigação.

No comunicado de imprensa divulgado pela Plataforma do Superior regista-se que o Governo se manifestou «ciente da desvalorização» das carreiras docentes nas universidades e institutos, e assumiu como objectivo, a atingir até 1999, «colocar, em termos remuneratórios, as carreiras docentes do Ensino Superior em posição cimeira entre as carreiras mais valorizadas, tanto no topo como na base, dos corpos especiais da Administração Pública, com iguais qualificações e regime idêntico ou similar de prestação de serviços».

É dirigida uma saudação a «todos os docentes que participaram, pela sua acção e pelo seu apoio, no movimento reivindicativo do Ensino Superior e que demonstraram, em conjunto com as organizações sindicais da Plataforma e as Comissões de Docentes e Investigadores, a importância da unidade, da mobilização e da luta para a obtenção de resultados positivos nas negociações».

## PRT para as IPSS

O secretário de Estado do Trabalho disse à Fenprof que vai mandar para publicação uma Portaria de Regulamentação de Trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para as quais

vigora há 10 anos uma PRT desactualizada.

A Federação Nacional dos Professores afirma, num comunicado de imprensa do seu Secretariado Nacional, esperar que o diploma «venha fazer justiça aos cerca de 35 mil trabalhadores do sector, que durante este tempo lutaram por uma nova regulamentação do trabalho»; recorda as grandes reivindicações do pessoal das IPSS: horário máximo de 40 horas semanais, carreiras profissionais mais adequadas à presente realidade, remuneração condigna do trabalho realizado.

«Saída a PRT, a Fenprof elaborará e apresentará propostas à União das IPSS para negociação, de forma a que a regulamentação de trabalho não se mantenha sem alteração outros dez anos», conclui o comunicado.

## Ferroviários conseguem aumentos de 6,7%

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses chegou sexta-feira a acordo com o conselho de gerência da CP, subscrevendo um acordo salarial para 1996 que garante um crescimento global de 6,7 por cento da tabela salarial e outras cláusulas de expressão pecuniária.

A gerência da CP compromete-se ainda a reabrir o processo de negociação do Regulamento de Carreiras profissionais, a partir de 1 de Julho próximo, e a reduzir para 8 horas diárias, de forma faseada e até ao fim do ano, o horário de trabalho das guardas de passagem de nível.

Na sequência deste acordo, a FSTFP/CGTP-IN suspendeu as greves dos trabalhadores de estação e guardas de passagem de nível.

## Desmembrar não é solução

Afirma a federação que «com a assinatura deste acordo ficam criadas as condições para, num clima de paz social, se desenvolver um amplo debate sobre a problemática do caminho-de-ferro, com o envolvimento das estruturas representativas dos trabalha-

dores, do Governo e doutro parceiros interessados». Defendendo a necessidade de tal diálogo, a nota de imprensa da comissão executiva da FSTFP manifesta o seu repúdio pelo facto de o Governo estar a «anunciar medidas que irão ter forte repercussão na empresa e na vida de todos os trabalhadores, sem ter informado, ouvido e discutido com os sindicatos e não tenha em atenção a experiência negativa que foi o desmembramento da CP».

Também a Comissão de Trabalhadores da CP comentou na semana passada as declarações públicas de mem-

bro do Governo acerca do futuro da empresa. A CT afirma que «não pode compreender que o Governo insista na estratégia de desmembramento da CP» e que «mais prudente seria o Governo actual se, antes de mandar avançar com a criação de novas empresas, cuidasse de apurar os resultados obtidos com o desmembramento».

A estratégia da pulverização, acusa a CT num comunicado, «é responsável pelo escandaloso desequilíbrio das contas de exploração da nossa rede de caminho-de-ferro e da péssima qualidade de serviço da CP».

## Nota da Comissão Política do PCP

## Orçamento vai provocar

**E**m conferência de imprensa realizada quinta-feira da passada semana, a Comissão Política do PCP divulgou uma primeira avaliação do Orçamento do Estado para 1996.

Independentemente de um estudo mais detalhado das políticas inscritas nas Grandes Opções do Plano e suportadas pelo Orçamento do Estado, é possível declarar desde já a nossa completa discordância e oposição ao seu conteúdo essencial e às suas orientações fundamentais.

É um orçamento determinado pela obediência mais

estrita aos critérios de Maastricht e aos ritmos impostos pela União Económica e Monetária, e não pelos interesses do crescimento económico, do emprego, da dinamização do mercado interno, da defesa do sector produtivo, da resposta aos principais e mais urgentes problemas da sociedade portuguesa, inclusive da rectifi-

cação da ruínoza política do cavaquismo.

É um orçamento que vai provocar mais desemprego. É um orçamento que mantém as opções e a matriz de classe dos orçamentos elaborados pelos governos do PSD/Cavaco Silva, concretizado em políticas fiscais e despesas sociais não correctoras das profundas desigualdades da distribuição

do Rendimento Nacional. A carga fiscal continuará a distribuir-se fundamentalmente sobre os que trabalham, continuando os benefícios fiscais ao grande capital e, sobretudo, ao capital especulativo. A ligeira subida do peso das despesas com a função social não será a redistribuição que era necessário e possível fazer a favor dos que mais precisam.

**Latifundiários recebem juros**

É um orçamento que, reclamando-se do rigor e de um uso criterioso dos dinheiros públicos, pretende estabelecer novas linhas orçamentais para reforçar as indemnizações aos antigos (e hoje novamente) donos de empresas do sector público («recálculo dos valo-



## Contra o acordo

## Esclarecer e mobilizar

**A propósito do Acordo de Concertação Social de curto prazo assinado pelo Governo, confederações patronais e UGT, a nota salienta:**

A análise aprofundada do seu conteúdo e as declarações de alguns dirigentes da CIP, em relação aos horários de trabalho e à polivalência, vieram confirmar e reforçar as grandes inquietações, a denúncia e o apelo ao esclarecimento e à mobilização dos trabalhadores feitos pelo PCP.

A Comissão Política do Comité Central do PCP não pode deixar de sublinhar o papel mais uma vez desempenhado pela UGT de ser a «peninha» com que o Governo enfeita e disfarça a mais completa subserviência às imposições do grande patronato. Não pode deixar de evidenciar o significado do Conselho de Concertação Social como o lugar onde o poder político encena o espectáculo que esconde a sua objectiva e indisfarçável aliança com os interesses do grande capital e dos latifundiários.

A Comissão Política não pode deixar de denunciar a extrema gravidade do comportamento do Governo do PS, que mais uma vez foi a porta por onde entraram as reivindicações da CIP/CAP/CCP, como aliás lembrou o vice-presidente da CIP, Nogueira Simões, ao referir a criação dos contratos a prazo por anterior governo do PS, porta que os governos do PSD e da direita não tiveram forças para abrir durante o consulado cavaquista.

**Rude golpe**

A insolência e o grau de confiança publicamente manifestados, designadamente pelo vice-presidente da CIP, avançando com calendários e interpretação de linhas de orientação vertidas no anteprojecto, sobre a desregulamentação dos horários e a imposição obrigatória da polivalência, levam a crer que o Governo PS persistirá em apresentar brevemente na Assem-

bleia da República uma proposta de lei que, a ser aprovada, constituiria um rude golpe nos horários de trabalho, nas categorias profissionais e na contratação colectiva.

Ao contrário de promessas eleitorais, do seu slogan «as pessoas estão primeiro», e subvertendo a opção constitucional que valoriza e garante os direitos fundamentais dos trabalhadores, o Governo PS quer atribuir às entidades patronais o poder absoluto para determinar a organização e a prestação dos tempos de trabalho que, inevitavelmente, conduziriam ao aumento da exploração, ao embaratecimento da mão-de-obra, ao aumento dos despedimentos e das rescisões forçadas.

Não deixa de ter significado a concepção do dirigente da CIP de que as pausas e intermitências são para eliminar, e considerar que o lanche dos trabalhadores é um vício que tem de acabar. A arrogância que demonstra em relação à consagração de direitos constitucionais, como o direito a trabalho igual salários igual, afirmando que isso acabou, é uma manifestação inequívoca das práticas ilegais e inconstitucionais do grande patronato, em muitas empresas, fomentadoras da política de facto consumado, assentes na ideia da cumplicidade do Governo e no apoio das propostas de direita para a revisão constitucional.

A Comissão Política do PCP alerta para as tentativas de alguns sectores patronais que procuram pôr já em prática as linhas orientadoras do Acordo.

É a Assembleia da República, e não o Governo ou o Conselho Económico e Social, que legisla sobre os direitos dos trabalhadores.

Apelando a uma grande batalha de esclarecimento e mobilização de todos os trabalhadores, pela defesa dos horários de trabalho, do direito à carreira profissional e à contratação colectiva, o PCP considera que a gravidade do que é proposto pelo Governo PS exige uma acção e a luta tão determinadas como aquelas que os trabalhadores portugueses travaram face aos sucessivos pacotes laborais dos consulados cavaquistas.

## Privatizações

## O assalto

O anunciado programa de privatizações integrado no Orçamento do Estado para 1996 foi considerado pela Comissão Política como «porventura o traço mais impressionante da continuidade da política de direita e da orientação neoliberal adoptadas pelo Governo de António Guterres. O que não deixa de ser irónico para os que, desse Governo e antes na oposição, acusaram Cavaco Silva de fundamentalista do neoliberalismo».

A nota afirma de seguida:

O programa é sustentado por um conjunto de objectivos bem na linha das justificações dos governos de Cavaco Silva, e de que Friedman não desdenharia, onde a razoabilidade e boas intenções do objectivo «reestruturação do tecido produtivo» é contraditada pelo próprio processo de privatizações, e serve para tapar os seus autênticos desígnios:

- «Dinamização do mercado de capitais», isto é, dar mais força ao desenvolvimento da especulação bolsista;

- «redução do stock acumulado da dívida pública» (290 milhões de contos), isto é, vender património público para cumprir os critérios de Maastricht;

- «redução do peso do Estado na economia», isto é, satisfazer a gula do grande capital nacional e multinacional, abrindo-lhes novos espaços económicos para a expansão e acumulação de capitais, permitindo-lhes deitar a mão a algumas das mais rentáveis unidades do universo empresarial português.

É de assinalar que os dados sobre o Sector Empresarial do Estado transcritos no Orçamento do Estado contrariam em definitivo a ideia insistentemente vendida das privatizações como forma de poupar os enormes desperdícios de dinheiros públicos gastos com as empresas nacionalizadas.

Prevê-se que, em 1996, o conjunto de empresas públicas financeiras e não financeiras, depois de pagarem 27 milhões de contos de IRS, entreguem, de dividendos, aos cofres públicos 87,1 milhões de contos, depois de, em 1995, terem contribuído com 42,2 milhões de contos! Empresas que pagaram de IRC, em 1995, 121 milhões de contos (34% do IRC total cobrado em 1995) e vão pagar, em 1996, 191 milhões de contos (43% do IRC total a cobrar)! Só a EDP, de que o Governo pretende iniciar a privatização, vai render, no presente ano, mais de 100 milhões de contos de dividendos e de IRC, para lá de cerca de 5 milhões de contos de IVA da electricidade vendida. Dados que, aliás, confirmam o balanço realizado em 1995 pelo GAFEEP (Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas) sobre as empresas já privatizadas e que permite desvendar a completa mistificação da tese dos prejuízos das empresas públicas.

**Pesadas responsabilidades**

Porque se trata, em alguns casos, de empresas com um carácter estratégico e estruturante da economia e do território nacional, por corresponderem a algumas das empresas que desempenham um papel-chave no fornecimento de bens e serviços essenciais aos portugueses - energia eléctrica, combustíveis, gás, telecomunicações, transportes aéreos e ferroviários, etc. - pelo seu valor



# mais desemprego

res definitivos das empresas nacionalizadas») e crescer as indemnizações dos latifundiários dos «juros de anos anteriores», e ainda o perdão dos empréstimos contraídos ao abrigo do Crédito Agrícola de Emergência.

É um orçamento que, articulado com o chamado Acordo de Concertação Social, da moderação salari-

al, da flexibilização e da polivalência para os trabalhadores, prevê a continuidade do assalto ao património público ao inscrever como receita a venda, por 360 milhões de contos, de significativo e valioso conjunto de empresas públicas, concretizando um atentado maior aos interesses da economia portuguesa, e tornan-

do-a irreversivelmente periférica, apesar de, nas Grandes Opções do Plano, se afirmar como questão principal o «eliminar o risco de periferização da sociedade e da economia portuguesa».

Não é assim de admirar a efusiva emoção com que as organizações ao serviço dos interesses do grande capital português - CIP, CAP, CCP,

AIPortuense - o saúdam e o defendem. Não é assim de admirar a estranha, mas compreensível, intervenção dessas organizações, transformadas em correias de transmissão do Governo, na pressão junto dos seus partidos, o PSD e o PP/CDS, para a viabilização do Orçamento do Estado do Governo PS.



Agostinho Lopes divulgou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política

## ao património público

nuclear em sectores tecnológicos avançados, assume o Governo do PS, e quem apoia e viabiliza este programa de privatizações, pesadas e graves responsabilidades para com os trabalhadores e o País.

**No plano económico** - inviabilizando o papel motor e básico no desenvolvimento económico do País de muitas dessas empresas do sector financeiro, de bens energéticos, de telecomunicações e transportes, socavando o seu papel dinamizador do mercado interno e de apoio ao sector capitalista privado e das pequenas e médias empresas, impossibilitando a sua contribuição para um perfil produtivo português valorizado e um racional aproveitamento de recursos naturais, afectando as suas potencialidades como pólos I&D ao nível empresarial, e ainda, como é hoje evidente, pondo em causa a importante contribuição para as receitas do Estado do sector público. (É caso para interrogarmo-nos como vão os governos no futuro, vendido o património público empresarial, equilibrar os Orçamentos do Estado?)

**No plano social** - porque, tendo em conta o que se passou nos anteriores processos de privatização, e até já nas operações

preparatórias das agora anunciadas privatizações, à semelhança de toda a experiência noutros países, o programa privatizador vai significar, de forma directa, mais desemprego, mais precariedade, maior fragilização dos direitos e garantias dos trabalhadores e reformados dessas empresas e, indirectamente, atingir nessas mesmas vertentes, todos os trabalhadores portugueses.

**No plano dos interesses das populações** (e, em particular, das que residem nas regiões afectadas pela desertificação e dificuldades de desenvolvimento) - pois a alteração do carácter e lógica de funcionamento de serviço público de algumas dessas empresas, vai impedir que desempenhem o seu papel de instrumentos privilegiados no ordenamento do País, e põe em causa o direito de acesso de cada um e de todos os portugueses, a bens e serviços essenciais a um preço/tarifa e com uma qualidade idênticos em todos os pontos do território nacional. A privatização dessas empresas vai liquidar a actual e necessária perequação social e geográfica realizada por essas empresas públicas, compensando os custos acrescidos de bens e serviços em regiões, estratos populacionais e sectores económicos de menores rendimentos com os excedentes de resultados em áreas com vantagens

económicas de aglomeração, proximidade e força económica. A sujeição dessas empresas a critérios exclusivos de rentabilidade financeira, como acontecerá com a sua privatização, transformará os actuais utentes de bens e serviços públicos em clientes, em que o pagamento e a qualidade, e a própria existência do serviço passam a ser determinados pela quantidade do bem ou serviço adquirido e pelo custo real da operação de ligação à rede fornecedora do bem ou serviço.

**No plano político** - porque, violando a Constituição da República que exige a existência de um sector público da economia (e pergunta-se: qual é esse sector depois de realizadas as privatizações propostas pelo PS para 96 e 97?), as privatizações põem em causa princípios constitucionais, como o da subordinação do poder económico ao poder político, e a própria independência nacional, ao substituir o Estado pelo grande capital nacional e multinacional na propriedade e orientação de sectores estratégicos para a economia e a própria sociedade portuguesas.

Nada pode justificar este assalto ao património público. Nada pode diminuir ou atenuar as graves responsabilidades do PS por estas decisões. Um PS que, pela voz de um secretário de

Estado e de um ministro da Agricultura, sossega os grandes agrários alentejanos face à necessária consideração da reestruturação fundiária nas terras a regar pelo Alqueva, cuja valia vai ser acrescida por investimentos públicos, dá de bandeja um valioso património público, propriedade do povo português, a meia dúzia de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

É um crime económico pelo qual os trabalhadores e o povo português não deixarão de condenar o PS. O mesmo PS que, quando na oposição, criticava a forma (e apenas a forma) como Cavaco Silva realizava as privatizações. O mesmo PS que, cúmplice da direita na revisão da Constituição que abriu as portas a este processo, recusou, quando no Governo, corrigir essas privatizações e rectificar os processos opacos, ilegais e parciais do Governo PSD/Cavaco Silva.

O PCP não deixará de prosseguir a luta em defesa de um Sector Empresarial do Estado moderno, eficiente, ao serviço dos trabalhadores e da economia nacional.





Milhares de pessoas participaram nos actos fúnebres de Manuel Sobral, realizados, na quarta-feira da semana passada, em Setúbal

## No funeral do camarada Manuel Sobral

Realizou-se, quarta-feira da passada semana, para o cemitério de Nossa Senhora da Piedade, na freguesia de S. Sebastião, em Setúbal, o funeral de Manuel Sobral, cujo falecimento, ocorrido no passado dia 12, noticiámos na edição anterior.

No acto fúnebre, em que participaram alguns milhares de pessoas, esteve presente uma delegação oficial do PCP, que era constituída por Álvaro Cunhal, Francisco Lopes, Octávio Teixeira e Jorge Pires.

Estiveram igualmente presentes os membros da Comissão Política do PCP, Edgar Correia, Jerónimo de Sousa, Carlos Brito, Vítor Dias, Luís Sá, Agostinho Lopes, António Lopes, Carlos Luís Figueira e Domingos Abrantes.

Acompanharam ainda a cerimónia fúnebre os membros do Secretariado do Partido, Octávio Pato, Henrique de Sousa e Blanqui Teixeira, entre vários outros dirigentes partidários, nomeadamente membros do Comité Central e DORS e da DORL.

### Última homenagem

Nas breves palavras que proferiu no acto fúnebre, Álvaro Cunhal afirmou:

«Encontramo-nos hoje aqui unidos para prestar uma última

homenagem ao camarada Manuel Sobral, dedicado militante e dirigente do nosso Partido, a cuja actividade e dedicação estão ligadas muitas das batalhas que travámos ao longo dos anos. Ainda com o Partido na clandestinidade, na luta contra a ditadura fascista, pois era membro do Partido desde 1972. Na revolução de Abril, sempre com a classe operária, os trabalhadores, as massas populares, na conquista da liberdade, nas grandes conquistas democráticas, na instauração e institucionalização do regime democrático. Na resistência à contra-revolução mesmo quando já o atacava a doença que o viria a vitimar.

Particularmente aqui no distrito de Setúbal, sabe todo o Partido o importante papel que desempenhou o camarada Manuel Sobral. Não porque procurasse destacar-se ou salientar-se. Era um quadro extraordinariamente operativo mas com aquela serena discrição de um militante modesto. Certamente menos conhecido que muitos

outros, mas merecedor como muitos outros a quem como a ele o Partido muito deve sem que façam promoção de si próprios.

### Fundas raízes no povo

Manuel Sobral deixa-nos num momento em que estamos empenhados em novas batalhas. Com fundas raízes no povo. Unidos, convictos, confiantes. Não se podem subestimar as grandes vitórias da democracia que significam ter derrotado e afastado do poder o governo do PSD e de Cavaco Silva, a maioria do PSD na Assembleia da República e ter confirmado essas duas derrotas com a nova derrota de Cavaco nas presidenciais. O PSD e a sua política de direita foram derrotados e bem derrotados sendo retrato eloquente da importância destes factos a nevrótica desorientação que reina na sua direcção e nas suas fileiras.

Nessas derrotas da direita, nessas vitórias da democracia, o nosso Partido, com destaque para o distrito de Setúbal, teve um papel determinante. Há que valorizar essas vitórias além do mais porque a derrota do cavacismo foi expressão da vontade de mudança.

Só, porém, graves ilusões podem fazer concluir que o caminho dessa mudança foi alcançado. Não. O Governo do PS está defraudando a esperança do eleitorado que nele votou. Continua a política do PSD em aspectos fundamentais, como bem mostram a aceleração das privatizações, o acordo de concertação social e essa colossal burla que consiste em anunciar satisfazer a justa reclamação do horário máximo das 40 horas semanais e afinal estabelecer um sistema que, a ir por diante, obrigará a trabalhar mais horas diárias e semanalmente, nos trabalhos que o patronato impuser e sem pagamento das horas extraordinárias. Como bem o mostram a submissão a decisões da União Europeia tão lesivas

dos interesses nacionais como são as políticas comuns agrícola e das pescas. Como bem o mostra a anunciada revisão da Constituição e das leis eleitorais. Como mostra o envio dos nossos soldados para a Bósnia. Pela nossa parte, prontos a tomar posição positiva para o que seja positivo, combateremos as orientações, decisões e medidas do Governo que signifiquem a continuação da política do PSD.

### Convicção e confiança

Manuel Sobral deu muitos anos da sua vida e actividade à organização partidária, à luta dos trabalhadores, à solução dos grandes problemas das populações do distrito de Setúbal. Trata-se de uma das mais fortes organizações do Partido, com quadros experientes e valiosos, com raízes profundas, militância activa e apoio na classe operária e nas massas populares. Com grandes responsabilidades no movimento sindical, nas organizações sociais de massas e nos órgãos do poder local democrático. O Partido no distrito defronta as dificuldades e obstáculos com convicção e coragem, está empenhado no seu reforço e na sua renovação, conta com a crescente, activa e convicta participação da juventude que é uma grande força social no presente e que é a garantia do futuro do nosso Partido, do nosso povo, do nosso país.

A vida passa. É lei da natureza. Vão-se muitos que tinham ainda tanto para dar aos seus entes queridos, ao povo, ao país, ao Partido.

A falta que deixam e os exemplos que nos deram são estímulo na luta que continua.

À lembrança saudosa dos camaradas desaparecidos está ligada a determinação de prosseguir o caminho da convicção e da confiança que animaram a sua acção ao longo da vida. É essa a melhor homenagem que podemos prestar ao camarada Manuel Sobral.»

## Taxa de inflação zero Economia zero

«O Primeiro-Ministro, à imagem e semelhança do seu antecessor, embandeirou ontem em arco com um novo recorde histórico da economia portuguesa: a inflação caiu para 2,5%! Mas o Primeiro-Ministro esquece várias coisas», afirma uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, explicando de seguida:

1. Esquece-se, em primeiro lugar, de dar o seu a seu dono, uma vez que a nova taxa é o resultado da política económica deflacionista à custa da produção nacional, desenvolvida pelo Governo de Cavaco Silva, política económica que o Primeiro-Ministro prometeu ao País mudar.

2. Esquece-se de que «as pessoas estão primeiro» e que um número é um número, e uma taxa é um número. Absolutizado o seu valor intrínseco, fora do contexto das outras variáveis económicas e das suas ligações à vida das pessoas, pouco ou nada representa. Ou melhor, representa a mágica fórmula tecnocrática de esconder o agravamento da situação das pessoas com o uso e abuso dos índices económicos.

3. Esquece-se também o Primeiro-Ministro de que essa taxa é o resultado de outras coisas:

- da falta de poder de compra dos portugueses e da estagnação do mercado interno, resultado, por sua vez, da política de redução dos salários reais, de insignificantes aumentos das pensões de reforma, do meio milhão dos portugueses desempregados, excluídos por esta razão do direito a consumir;

- da continuação de brutais importações agro-alimentares (e de outros produtos) para o definitivo enterro da nossa agricultura (e de outros sectores produtivos). Como diz o INE, «a classe dos bens alimentares e bebidas foi a que mais contribuiu para a descida da inflação»;

- da continuação de alguns preços «administrados», favoráveis aos consumidores e ao sistema produtivo, como é o caso das taxas de energia eléctrica, só possível porque são ainda empresas do sector público as grandes fornecedoras de bens e serviços essenciais. O que não será possível quando forem privatizadas, como quer o Governo do PS.

4. Esquece-se o Primeiro-Ministro da instabilidade potencial e do resultado conjuntural do valor atingido, e não a sua «sustentabilidade», como alguns afirmam, decorrente em geral da evidente (e cada vez mais real, se esta política prosseguir) fragilidade e perifericidade da economia portuguesa, e em particular:

- da elevada dependência energética e da corrida à total dependência agro-alimentar do País;

- de que a conjuntura hoje favorável de baixos preços das matérias-primas e do abrandamento dos preços de produção no exterior, podem amanhã inverter-se, o que, no actual quadro da economia portuguesa, significaria a inevitável subida dos preços internos;

- de que, com «salários contidos» e pensões de mera sobrevivência, está a avançar a grande velocidade o endividamento das famílias portuguesas para manter os consumos mínimos indispensáveis, com consequências inevitáveis ao nível da poupança e da capacidade de investimento do País.

5. E, finalmente, esquece-se o Eng<sup>o</sup> Guterres de que esse «recorde histórico» é anunciado depois:

- de aumentos das tarifas telefónicas das chamadas locais em 8.9%, já com a promessa de, para 1997, haver novos aumentos nas instalações, assinaturas e tarifas locais 6% superiores à taxa de inflação, tudo para compensar o abaixamento das tarifas internacionais dos grandes operadores;

- de subidas de 20%, o dobro de 1995, no seguro dos automóveis;

- de aumento de 7% no pão;

- de aumentos dos combustíveis e transportes;

- de que a taxa de inflação sempre esquece a subida das rendas de casa e custos acrescidos na obtenção de uma casa própria.

6. Espera-se que, parafraseando o conhecido anedotário português, não venha a dizer-se que, do ponto de vista da inflação, o País está de muito boa saúde, mas quanto à economia e às condições de vida, acaba de entrar em agonia devido à milagrosa cura dos critérios de Maastricht.

## Afonso Gregório

Lamentavelmente, a notícia que publicámos na semana passada sobre o funeral do camarada Afonso Gregório continha vários lapsos de Redacção que queremos corrigir.

Assim, o enterro realizou-se no sábado, dia 10 do mês corrente, e não sexta-feira como erradamente saiu.

Também na transcrição das palavras proferidas no funeral por Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do CC do PCP, foram cometidos alguns erros.

No terceiro parágrafo da segunda coluna, em vez de o seu espírito claro, deve ler-se «o seu espírito de classe». Mais adiante, ainda no mesmo parágrafo, em vez de uma forma bela de levar a vida, devia ter sido escrito «uma forma bela de viver a vida». Por fim, no sexto parágrafo, em vez de um exemplo para os operários e trabalhadores de um país, deve ler-se «um exemplo para os operários e trabalhadores do nosso país».

## Organizações assinalam 65º aniversário do «Avante!»

# Aumentar a difusão

Sessões promovidas por diversas organizações do Partido, um pouco por todo o país, assinalaram no passado fim-de-semana a passagem dos 65 anos do «Avante!», em que participaram vários camaradas da direcção do Partido e da Redacção do nosso jornal

Com presença de Carlos Brito, membro da Comissão Política e director do «Avante!», decorreu na passada sexta-feira em Vendas Novas, uma sessão-debate, cuja mesa foi dirigida pelo Presidente da Câmara Municipal, Teresa Ribeiro, e outros elementos da Comissão Concelhia do PCP. O salão do centro de trabalho ficou cheio com muitas dezenas de pessoas que animaram a discussão em torno de «A imprensa partidária e a Comunicação Social».

Um dos intervenientes confessou a dada altura: «Eu era leitor de "o diário", mas nem sempre o comprava. Quando "o diário" desapareceu fiquei com remorsos e pensei que se eu o comprasse sempre talvez não tivesse desaparecido. Agora com o "Avante!" para não me esquecer de o comprar fiz uma assinatura.»

No domingo, no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos, em Vila Franca de Xira, Carlos Brito participou num concorrido almoço, que reuniu cerca de uma centena de pessoas. Na mesa, estavam os camaradas Bento, Salsa, Deolinda, Seabra e outros membros da Comissão Concelhia, bem como Salvador e outros camaradas da Comissão de Freguesia do PCP. Carlos Brito, na sua intervenção, salientou a importância do «Avante!» e apelou a um sério esforço para aumentar a sua difusão.

Cerca de três dezenas de militantes reuniram-se no centro de trabalho de Montemor-o-Novo, na passada sexta-feira, numa sessão dedicada à «Imprensa do Partido», em que participou Leandro Martins, membro do Comité Central e chefe de Redacção do «Avante!».

Para além dos aspectos que se prendem com as comemorações dos 65 anos do «Avante!» e do esforço a ser desenvolvido para uma melhor difusão, foram abordados temas ligados à actividade do Partido e à nova situação política no país.

Anabela Fino, chefe de Redacção adjunta do nosso jornal, esteve num convívio organizado, no passado sábado, em Borba. A arte das cozinheiras foi apreciada ao almoço, prolongado durante a tarde em amena cavaqueira. As questões do espírito vieram depois, com o camarada Cardoso a lembrar a necessidade do empenhamento da organização na leitura e divulgação do «Avante!», no que foi secundado por Anabela Fino e Raimundo Cabral, membro do CC do PCP e responsável da DOREV. Ambos sublinharam a importância do nosso jornal como a única voz de esquerda no panorama da imprensa nacional, tanto mais necessária quanto se vive hoje no país uma situação em que, em nome de um Governo socialis-

ta, se está a levar a cabo uma política de direita lesiva dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

O camarada António Dias Lourenço, membro do Comité Central, participou, na sexta-feira, num debate em Braga sobre «O "Avante!" na vida do Partido. Ontem e hoje». No sábado, António Dias Lourenço esteve presente em iniciativas realizadas em Vila Nova de Famalicão e em Barcelos.

Também, no sábado, decorreram iniciativas em Vila Nova de Gaia («A Comunicação Social neste fim de século e a intervenção dos comunistas na Informação», com Ruben de Carvalho), no Porto (com Vidal Pinto). O aniversário do «Avante!» foi igualmente assinalado, na sexta-feira, em Condeixa-a-Nova, com um almoço-convívio, em que esteve o camarada Sérgio Teixeira.

Para os próximos dias estão previstas outras sessões que continuarão a evocar o aniversário do órgão central do Partido, o seu papel e a importância da sua divulgação.

## ALCÁCER DO SAL Desemprego crescente

Segundo as estatísticas oficiais, o desemprego no concelho de Alcácer do Sal atinge já mais de 25 por cento da população activa, alerta a estrutura local do Partido, notando que «há crianças que as únicas refeições que tomam são fornecidas pelas escolas».

A concelhia, que anuncia realização da sua 4ª Assembleia em 21 de Abril próximo, destaca três aspectos que agravam os problemas sociais na zona: o abandono das terras pelos grandes proprietários e a ruína dos pequenos agricultores e rendeiros vítimas da propotencia dos arrendatários, nomeadamente na cobrança de rendas sem uma devida classificação dos solos, caso da Herdade da Comporta. O encerramento da Fábrica de tomate Sumate, que veio causar muitos desemprego directo e indirecto, enquanto que o cerco aos 200 pescadores da Carrasqueira, por parte das autoridades marítimas, ameaça o futuro da pesca no Estuário do Sado, devido a uma política injusta de malhagens.

## MATOSINHOS CM trata Petrogal com ligeireza

A Concelhia de Matosinhos condena as afirmações do Presidente da autarquia que, na sequência da poluição anormal causada recentemente pela refinaria da Petrogal, veio a público defender o encerramento daquela unidade industrial «esquecendo a sua importância estratégica para a região Norte e as centenas de trabalhadores que emprega» directamente e indirectamente.

O PCP refuta os argumentos que alegadamente defendem o meio ambiente e a saúde pública, recordando que a Câmara de Matosinhos permitiu a instalação de uma britadeira ao lado da refinaria, o que constitui uma clara agressão em termos de impacto ambiental.

A nota faz ainda referência ao facto de estarem em causa «terrenos apetecíveis em termos imobiliários, dada a sua localização», considerando que «as expectativas que eventualmente alguns tenham não podem justificar a ligeireza com que se defende o encerramento da empresa».

## LOURES Freguesia quer obras

Com vista à sua inclusão no PIDDC, a Comissão de Freguesia do PCP de Santo António dos Cavaleiros divulgou um conjunto de propostas em que se destaca a criação de novas instalações para o Centro de Saúde e para a PSP local, exigindo ainda que o Governo disponibilize os meios para construção de um pavilhão gimnodesportivo.

A Comissão sublinha ainda a importância da construção do hospital no concelho de Loures, em terrenos da freguesia, segundo proposta feita pela Câmara de Loures, defendendo assim a concretização em 1996 deste investimento do Estado.

Por último, o organismo comunista apoia a instalação do Museu Municipal na Quinta do Conventinho, o qual «constituirá um elemento importante na criação de um importante pólo cultural na freguesia».

## MIRANDELA Um ano à espera de resposta

O eleito do PCP na Assembleia Municipal de Mirandela está há quase um ano à espera de resposta a vários requerimentos que apresentou sobre matérias de interesse do município, revela a estrutura local do Partido que afirma ser este um reflexo de «graves deficiências no funcionamento democrático da autarquia comprometedoras da maioria PSD».

Os comunistas esperam que, com saída de José da Gama da presidência da Câmara, «termine um período caracterizado pela demagogia».

Entretanto, a concelhia, que esteve recentemente reunida, fez um balanço positivo da actividade do eleito autárquico do PCP, destacando o conjunto de propostas apresentadas em áreas como o ensino pré-escolar e as finanças locais. Na ocasião, foi ainda aprovado o calendário de iniciativas comemorativas do 75º aniversário do PCP, no concelho.

## MONTEMOR-O-VELHO Assembleia em Junho

Os comunistas de Montemor-o-Velho decidiram realizar, no próximo mês de Junho, a sua Assembleia de Organização, onde será eleita a nova comissão concelhia. Para além de anunciarem, para 16 de Março, uma festa dedicada ao 75º aniversário do PCP, o organismo destaca que vai retomar, na próxima assembleia municipal, a proposta de atribuição dos nomes de Henrique Flório e Alves Barbosa a duas ruas de Montemor-o-Velho, prestando assim homenagem a dois ilustres montemorenses.

Naquele órgão autárquico, os eleitos do PCP vão ainda expor os problemas que preocupam a população do concelho, nomeadamente a situação dos ferroviários com a ameaça de encerramento do Grupo Oficial da Figueira da Foz, as deficiências da obra do Baixo Mondego e a má gestão que consideram estar a ser feita na Câmara Municipal.

# Campanha fecha contas com 210 mil contos

A Campanha Nacional de Fundos, promovida pelo PCP durante o ano transacto, fechou com um resultado global de cerca de 210 mil contos, «valor que poderá estar ainda sujeito a pequenos acertos», declarou, ao «Avante!», Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central do Partido.

Este montante traduz bem o grande sucesso da iniciativa já que, recorde-se, a campanha foi lançada como a meta de 150 mil contos, montante que foi largamente ultrapassado. «Foi um valioso e indispensável contributo material sem o qual não teria sido possível a actividade política e a intervenção eleitoral do PCP nas eleições legislativas de Outubro», refere Henrique de Sousa, salientando que o êxito da campanha não só «denota o reconhecimento existente na sociedade portuguesa do

## — Recolha de fundos é para continuar

papel insubstituível do nosso Partido para a democracia», como «mostra que, também no plano dos fundos, a responsabilidade, o rigor e o esforço das organizações e militantes distinguem o PCP das outras forças políticas».

A campanha assentou no trabalho do conjunto das organizações do Partido, que através de diversas iniciativas conseguiram atingir e ultrapassar as suas metas regionais, tornando assim possível alcançar um resultado de grande impacto financeiro.

Contudo, como alertou este dirigente, «seria errado concluir que o PCP tem resolvidos os problemas do sustento material da sua actividade presente e futura. Aproveitando a experiência desta campanha, é necessário um novo e redobrado esforço de

modo a garantir os meios financeiros necessários para a intensa actividade do Partido, afirmando-se como oposição de esquerda e lutando pela verdade na política portuguesa».

Desta forma, tendo em conta as numerosas actividades no ano em curso, a direcção central disponibiliza novos cupões com diversos valores que

podem ser utilizados pelas organizações para recolher contribuições junto dos militantes e amigos do Partido. Para tal, sugere Henrique de Sousa, são momentos privilegiados «a campanha em curso de renovação dos cartões de militante e de actualização das quotizações, bem como as celebrações do 75º aniversário do Partido».



## PCP recebe ANF

Uma delegação da Associação Nacional de Farmácias (ANF) foi recebida na sede central do PCP, pelos camaradas Edgar Correia, da Comissão Política, e Silva Santos.

A delegação da ANF era composta pelo dr. João Cordeiro, presidente da ANF, pela respectiva directora, Maria Luz, e pelo secretário-geral Lopes Ribeiro. O encontro realizou-se quarta-feira da passada semana.

**APOIAR O PCP**

reforçar a CDU nas Eleições  
uma alternativa com os trabalhadores

**150**  
mil contos para o Partido

PCP

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Para o desenvolvimento integrado do País Urge uma política ferroviária nacional

O Grupo Parlamentar do PCP considerou "incompreensível e inaceitável" a ausência de investimentos no plano ferroviário para o Sul do País e alertou para os riscos de o Governo prosseguir neste domínio a mesma linha de rumo adoptada pelo PSD.

A questão veio a lume no debate de urgência suscitado pela bancada laranja na última sexta-feira, a propósito da anunciada suspensão de obras no âmbito do Plano Rodoviário Nacional, com o deputado comunista José Calçada a pôr o acento tónico da sua intervenção na necessidade de a adequada "opção estratégica" para o desenvolvimento do País - entendido como um "desenvolvimento harmónico, equilibrado e integrado" -, passar pelo investimento no caminho de ferro.

Uma aposta que, como bem lembrou o deputado do PCP, foi completamente desprezada pelo anterior governo, a quem acusou de ter desferido um "ataque despuadorado à rede ferroviária nacional" que acabaria por conduzir à sua quase completa destruição.

Considerando-a indissociável de toda a política rodoviária do PSD, José Calçada lem-

brou que foi essa "visão estreita e economicista da exploração ferroviária, à revelia da sua componente social e nacional" que acabaria por desaguar na "degradação, no estrangulamento progressivo e finalmente no encerramento puro e simples de muitas linhas de caminho-de-ferro, particularmente em Trás-os-Montes e no Alentejo".

Embora subscrevendo na generalidade algumas das preocupações levantadas pela bancada comunista, o ministro João Cravinho acabou por não lhes responder de modo cabal, escudando-se para tanto no facto de o tema principal em debate ser o plano rodoviário. Ainda assim, sempre adiantou ser sua intenção proceder a um reforço de investimento na auto-estrada do Sul, bem como no que se refere aos itinerários principais para o interior do País.

Um anúncio que se reveste

de inegável importância e que veio de algum modo ao encontro de uma questão essencial colocada por José Calçada, a qual tem a ver com "o porquê, o para quê e principalmente com o para quem" se constroem as estradas.

Referia-se o deputado comunista ao facto de uma "política desequilibrada de «desenvolvimento»" - como em sua opinião tem sido o caso - não raro perverter as funções históricas das grandes rodovias, transformando-as afinal num factor de drenagem humana e económica do interior para o litoral, ou de aumento do raio de acção dos «dormitórios» das grandes cidades, acelerando assim tudo aquilo que em abstracto pretenderia contrariar".



A estrita visão economicista da exploração ferroviária, sem atender à sua componente social, conduziu ao progressivo encerramento de muitos troços e linhas, particularmente em Trás-os-Montes (como é o caso de troços do Tua, na foto) e no Alentejo

## Acordo Comercial com Marrocos

### Governo desrespeita poderes do Parlamento

O Governo confirmou no Parlamento, em reunião da Comissão de Agricultura realizada hoje oito dias, que as disposições comerciais do Acordo de Associação com Marrocos já estão na prática a ser aplicadas, sem prévia ratificação quer da Assembleia da República quer dos restantes parlamentos nacionais dos países signatários. Significa isto que assiste inteira razão ao PCP quando denuncia que o

Governo, ao aprovar em 21 de Dezembro último os regulamentos comunitários que põem o Acordo em vigor, optou deliberadamente por uma decisão que viola o poder soberano de ratificação da Assembleia da República.

No decorrer da reunião, o Governo justificou-se invocando o facto de apesar de o Acordo de Associação ser um só as suas disposições comerciais não estarem sujeitas ao poder

de ratificação, sendo da exclusiva competência da Comunidade.

Discordando em absoluto da argumentação jurídica aduzida, que classificou de "absurda", o deputado comunista Lino de Carvalho assinalou que no limite este argumento conduziria a transformar os poderes constitucionais de ratificação dos Estados-membros numa ficção.

A conclusão a tirar no plano político e jurídico, ainda segundo Lino de Carvalho, é que o Governo está a defender uma argumentação que, sendo aberrante no plano jurídico e constitucional, favorece, simultaneamente, "as interpretações que levam à perda de soberania e ao reforço dos poderes comunitários".

Esta questão, recorde-se, foi despoletada a partir de requerimentos subscritos pelos deputados, do PCP, Lino de Carvalho e Honório Novo, apresentados respectivamente na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, onde se questiona o modo como foi

incrementado o referido acordo de associação comercial entre a União Europeia e Marrocos, sem que os parlamentos dos Estados-membros se tenham pronunciado previamente, como estipulam obrigatoriamente os próprios termos do Acordo.

Entretanto, como noticiámos na última edição do "Avante", o assunto ganhou renovada projecção há cerca de quinze dias, no debate mensal com o Governo, quando António Guterres, confrontado com a questão, não escondeu algum embaraço e foi levado a reconhecer não dispor de informação capaz de prestar os esclarecimentos necessários.

Na ocasião, Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, considerou o procedimento da Comissão Europeia como "ilegal e abusivo" e assinalou que a aplicação do mesmo está a prejudicar seriamente algumas produções nacionais, designadamente os casos do tomate, das laranjas, das flores e das conservas de sardinha.

## Quadro orgânico da GNR Eliminar a natureza militar

A alteração das regras de preenchimento do quadro orgânico da GNR e a consagração do princípio do horário de trabalho dos seus profissionais constituem duas propostas contempladas em projecto de lei da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. Entregue na passada semana na Mesa da Assembleia da República, este diploma insere-se no propósito de adoptar uma nova conceptualização da GNR como força de segurança, a qual passa, como refere a nota preambular, "pela sua desmilitarização, pelo abandono da formação militar dos seus profissionais, mas também pela cessação do seu enquadramento pelo exército e por um efectivo alargamento de direitos, com relevância para a existência de um horário de trabalho".

Objectivos que constam, aliás, de dois outros projectos de lei igualmente subscritos por parlamentares do PCP e entregues na presente Legislatura, um, visando a alteração da natureza da GNR (eliminando para o efeito o seu estatuto de corpo militar), o outro, propondo um novo regime de direitos dos profissionais daquela corporação.

Em qualquer destas iniciativas legislativas, como várias vezes foi já referido pela bancada do PCP, está subjacente o princípio constitucionalmente estabelecido de que existe uma distinção clara entre as forças militares (às quais está reservada a componente militar de defesa nacional) e as forças de segurança (às quais estão conferidas missões de segurança interna), pelo que se considera que a qualificação da GNR como uma força de segurança é de todo incompatível com o seu estatuto militar.

O Grupo comunista recorda concretamente o que neste domínio vem ocorrendo no plano europeu, com o acentuar da natureza civil das forças de segurança, o que, conseqüentemente, tem levado à desmilitarização de corpos policiais, como já sucedeu com a direcção (civil) da Guardia Civil de Espanha ou com a desmilitarização da Gendarmerie belga.

Para a formação comunista não há qualquer justificação, pois, para que uma força "cada vez mais vocacionada para missões de estrito âmbito policial", como é a GNR, tenha uma natureza militar e que ao nível dos seus postos de comando mais elevados seja enquadrada pelo Exército, situação tanto mais absurda quanto é certo que a corporação já possui o seu quadro próprio de oficiais.

## Visto para os EUA Uma "discriminação humilhante"

Uma "discriminação humilhante", assim classifica João Amaral a exigência de visto imposta pelos Estados Unidos da América aos portugueses que aí pretendam deslocar-se em viagens de natureza turística. Registe-se que o nosso país é o único da União Europeia em relação ao qual é praticada esta discriminação, circunstância que leva o deputado comunista a ir mais longe e a apelidá-la de "provocatória e totalmente inaceitável" em requerimento dirigido ao Governo onde pede explicações sobre o assunto.

João Amaral quer saber concretamente o que pensa fazer o Governo para alterar esta absurda exigência de visto de entrada mesmo em viagens turísticas (e até em trânsito), uma discriminação que, reconla, contrasta com o comportamento dos EUA em relação ao nosso país sempre que estiveram em causa os seus próprios interesses.

Nesses momentos, como observou o deputado do PCP, os Estados Unidos da América "nunca discriminaram Portugal", fosse quando "incluíram o governo de Salazar nos governos subscritores da NATO", fosse quando "negociaram com sucessivos governos portugueses a concessão de facilidades militares de toda a ordem", fosse ainda quando, muito recentemente, o Ministro da Defesa de Portugal "recebeu fartos elogios das autoridades americanas pela disponibilidade que o actual Governo manifestou para participar na intervenção na Bósnia, feita sob a liderança e comando americano".



Entre as produções nacionais afectadas pela aplicação do Acordo contam-se os casos do tomate, das laranjas, das flores e das conservas de sardinha

## Cheias do Tejo geram desemprego na Chamusca

Centenas de pessoas estão sem trabalho no Concelho da Chamusca, devido às cheias do Rio Tejo em Janeiro, vivendo algumas situações de grande carência.

Se, por um lado, os campos estão alagados impedindo as tarefas agrícolas, por outro, a construção civil está praticamente parada devido ao mau tempo.

As chuvas e as cheias levaram também a um excesso de nitratos nos furos onde é captada a água para abastecer a vila e as povoações da Carregueira e Pinheiro Grande. O líquido não pode por isso ser consumido por crianças de tenra idade, grávidas e outras pessoas de saúde sensível que têm de recorrer às águas engarrafadas.

No que se refere ao desemprego, a Câmara já desenvolveu diversas diligências junto do Governo e candidatou-se a um programa do Instituto do Emprego mas, até ao momento, não recebeu resposta. A autarquia está a tentar minorar o problema, prevendo dar trabalho temporário a cerca de 40 pessoas com qualificações especiais, como pintores ou pedreiros. Contudo, a mão-de-obra não qualificada fica sem trabalho e é nela que se encontram as famílias de menores recursos.

## Baixa taxa de natalidade

A percentagem de filhos de mães adolescentes era, em Portugal, em 1994, superior à da maioria dos países da Europa, constituindo 7,9% do total de partos registados, revela um estudo elaborado pela Comissão Nacional de Saúde da Mulher e da Criança.

O mesmo trabalho adianta que Portugal se situa entre os países com menor taxa de natalidade, juntamente com outros do Mediterrâneo, estando o saldo fisiológico a aproximar-se do zero. Este saldo significa que o número de pessoas que morrem é equivalente ao número de crianças que nascem.

De acordo com o estudo, a larga maioria das famílias de crianças com menos de 10 anos tem apenas uma ou duas crianças, ao contrário do que acontecia anteriormente.

A comissão registou um aumento do número de famílias monoparentais e de situações de família dupla e de outras formas de estrutura familiar e uma redução "muito sensível" do número de famílias alargadas, mesmo no meio rural.

Aumentou também o isolamento social das famílias que têm uma função parental fragilizada, dificuldades em termos de disponibilidade de tempo e uma vida mais desorganizada.

Para a saúde infantil e juvenil, a comissão aponta, nomeadamente, para a incrementação da prevenção primária, secundária e terciária, a promoção de estilos e opções de vida saudáveis, a diminuição dos consumos nocivos e dos estilos de vida de risco elevado.

Considera, por outro lado, fundamental, promover e apoiar a função parental, contribuir para a plena realização da criança enquanto criança e como futuro adulto e para a promoção da cidadania.

## JCP prepara Encontro Distrital de Évora

Na perspectiva do Encontro Distrital de Évora e do próximo Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, a JCP tem vindo a organizar uma série de debates.

Dia 16, em Vendas Novas, decorreu um debate sobre a actual situação internacional.

Dia 17, os militantes de Arraiolos realizaram um plenário em que foram abordadas, de par de questões de organização, temas como uma nova reforma agrária, regionalização, problemas dos estudantes e jovens trabalhadores.

No mesmo dia, em Évora, houve uma reunião preparatória do Encontro Distrital.

Dia 18, em Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo, decorreram diversas iniciativas em torno da entrega do novo cartão da JCP,

## Ecolojovem

A Comissão Executiva da Ecolojovem - "Os Verdes", a juventude do Partido Ecologista "Os Verdes", reuniu dia 15, em Lisboa. De entre as questões abordadas, destaca-se a participação na 7ª Convenção Nacional Ecológica de "Os Verdes", que terá lugar em Junho.

A Ecolojovem tomou ainda posição de denúncia da hipocrisia das declarações de Jacques Chirac, aquando da finalização dos ensaios nucleares franceses e sublinhou a necessidade de uma ampla informação com vista à Conferência Intergovernamental de 1996, com vista à participação dos cidadãos no processo de construção europeia.

No plano nacional, a Ecolojovem defende a necessidade de um novo processo de legalização de imigrantes e denuncia a insuficiência das verbas destinadas à intervenção em 30 lixeiras na região centro do país, que a juventude do PEV considera não cobrir sequer as despesas de um projecto de aterro sanitário.

# JCP debate em Olhão Equilíbrio ambiental e actividade humana

**Os problemas ambientais são um obstáculo ao desenvolvimento saudável e sustentado do nosso país. Os recursos naturais não são eternos, por isso é urgente a sensibilização geral para estes problemas, é urgente agir no presente para garantir o futuro.**

Esta a razão de ser do debate sobre problemas ecológicos, organizado pelo Colectivo de Olhão da Juventude Comunista Portuguesa, que reuniu no passado dia 17, no Auditório Municipal de Olhão, cerca de quatro dezenas de estudantes, pescadores e viveiristas da Ria Formosa, e que contou com a participação de Heloísa Apolónia, deputada na Assembleia da República do Partido ecologista "Os Verdes", Nuno Lecoq, director do Parque Natural da Ria Formosa, e Nuno Grade, da associação ambientalista QUERCUS.

Do debate ressaltaram os pesados custos, em termos de agressão ao equilíbrio ambiental, de uma política de desenvolvimento económico pauta-

da pelo objectivo do lucro a todo o custo. Custos bem presentes na degradação da Ria Formosa nesta última década, vítima da exploração agrícola intensiva (os pesticidas, adubos e nitratos), da poluição industrial e doméstica, das construções selvagens no cordão dunar. Problemas que só agora - e de forma desordenada, tardia e insuficiente - se tem procurado resolver.

Ao longo do debate, algumas ideias - que no fundo se identificam também com as propostas e reivindicações da JCP nesta área - foram-se afirmando como consensuais: a urgente aplicação de uma Política Nacional de Defesa do Ambiente, definida em cooperação entre as entidades priva-

das, as organizações políticas e as não estatais, as autarquias, as estruturas regionais e o Governo, uma política cujo objectivo é o de harmonizar os interesses da actividade humana e o equilíbrio ambiental.

Numa análise mais profunda, foram particularmente salientadas algumas necessidades básicas:

Uma maior e real eficácia dos meios de fiscalização que

assegurem o cumprimento das leis de protecção ambiental.

O implementar da política dos 3 Rs, em relação aos resíduos - Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

O incentivo à utilização de energias alternativas não poluentes e renováveis e à investigação nessa área.

O fomento da educação ambiental como parte da formação cívica dos cidadãos.



O Parque Natural da Ria Formosa foi um dos temas de debate

## Diz Não à Droga

*Diz Não à Droga* é o título do documento que a Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) da JCP vai editar, na sequência do debate sobre problemas da toxicodpendência realizado em Silves, em 10 de Fevereiro, com a participação do coordenador dos Centros de Apoio a Toxicodpendentes do sul do país, João Goulão, e do médico Amílcar Martins.

O documento é um alerta para o flagelo social da droga e para a sua dimensão no nosso país, onde "deparamos com 10.000 toxicodpendentes, 400 overdozes por ano, milhares de vidas e famílias destruídas, 400.000 milhões de contos por ano em tráfico".

Salientando as causas complexas da droga, em que se destacam "os problemas sociais, as bolsas de pobreza, o desemprego e o emprego precário; o insucesso e abandono escolar, a carência de perspectivas e de ocupação de tempos livres, as deficiências do ensino, saúde, habitação, desporto e cultura" e... "as elevadas taxas de lucro do tráfico de droga", a JCP sublinha que os "toxicodpendentes não são criminosos, são vítimas".

O documento termina com um alerta aos jovens e quatro reivindicações dirigidas ao Governo: *eficácia na prevenção*, através de uma política de desenvolvimento económico e social sustentado; *eficácia no tratamento*, pela criação de uma Rede Pública Nacional gratuita, de atendimento, tratamento e recuperação de toxicodpendentes; *eficácia na reinserção social*, pela execução de programas de real inserção escolar e profissional; *eficácia no combate à droga*.

## Frente Anti-Racista defende Novo processo de regularização dos imigrantes

A necessidade de abertura de um novo processo de regularização dos imigrantes no nosso país foi tema do debate promovido pela Frente Anti-Racista, a semana passada, na Casa da Paz.

Um debate que não surge como iniciativa isolada, antes se insere num processo que vem na sequência "do fracasso do processo de regularização que decorreu de Outubro de 1992 a Março de 1993".

Na perspectiva de superar tal fracasso, a Frente Anti-Racista organizou, em 1995, uma recolha de assinaturas, que entregou em Dezembro passado na Presidência da Assembleia da República, na forma de uma Petição, pedindo uma nova discussão pública "com vista ao estabelecimento de um quadro normativo concreto que assegure a regularização das situações de clandestinidade forçada em que milhares de cidadãos se encontram".

Preende-se igualmente criar "formas de participação das comunidades de imigrantes, designadamente através das Associações e instituições vocacionadas para o trabalho nos domínios da solidariedade, acção social e combatê às práticas do racismo e xenofobia".

Para que o novo processo de regularização seja efectivo, a Frente Anti-Racista defende mecanismos legislativos adequados; um tempo razoável para o decorrer do novo processo; simplificação quanto às exigências de comprovação dos meios de subsistência e condições de habitação; participação das Associações de imigrantes, Frente Anti-Racista, ONG's, Sindicatos, Autarquias Locais e instituições religiosas; descentralização; garantia de hipóteses de recurso em caso de decisões desfavoráveis; campanha de divulgação e esclarecimento e gratuidade de todo o processo.

## INTERNACIONAL

## Carlos Carvalhas em visita à Ásia

Entre 1 e 15 de Fevereiro, uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Carlos Carvalhas efectuou uma viagem ao Extremo Oriente, visitando sucessivamente a República Socialista do Vietnam, a República Popular da China e efectuando ainda uma breve deslocação à República Popular e Democrática da Coreia. A delegação do PCP incluiu também o camarada Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da Secção Internacional, e, na visita à República Popular da China, o camarada José Neto, membro do Comité Central e do Conselho Nacional.

No Vietnam, onde permaneceu de 1 a 6 de Fevereiro, a delegação do PCP visitou Hanói, Ho Chi Minh-Ville (antiga Saigão) e a província de Ha Tay, a sudoeste da capital.

Em Hanói, a delegação do PCP manteve conversações com o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnam, camarada Du Muoi, a que se seguiu uma recepção oficial em honra da delegação, tendo sido valorizadas as tradicionais

Pequim, Xangai e Xian (capital da província de Shaanxi) entre os dias 6 e 13 de Fevereiro.

A delegação do PCP encontrou-se com o Secretário Geral do Partido Comunista da China e Presidente da R.P.C., camarada Jiang Zemin. Neste encontro a delegação do PCP teve ocasião de sublinhar o notável desenvolvimento económico da China constatado nas visitas efectuadas, tendo o

suas actividades económicas, sociais e culturais.

Em Xian, capital da província de Shaanxi, para além das várias visitas a monumentos e locais de significado histórico e cultural nesta antiga capital imperial, como os notáveis Museu dos Guerreiros de terracota e Museu Histórico de Shaanxi, encontrou-se com o camarada An Qiyuan, Secretário da província de Shaanxi do PCCh.

## Coreia

A delegação do PCP desloca-se ainda de 13 para 14 de Fevereiro à República Popular e Democrática da Coreia.

Neste país, a delegação realizou conversações com uma delegação do Partido do Trabalho da Coreia, dirigida pelo camarada Hwang Jang Hiop, Secretário Internacional do PTC, participou num jantar



Carlos Carvalhas com o camarada Du Muoi, secretário-geral do PC do Vietnam

relações de amizade e solidariedade entre os dois partidos.

A delegação teve ainda encontros com uma delegação do PCV dirigida pelo camarada Dao Duy Tung, membro do Bureau Político e Secretário Permanente do PCV; com o Secretário do Comité Municipal de Hanói do PCV e membro do BP, camarada Pham The Duyet; com o Secretário do Comité Municipal de Ho Chi Minh-Ville e membro do BP, camarada Vo Trân Chi; com dirigentes da União Vietnamita das Organizações de Amizade com os Povos. Na província de Ha Tay, para além do encontro com o Secretário do Comité Provincial, camarada Nguen Dinh So, visitou uma comuna e uma cooperativa tendo-se encontrado com os respectivos dirigentes e trabalhadores. Teve ainda ocasião de visitar a casa utilizada pelo Presidente Ho Chi Minh durante a luta de libertação contra o colonialismo francês.

## China

Na China, a delegação do PCP efectuou visitas em

camarada Jiang Zemin valorizado o papel do PCP e saudado o seu 75º Aniversário.

Em Pequim, para além das conversações mantidas com uma delegação do Partido Comunista da China dirigida pela camarada Li Shuzheng, membro do CC e Responsável do Departamento Internacional, a delegação do PCP encontrou-se ainda com o camarada Wei Zianxing, membro do Bureau Político e Secretário do CC, realizou encontros vários, nomeadamente com o Vice-Secretário do Comité Municipal de Pequim do PCCh e a Direcção da Federação Nacional dos Sindicatos da China e efectuou visitas de carácter cultural.

Em Xangai, a delegação encontrou-se com a camarada Cheng Zhili, Vice-Secretária do Comité de Xangai do PCCh. Visitou a zona de desenvolvimento de Pudong, a sua zona franca e as empresas "Shanghai Bell" e "Shanghai Shangling" com a visita às instalações e contacto directo com responsáveis e trabalhadores. Visitou ainda o cântão Maqiao nos arredores da cidade tomando conhecimento das

oferecido pelo camarada Kim Jung Rin, Secretário do PTC, e encontrou-se com o Presidente em exercício da RPDC, o primeiro Vice-Presidente e membro do Bureau Político, camarada Pak Sung Chal.

De notar que se tratou da primeira visita oficial do Secretário-Geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas a estes países do Extremo Oriente. As conversações, os encontros e as visitas realizadas possibilitaram, sobretudo na China e no Vietnam, um amplo intercâmbio de informações e opiniões e um melhor conhecimento e compreensão dos sucessos alcançados e dos problemas e desafios que se colocam na transformação da sociedade tendo por objectivo a construção do socialismo.

Estas visitas, como foi salientado por todas as partes, constituíram uma nova e importante contribuição para o desenvolvimento das relações, numa época em que, independentemente da diversidade de situações e eventuais diferenças, é da máxima importância a cooperação entre os comunistas e entre as forças de esquerda e anti-imperialistas.



Carlos Carvalhas com o camarada Jiang Zemin, secretário-geral do Partido Comunista da China



A delegação do PCP com o camarada Wei Zianxing, membro do Bureau Político e secretário do CC do PC da China

## No aeroporto

À chegada da delegação do PCP vinda da China, o «Avante!» ainda colocou algumas questões a Carlos Carvalhas, apesar do visível cansaço do dois camaradas.

Estiveste na China em 1988 a convite do seu Governo como presidente do grupo parlamentar comunista do Conselho da Europa integrado numa delegação desta instituição. Que diferenças notaste agora?

Carlos Carvalhas: Passaram-se alguns anos. O rápido crescimento económico é visível, bem como a melhoria do nível de vida em geral, no quadro da política da modernização e abertura. O objectivo do crescimento económico fixado para o ano 2000 já foi atingido em 1995! As obras públicas de grande vulto multiplicaram-se a ritmo acelerado. Onde estivemos a China parece um grande estaleiro. Multiplicam-se também as unidades produtivas e as joint ventures com o capital estrangeiro. Aumentaram sensivelmente o poder de compra e o consumo.

Disseste à imprensa que também havia muito mais carros.

CC: Já me disseram essa dos carros! Em Bengim tive uma breve conversa telefónica com o correspondente da Lusa e o que lhe disse foi o que está contido na resposta à tua primeira pergunta.

Em Bengim e em Xangai, a circulação automóvel é já hoje um grande problema que exige medidas de contenção de entrada na cidade e que impõe a extensão e a melhoria dos transportes públicos. O intérprete que nos acompanhou disse que um chinês que tinha visitado o nosso país lhe tinha dito com humor que no Porto e em Lisboa se andava melhor a pé do que de carro... Respondi-lhe que em Bengim e em Xangai o mesmo se poderia dizer em relação ao automóvel e à bicicleta. Mais tarde até tivemos a oportunidade de lhe dizer que também nestas duas cidades chinesas se andava mais depressa a pé do que de carro...

Falaste também em problemas, riscos e desafios. O que querias dizer com isso?

CC: O rápido crescimento económico que tem mudado a face da China tem sido muito veloz. Com o «sobreaquecimento» da economia, o cres-

cimento tem sido acompanhado por tensões inflacionistas e significativos desequilíbrios regionais. Por sua vez, o mercado que tem impulsionado as forças produtivas tem vindo também a bipolarizar a sociedade e com ela a criminalidade e a corrupção. Tem de partir do Governo e do Partido o reconhecimento destes fenómenos negativos e a vontade de os combater, bem como a pobreza e o desemprego neste imenso país. O objectivo é o de



A delegação do PCP à chegada a Lisboa

estimular as forças positivas do mercado e combater os seus elementos negativos.

Como sabes, o mercado não é, só por si, sinónimo de capitalismo, nem a planificação sinónimo de socialismo. A chave do problema está numa justa intervenção e no tratamento correcto das relações entre o plano e o mercado.

E o Vietnam?

CC: O Vietnam, que foi arrasado pela guerra e que é um dos países mais pobres do planeta, está também com um grande dinamismo. O Vietnam passou em 1989 do estatuto de importador de arroz, para o terceiro exportador mundial. Neste país está também em curso uma grande campanha contra os aspectos negativos do mercado e a importação dos subprodutos culturais que estimulam a violência, a droga e a criminalidade.

Estiveste no Sul em Ho Chi Minh ville. Viste antiga Saigão?

CC: Aí o dinamismo e o fervilhar de vida ainda é maior. Nestes dois países havia também um clima especial de preparação do novo ano, com as flores, os ramos de pessegueiro, as lanternas e as compras.

Mas por hoje proponho que fiquemos por aqui. As malas já aí estão e o que nos apetece agora é chegar depressa a casa...

## INTERNACIONAL

## Concertação social

## A lição da França e o choque alemão

Os governos da União Europeia não perderam tempo a retirar os ensinamentos dos recentes movimentos grevistas em França; hoje, a palavra de ordem passou a ser «concertação social» na Europa.

Como vem sendo costume, a Alemanha deu o primeiro passo, cabendo ao chanceler Helmut Kohl a primazia de um «grande pacto para o emprego», acordado com os sindicatos e o patronato; como igualmente se vem tornando hábito, a França não tardou em seguir-lhe as pisadas, com o Governo a organizar uma dita «cimeira social».

No início de Fevereiro, ambos os países anunciaram os seus planos para reanimar a economia e o emprego, em plena derrapagem. Outros países europeus se apressam a seguir o mesmo caminho. E, no entanto, estes «contratos para o futuro» apontam todos para um dramático regresso ao mais negro passado.

Em França, o famoso plano Juppé consegue reunir um curioso consenso: **69 por cento dos franceses consideram que as medidas que o Governo pretende impor terão um efeito negativo, enquanto 59 por cento acha que o executivo está ao serviço do capital.**

O reflexo deste sentimento faz-se sentir nas ruas. No passado dia 12, mais de 100.000 franceses manifestaram-se em diversas cidades do país em defesa da protecção social

ameaçada pelo plano Juppé, por mais emprego e melhor salário.

A política governamental, baseada no dogma da redução do custo do trabalho, através da pressão sobre os salários, da redução das despesas sociais, revela-se um autêntico fracasso. A França conhece, desde Agosto último, um crescimento zero. Em quatro meses, o crescimento da economia previsto para 1996 perdeu pelo menos um ponto, passando as estimativas oficiais de 2,8 por cento (em Novembro de 95, aquando da votação do Orçamento de Estado) para 1,5 por cento no momento actual. Uma quebra de um ponto na economia, segundo os especialistas, pode significar pelo menos a liquidação de 150.000 empregos.

Persistir numa política com tais resultados está longe de

motivar a população. Segundo os últimos dados disponíveis, o consumo público deverá baixar de forma drástica; os indicadores respeitantes à confiança dos consumidores no futuro apontam para que, nos primeiros seis meses do ano, o consumo evolua de forma ainda mais desfavorável do que durante a recessão de 1993. Oficialmente, no entanto, a economia francesa não está em recessão, mas apenas a marcar passo.

Os dados que publicamos em separado são elucidativos. O fosso das desigualdades não pára de crescer.

## Quatro milhões no desemprego

O número oficial de desempregados na Alemanha é de 4.159 milhões, o maior de sempre desde a Segunda Guerra. Os dados, divulgados em Janeiro, significam que a taxa de desemprego afecta já 10,8 por cento da população activa alemã. Quando em Março forem conhecidas as estatísticas de Janeiro, este número deverá ser substancialmente aumentado, admitindo-se que chegue aos seis milhões.

A par do crescimento do desemprego agravam-se as disparidades entre a parte Leste (ex-RDA) e Oeste do país: na parte ocidental, a taxa dos que procuram emprego é de 9,4 por cento (contra 8,7 por cento em Novembro), enquanto nos novos *lander* essa taxa ascende já a 16,8 por cento (contra 14,9 por cento em Novembro).

A divulgação destes números catastróficos não podia ser mais oportuna, já que ocorre quando no Bundestag se discu-

te o famoso «pacto para o emprego», devendo contribuir para acelerar a adopção de uma série de medidas visando um único objectivo: reduzir consideravelmente o «custo do trabalho».

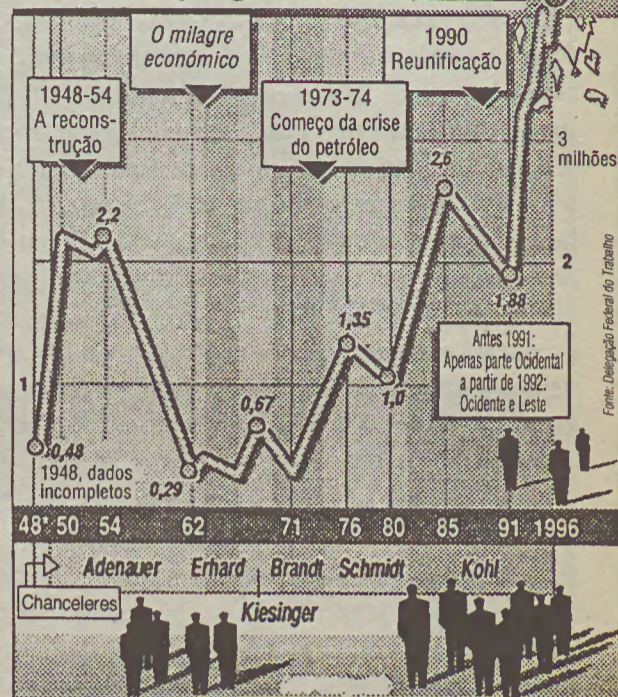
Mas o que é, afinal, o «pacto para o emprego»? Assinado em 23 de Janeiro pelo Governo, patronato e sindicatos alemães, o pacto promete diminuir para metade o número oficial de desempregados até ao ano 2000. Em troca desta promessa, as direcções sindicais aceitaram uma regressão social sem precedentes: travar o sistema de pré-reformas, aumentar a idade de reforma, encorajar os seguros de doença privados e limitar as ajudas sociais apenas «às pessoas verdadeiramente necessitadas».

Ao mesmo tempo, o pacto prevê a privatização acelerada dos Correios, telecomunicações e aeroportos (o que levará inevitavelmente a mais desemprego).

Para «desencorajar os investimentos alemães no estrangeiro», o pacto pretende diminuir as cotizações patronais de 41 para 40 por cento dos salários e o congelamento dos salários.

## Alemanha: recorde absoluto do desemprego desde a guerra

4,159 milhões



Por outro lado, procura reforçar-se a flexibilidade calculando a duração do trabalho numa base anual, e «alarga-se as possibilidades de agir ao nível das empresas», o que permite esvaziar as convenções concluídas a nível nacional.

Numa palavra, as reformas, diversas prestações familiares, subsídios de desemprego, etc., vão ser regulamentados de forma muito restritiva.

Como afirmou há dias Klaus Grehn, presidente da Federação dos Desempregados na Alemanha, em declarações a «L'Humanité», a situação na Alemanha pode resumir-se numa simples frase: **ontem, a Alemanha, com o seu nível de desemprego, mas ainda com um certo nível de protecção social, estava à beira do abismo; hoje, deu um passo em frente.**

## O «exemplo» português

«A situação económica e social (na região) de Hainaut (Bélgica) degradou-se de tal maneira durante um ano, que a mais pobre província da Valónia ultrapassa largamente as condições necessárias para beneficiar dos fundos europeus de Objectivo 1. De Junho de 1994 a Junho de 1995, o número total de desempregados na província passou de 91.959 para 97.144. E neste número não estão contemplados os desempregados com mais de 50 anos.

O desemprego aumenta em todos os sectores. Atinge em média 29,2 por cento da população activa em toda a província.

(...) A região de Hainaut conta com 1.286.639 habitantes, ou seja 38,9 por cento da Valónia ou 12,7 por cento do país. A sua situação social dramática apenas pode ser comparada aos países da periferia da União Europeia, como a Irlanda, Grécia ou Portugal»

(in De Standaard, 30 de Janeiro de 1996)

## Indústria: o custo da mão-de-obra nos países industrializados

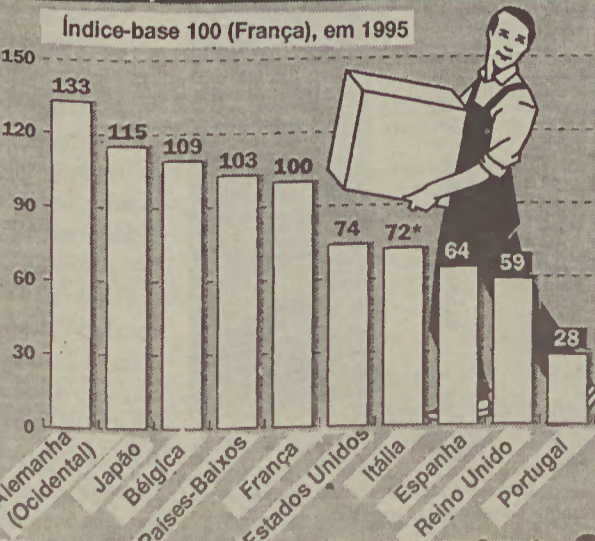


Gráfico tirado de um inquérito do Eurostat. Registe-se que os baixos custos salariais não são à partida factores de baixa do desemprego

## Salários e rendimentos

\* Quanto ganham os franceses?

- Um assalariado em cada dois ganhava menos de 7.000 francos por mês (salário líquido em Março de 1994, prémios incluídos)
- Um operário em cada dois ganha menos de 6.090 francos
- Um empregado em cada dois ganha menos de 5.900 francos

- Um técnico em cada dois ganha menos de 9.000 francos
- Um quadro superior em cada dois ganha menos de 13.000 francos
- Um professor ou trabalhador científico em cada dois ganha menos de 11.500 francos (Fonte: INSEE, inquérito ao emprego, 1994)

\* Os salários das mulheres são em média 24,5 por cento inferiores aos dos homens

\* 12 milhões de franceses vivem no limiar ou abaixo do nível de pobreza

\* Em dois anos, os dez principais dirigentes da empresa Rhône-Poulenc aumentaram-se a si próprios 523 por cento; na Bouygues, esses aumentos foram de 400 por cento, em três anos; na ELF, de 185 por cento, em dois anos.

## Contra a discriminação salarial

«Não será preciso inventar um cidadão da República da Utopia para encontrar surpresa e indignação por haver remuneração diferente para trabalhos de igual valor só pelo facto de serem realizados por sexos diferentes. Sendo esta a realidade - como o é relativamente à cor da pele ou à latitude -, é preciso transformá-la.»

A afirmação é de Sérgio Ribeiro, eurodeputado comunista, que na passada semana participou no debate sobre a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, realizado no Parlamento Europeu.

A discriminação salarial, a feminização de profissões e actividades e a atipificação de empregos para escamotear e consolidar a diferença de tratamento são apontadas como

realidades a transformar através, no mínimo, de um código de conduta.

## Contra o emprego

O PCP votou contra o relatório sobre a política concorrencial, no Parlamento Europeu, na passada semana. Como Sérgio Ribeiro explicou na sua intervenção, este relatório, que costuma ser aprovado por todos sem discussão prévia, vai ao cerne das questões políticas.

Este ano, «a política de concorrência parece ser uma obsessão contra os subsídios estatais, demonizados por serem «não compatíveis com o mercado interno». Recusa-se a defesa de interesses nacionais,

mas pudicamente não se diz que outros interesses são privilegiados.»

Este documento, «esvaziado de sentido social», ataca o conceito de serviço público e elege a Organização Mundial de Comércio como a entidade reguladora da concorrência ao nível mundial.

Finalmente, pede maior liberalização, mas o processo de substituição de concentrações públicas por concentrações privadas contraria a promoção de emprego.

## Destacamento de trabalhadores

Levando em conta a importância da definição das normas sociais comuns aplicáveis no

caso de destacamento de trabalhadores no interior da comunidade, e considerando que é necessária uma solução europeia para esta questão, o Parlamento Europeu defende a aplicação do «limiar zero» e a consequente aplicação da legislação nacional em vigor. No compromisso devem ser incluídos todos os sectores de prestação de serviços sem excepção, a fim de se evitarem problemas de dumping social.

O PE considera que os salários e os períodos de licença dos trabalhadores destacados devem ser regulamentados e convida a Comissão a reexaminar a possibilidade de transferência de pensões de reforma, como forma de incitar a livre circulação de trabalhadores na UE.

■ Henrique Custódio

## O escândalo continua

**P**ara grande surpresa da Câmara Municipal do Barreiro, o Governo chumbou sem explicações a sua candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana maioritariamente financiado por fundos comunitários que, no seu caso, iria requalificar o centro histórico da cidade por apenas 717 mil contos, quantia modesta no quadro dos muitos milhões de contos em movimento neste Programa.

A decisão é ainda mais surpreendente quando se sabe que o Barreiro preenche, em absoluto, as condições definidas pelo Regulamento do Programa, que apontam para a reabilitação prioritária de zonas urbanas de média dimensão (100 mil habitantes) onde os problemas sociais e económicos hajam atingido expressão significativa. Veja-se a situação do Barreiro: uma cidade fortemente deprimida por uma brutal desindustrialização com perda de largos milhares de postos de trabalho directos, o único concelho da Península de Setúbal que perdeu população entre 1981 e 1991 e registou no mesmo período uma taxa de desemprego superior ao dobro da média nacional, além de ter sido o concelho da Região de longe o mais discriminado nos investimentos do poder central em todo o consulado cavaquista.

Surpreendidos e chocados, os barreirenses já começaram a reagir. Todas as forças políticas com assento na Câmara aprovaram uma moção por unanimidade reivindicando a reapreciação da candidatura, corre pelo Concelho um abaixo-assinado que já vai em milhares de assinaturas exigindo o apoio à requalificação do Barreiro e os principais órgãos autárquicos, com o apoio das forças vivas do Concelho, estão a desencadear acções junto do Poder Central reclamando a revisão do processo.

«O Barreiro e a sua população têm sido duramente atingidos pela recessão económica», assinalou-nos pelo telefone Pedro Canário, presidente da Câmara local. A conversa teve de ser rápida, precisamente porque o autarca estava mergulhado nas respostas a dar à situação criada pelo «chumbo» da candidatura. Após recordar a crise da indústria que se abateu sobre o Concelho, destruindo a maior parte do seu parque industrial - que era o maior do País - e eliminando largos milhares de postos de trabalho, Pedro Canário assinalou que «todos os esforços da autarquia se têm produzido com o objectivo de contrariar esta tendência depressiva e dar ao Barreiro a sua merecida importância na Região». Foi por isso que se definiram «estratégias de desenvolvimento inscritas no Plano Director Municipal que, aplicadas, concretizarão o grande desejo de modernização das estruturas socioeconómicas e valorizarão o papel do Barreiro na Península de Setúbal».

Nessas estratégias ganham relevo «os projectos para os equipamentos e as vias de acesso ao Concelho e a execução de obras e a apresentação de candidaturas a financiamentos com vista à concretização de novos projectos».

Foi neste quadro que a Câmara Municipal do Barreiro apresentou em Outubro de 1995 uma candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana financiado pelos fundos comunitários. «Uma candidatura para a reabilitação urbana de uma zona do centro da cidade, com o valor de 717 mil contos programados para o período de 1996 a 1999 e dentro dos valores recomendados no Regulamento do Programa (65% - Fundos Comunitários; 25% - Crédito Bonificado; 10% - Autarquia)», especificou Pedro Canário, que acrescentou: «A ser aprovada, esta reabilitação criará em toda a zona de intervenção condições próprias à integração social, à melhoria do ambiente, ao desenvolvimento socioeconómico e à defesa do património».

Assinale-se entre parágrafos que a Associação de Comerciantes do Barreiro e Moita, assim como outras associações locais, colaboraram em termos de ideias e sugestões nesta candidatura. Todavia, por falta de capacidade financeira destas entidades, a Câmara Municipal do Barreiro suportaria todo o funcionamento por parte da Região, nomeadamente assumindo também os 25% do crédito bonificado o que, na prática, sobrecarrega a autarquia com 45% do investimento total.

Finalmente, Pedro Canário acentuou: «Porque acreditamos firmemente na justeza dos objectivos da candidatura, continuamos a aguar-

dar a concretização das audiências já solicitadas com carácter de urgência ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Planeamento e Administração do Território e Equipamento Social e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional».

### Locais históricos de intervenção imediata

Entre os projectos que poderão avançar de imediato com a aprovação desta candidatura da Câmara Municipal do Barreiro ao Programa de Reabilitação Urbana, a edilidade barreirense alinha, muito concretamente, vários tipos de intervenção na zona histórica da cidade.

Um conjunto de ruas (Vasco da Gama, dos Combatentes da Grande Guerra, Dr. António José de Almeida, Dr. Heliodoro Salgado, Almirante Reis e Avenida Alfredo da Silva) e a zona envolvente do Parque Catarina Eufémia aguardam acções no âmbito do saneamento básico, da rede rodoviária, das infra-estruturas de ilumina-

ção e comunicação, do equipamento e mobiliário urbanos, da recuperação de património e melhoria dos espaços públicos.

No âmbito do equipamento, mobiliário urbano e recuperação do património aponta-se para a recuperação do Moinho Pequeno (moinho de maré), das fachadas das igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Cruz e da fachada da Piscina Municipal, a par do mobiliário urbano dos parques infantis da zona.

Largos com importância cultural e histórica como o de Moinho Pequeno, Bento de Jesus Caraça, Nossa Senhora do Rosário e do Cadoiço, juntamente com a Rua Dr. Câmara Pestana, a Av. 1640, o jardim d'«Os Franceses» e o Passeio Marginal esperam a sua reabilitação e a criação de zonas de lazer para que estão vocacionados.

Finalmente - e ainda na perspectiva de uma intervenção imediata, aqui no âmbito do saneamento básico, da recuperação das ruas, da iluminação, do mobiliário urbano e equipamentos - estão apontados os Largos Rompana e da Esperança, as Praças Gago Coutinho e Sacadura Cabral e da Esperança, as Travessas do Loureiro e do Alto do Hospital, o Bairro de S. Francisco e a Rua da Amoreira, tudo locais de grande tradição histórica na cidade.



Barreiro antigo, numa das suas ruas a pedir recuperação. Só neste troço há duas colectividades, uma pequena parte da intensa vida associativa desta cidade e, particularmente, desta sua zona histórica

# Governo impede recuperação do Barreiro



O programa de reabilitação prevê a recuperação da fachada das igrejas de Nossa Senhora do Rosário (na foto) e de Santa Cruz





Sede dos «Penicheiros», no Largo Casal. A fachada do histórico edifício está à espera do programa de reabilitação. Ela e todos os barrelenses, nomeadamente os três «históricos» da foto, operários reformados da CUF que cresceram com o próprio Barreiro: os meus queridos amigos Manuel Mansidão (à esquerda), António Luís Bucha (ao centro, dono do café em frente onde prepara uns caracóis e umas lamejinhas de estalo) e Francisco José, o grande «Chico Capela», um jovem campeão desportivo e sempre campeão da argúcia e do bom humor



O jardim da marginal, virado directamente para o Tejo e para Lisboa, é a mais bela zona verde da cidade, desde sempre procurada por miúdos e graúdos. A intervenção, aqui, é como preservar uma das jóias da coroa



Pormenor do Jardim d'«Os Franceses», colectividade que, com os «Penicheiros», reparte a glória de quase século e meio de existência. Está também à espera...



O cavaquismo limitou-se, em 10 anos, a dar ao Barreiro um novo terminal fluvial «e mesmo este amputado das mais elementares obras complementares»

# Protestos unânimes

A indignação cresce no Barreiro, face à surpreendente recusa do Governo em reconhecer a sua candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana, financiado em 65% por fundos comunitários.

Logo na sequência da notícia - que chegou à edilidade apenas através da Imprensa - o executivo camarário, composto por quatro elementos da CDU, quatro do PS e um do PSD, aprovou por unanimidade uma Moção onde se diz, a determinado passo:

«Não podemos considerar suficiente a análise de um júri sobre uma candidatura que teve de ser elaborada em apenas 15 dias por razões que a nossa razão não conseguiu conhecer, onde não se verificou nenhum contacto para eventuais esclarecimentos adicionais, tal como o próprio júri tinha considerado necessário face ao escasso tempo disponível, para apreciação da referida candidatura».

E a Moção realça:  
«No enquadramento de uma decisão a que não podem estar alheias intenções claras de uma política de revitalização de zonas em crise e que promova a redução de assimetrias e de zonas de exclusão social», «a nossa candidatura, à semelhança de outras que foram aprovadas, terá certamente méritos mais do que suficientes para ser aprovada».

Demonstrando-o, a Moção assinala que a candidatura do Barreiro pro-

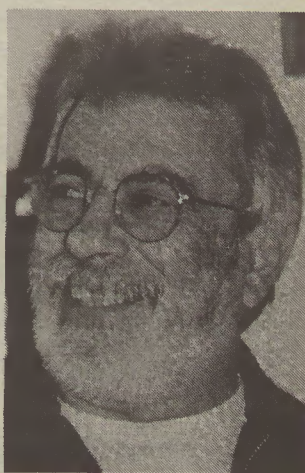
põe-se «intervir na requalificação do centro da cidade, da sua zona histórica altamente degradada, em risco de se perder e com uma população residente caracterizada por extremas carências, na recuperação do património construído, nomeadamente um moinho de maré, também em adiantado estado de degradação», sublinhando que «o nosso acervo patrimonial, por não ser grande, justifica uma especial atenção a esta candidatura».

A Moção destaca ainda todos os esforços feitos pela Câmara Municipal do Barreiro para «promover o crescimento e o desenvolvimento e recuperar também o factor psicológico indispensável ao renascer deste Concelho», recordando que «tendo sofrido 10 anos de política que consideramos discriminatória, em que o investimento do Poder Central apenas foi visível na construção de um terminal fluvial e mesmo esse amputado das mais elementares obras complementares, acreditámos que com esta candidatura e através da requalificação do centro da cidade pudéssemos dar mais um passo decisivo no imperativo do desenvolvimento que nos impusemos».

Corre, entretanto, pelo Concelho um abaixo-assinado encabeçado pelas mais diversas personalidades da vida política, económica, social e cultural do Barreiro, exigindo a reapreciação da candidatura com vista à sua aprovação.

## «Acredito no bom senso»

Helder Madeira é o presidente da Assembleia Municipal do Barreiro e uma das personalidades do Concelho. Governador Civil do Distrito de Setúbal a seguir ao 25 de Abril, presidente da Câmara Municipal do seu Concelho durante vários mandatos, antifascista de sempre, membro do Comité Central do PCP, barreirense dos sete costados, é um homem de cultura com quem apetece ficar interminavelmente à conversa. Todavia, na questão da recusa governamental ao Programa, as suas palavras são breves e incisivas: «Uma recusa a



Helder Madeira

um programa deste tipo implica que a Administração Central a fundamente, o que não o fez. Conheço o ofício enviado à Câmara pela Directora-Geral da Direcção-Geral do Desenvolvimento e nada lá se explica ou fundamenta, para além da seca informação de que o projecto do Barreiro ficou em «lugar não elegível». Pelo que sabemos - Pedro Canário, o presidente da Câmara, já o averiguou - a recusa não assenta numa falta de verbas. Então qual foi o critério?»

Recordando que, apesar de a Câmara quase não ter tido tempo para concorrer - «soube do processo por mero anúncio de Imprensa e dispôs apenas de 15 dias para preparar a sua candidatura» - fê-lo nos prazos determinados e avançando uma proposta fundamentada e de qualidade. «A exclusão magoa bastante», afirma. «Estou profundamente de acordo com a argumentação da Câmara. Este investimento iria transformar, requalificando, toda esta parte do Barreiro antigo, o que seria bom tanto para a cidade como para a população».

Manifesta, com vigor, a sua perplexidade pelo «chumbo»: «Estávamos profundamente convencidos que esta candidatura seria aceite, dada a fundamentação avançada pela Câmara e que se enquadra nas próprias prioridades enunciadas no Programa. Não entendemos esta recusa, até que nos seja explicada.»

Mas Helder Madeira não dá o assunto por arrumado, longe disso. «Espero que haja ainda um rebate de consciência por parte dos governantes, de modo que a candidatura do Barreiro possa ser repescada. Acredito no bom senso e conto que o haja».



■ Ruben de Carvalho

# Observar a Palestina (II)

**É** assim nestas circunstâncias que a Comunidade Europeia é solicitada a desempenhar um papel na realização destas primeiras eleições em território palestino.

É desde logo evidente que esta presença assume aspectos algo diversos daqueles que, justamente, farão parte da imagem que se tem de tal participação. Na verdade, os *observadores* estrangeiros a estas eleições não foram tanto solicitados por uma *autoridade ocupante* ou sequer por uma *instância internacional*, a sua presença antes se ficou a dever a uma necessidade política sentida pelo que se poderá considerar a parte mais fraca da situação. Em rigor, para a OLP, a presença de *observadores* acabava a ser uma garantia - para não lhe chamar defesa - face à acção repressiva e ocupante de Israel e à manifesta simpatia dos EUA pelo ocupante.

## Do princípio

Um aspecto de particular significado que foi sublinhado desde início pela comissão que em Novembro do ano passado foi constituída reunindo os delegados da União Europeia e as entidades designadas pela Autoridade Nacional Palestiniana saída de Oslo II foi a *inexistência de uma autoridade civil nos territórios palestinianos de Gaza e do West Bank*.

Trata-se de uma questão que é quase difícil explicar; a situação é, de facto, quase única.

O problema é que o exército israelita ocupante jamais criou uma *autoridade civil* nos territórios ocupados: desmantelou brutalmente o tecido administrativo palestiniano existente antes de 1967, substituiu-o por uma pura administração militar ao abrigo da qual se iam implantando os *colonatos* constituídos numa híbrida situação de obediência à legislação israelita (que, em rigor, não tinha ali vigência) e a um universo de regulamentação teocrática de contornos difusos.

Ou seja: quando se tratou de fazer eleições e de ir tratando da substituição das forças militares israelitas no território, no terreno, administrativamente, ficava - nada. Não havia funcionários públicos palestinianos, não havia administrações palestinianas, tudo fora desmantelado e reprimido pelo ocupante. A própria Autoridade Nacional Palestiniana, constituída na base do aparelho político da OLP (para ser mais exacto, há que reconhecer, da Fatah), revelou-se capaz de, militarmente, constituir a força de polícia palestiniana, mas a componente político-administrativa era, claramente, mais difícil.

As equipas destacadas pela União Europeia, mesmo que de todo estivessem destituídas de qualquer intuito ou espírito paternalista, viram-se assim face à necessidade de montar embriões de estruturas de administração pública que há quase 30 anos haviam sido destruídas na Palestina pelo ocupante sionista.

## Ensinar, ensinar...

E surge aqui o que será talvez um dos traços mais apaixonantes de todo o processo eleitoral do dia 20.

Por comum acordo entre todas as partes, a estrutura básica do aparelho eleitoral foi constituída a partir do... aparelho de ensino palestiniano!

Na verdade, no meio da complexa situação gerada pela ocupação israelita, talvez a única estrutura que conseguiu sobreviver com uma razoável autonomia foi a do aparelho de ensino primário, secundário e mesmo superior, ligado à nacionalidade palestiniana.

A diferença cultural e, sobretudo, de língua, lado a lado com a necessidade de manter alguma imagem internacional, levaram Israel a um complexo convívio com uma estrutura de ensino que, como não podia deixar de ser, acabou a tornar-se um elemento vital da resistência palestiniana.

É um elemento vital de diversos ângulos.

Desde logo, pela própria manutenção de um universo e de uma identidade cultural e nacional; em segundo lugar, uma *estrutura*, uma *organização* que de vários pontos de vista se revelaria determinante: há que não esquecer que a importância dos jovens e seus professores na Intifada foi tal que os ocupantes israelitas encerraram durante quatro anos as escolas primárias e secundárias palestinianas!

É assim que os *professores* se transformaram numa espinha dorsal do processo que conduziu às eleições e de uma forma inteiramente orgânica: aos professores foi cometida a tarefa de realizarem o recenseamento eleitoral, com os professores foi montado todo o dispositivo para as eleições, a absoluta maioria das assembleias eleitorais funcionaram em escolas e as mesas eleitorais foram constituídas exclusivamente por professores.

## ... e o saber

Esta original situação relaciona-se, aliás, com outros traços que é possível *observar* na Palestina.

Todo este complicado processo de convívio dos aparelhos escolares não pode ser separado de uma óbvia forma de racismo manifestada pelo sionismo. Não vale a pena iludir as palavras, mas a qualquer momento se tropeça no facto de que o israelita judeu considera o palestiniano e o árabe como inferior - e nisto o aspecto cultural tem evidentemente um contributo importante.

O inevitável convívio quotidiano dos palestinianos na sua Pátria ocupada por Israel deu assim ao problema da educação uma importância acrescida ainda pela emigração e pelas contradições da solidariedade que se tem prestado à causa palestiniana.

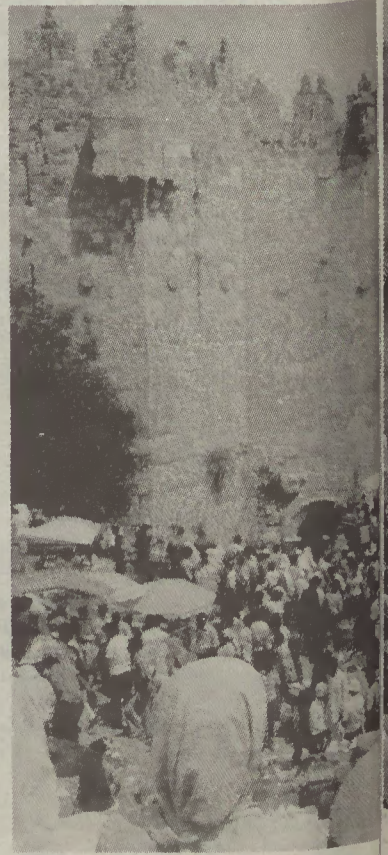
Para encurtar razões, digamos que os palestinianos dos territórios ocupados estudam porque é uma forma de afirmação face ao ocupante, que os palestinianos emigrados estudam porque essa é muitas vezes a forma de solidariedade (bolsas, cursos) que países

árabes e europeus com consciências atribuladas lhes prestam, enfim, todas a gente estuda e o *observador* encontra de repente um povo que economicamente tem padrões de efectiva pobreza e, depois, quase sempre fala duas ou três línguas, revela níveis de cultura académica surpreendentes (engenheiros, médicos, advogados por todo o lado) e um nível cultural geral que se manifesta das mais diversas formas.

Entre estas formas haverá sem dúvida que sublinhar a questão do estatuto das mulheres. Poderá contar-se meia dúzia de anedotas sobre o que aconteceu nas eleições, mas o que nós, os *observadores* vimos é que, num país muçulmano, não havia praticamente uma única mesa eleitoral em que não houvesse uma mulher e, muitas vezes, a ela presidindo.

E tudo isto é que justifica que, numa primeira eleição, com um sistema eleitoral com traços complicados, a percentagem de votos nulos tenha sido perfeitamente irrisória.

Note-se que, sendo uninominal, e não partidária, a candidatura para o Conselho Nacional, em Nablus, por exemplo, o boletim de voto continha sessenta nomes entre os quais era necessário escolher apenas oito (número de lugares a eleger pelo círculo). Ou seja, um boletim com nove nomes assinalados com a respectiva cruz (ou com as cruzes fora do sítio) era automaticamente nulo - e a percentagem foi de 12% de votos nulos com 11% de abstenções!



A porta de Damasco, em Jerusalém

## Observações finais

Na verdade, há que reconhecer que, pelo menos por uma vez, os *observadores* desempenharam um papel que tem alguma coisa que ver com o mundo e o futuro.

A experiência prática de montagem de redes de comunicações, o apoio financeiro a toda a operação (a Comunidade Europeia pagou todo o processo eleitoral, desde a impressão dos votos até ao trabalho dos técnicos) constituíram uma ajuda efectiva à causa do povo palestiniano, foram de facto a garantia de uma afirmação política que, se apenas entregue ao confronto no terreno entre palestinianos e israelitas, seguramente teria tido outros contornos.

É importante talvez sublinhar que a maciça votação não revela uma inteira concordância com o processo contido nos acordos de Oslo. Um dos traços mais emocionantes de diálogos e discussões que travámos foi exactamente o da revelação da clara consciência de muitos homens e mulheres que, não ocultando a sua discordância face às cedências realizadas, afirmavam a sua inteira consciência da necessidade de fazer das eleições um acto de afirmação nacional.

Ao longo do próprio processo, as contradições surgiram e de todo correspondem à verdade as críticas feitas à Fatah em geral e a Yasser Arafat em particular de terem imposto condicionantes à participação e propaganda de candidatos de outras forças políticas.

Mas para todos quantos *observaram* o que se passou não restam dúvidas: o resultado das eleições foi positivo para a causa do povo palestiniano.

Está tudo resolvido? Nem de perto, nem de longe e, há que reconhecê-lo: o próprio processo eleitoral introduziu novos dados que comportam riscos.

De todos, o mais grave é saber de que forma evoluirá politicamente a OLP. A Organização de Libertação da Palestina, enquanto força unitária, é uma vitória e um instrumento central da luta do povo palestiniano. O processo eleitoral introduziu fissuras na OLP, a questão pode não ser grave numa organização complexa e contraditória, mas pode também desencadear processos perigosos, nomeadamente tendo em conta as pressões islamitas e fundamentalistas.



Dois cartazes de propaganda eleitoral

## EM FOCO

A segunda questão é que condições objectivas será possível criar para resolver problemas que de todo estão em aberto: como vai ser a situação dos colonatos? Como vai ser a questão da água, quando, na sua própria terra, os palestinianos continuam a ser obrigados a comprar a água a Israel que a considera sua propriedade? Como se resolverá a questão de Jerusalém? Como evoluirá o equilíbrio entre pombas e falcões na cena política de Israel?

Mas a questão fundamental, essa continua a ser a do povo. A opinião pública em Israel favorável à paz não tem cessado de crescer. E, sobretudo, na Palestina, há um povo que os observadores viram fazer uma eleição à qual chegaram não observando, mas lutando - e a tanto se dispendo a continuar.



## Jerusalém

Há milénios que Jerusalém parece ser um misterioso centro onde a Humanidade se cruza, se devasta, se apaixona, brande espadas e armas e se lança em orações e preces.

Para os palestinianos, Jerusalém é a sua capital. Para Israel, Jerusalém é a consagração do regresso à Terra Prometida.

Talvez em nenhum outro ponto da Palestina o conflito entre israelitas e palestinianos seja tão duro, tão evidente, tão tenso como nessas ruas onde a Bíblia, a Torah e o Corão se entrecruzam.

A afluência às urnas em Jerusalem foi de apenas 35%. Não foi casual: os israelitas, o seu exército, os seus polícias tudo fizeram para desmobilizar os palestinianos de Jerusalém de votarem.

O Likhud fez correr (com panfletos na rua) que os palestinianos residentes em Jerusalém que votassem seriam proibidos de continuar a residir ou trabalhar na Cidade Santa.

Ao contrário de todas as outras cidades, Israel não consentiu que as assembleias de voto se situassem em escolas: impôs que o fossem em *estações do correio* e para tanto apenas disponibilizou cinco. Fisicamente, era impossível que nelas votasse mais de 5% da população palestinianiana de Jerusalém, mas a escolha das estações de correio não foi casual: Israel pretendia assim tornar claro que os palestinianos que votavam em Jerusalém votavam *no estrangeiro!* A discussão chegou ao ponto de os israelitas não autorizarem que as urnas em Jerusalém tivessem a abertura em cima: tinham de a ter de lado, porque eram caixas de correio e não urnas de voto!

As estações de correio cedidas (e com aluguer pago!) eram todas vizinhas de esquadras e quartéis e as forças da ordem obrigavam as filas de eleitores a percorrerem percursos de centenas de metros de forma a fazerem-nos passar frente às portas dos quartéis ou em ruas onde se concentravam manifestantes fundamentalistas judaicos que de tudo insultavam os eleitores.

Mas os palestinianos votaram. Dois mil anos depois, não acabaram as Vias Dolorosas em Jerusalém.



■ Pedro Ramos de Almeida

# A Batalha do Convívio

**N**a vida, na acção, na organização e no pensamento dos comunistas, um espaço e um movimento essenciais pertencem à afirmação e apuramento da vida colectiva das classes e camadas sociais progressivas: à viabilização, na acção de massas, da autoconsciência criadora desses sectores sociais. Esta vida colectiva constitui mesmo um traço indispensável e insubstituível para o avanço da coesão destas mesmas camadas, da sua capacidade de luta, para a valorização do seu próprio dinamismo.

Podemos assim dizer que tais iniciativas são sempre decisivas para que a densidade social desses estratos se assumam, desenvolvam e realizem numa força material susceptível de fazer avançar a história dos homens.

Este movimento em favor da vida colectiva é sobretudo fundamental na juventude. Por razões históricas, sociais, culturais e até biológicas e institivas, é mesmo básico que a juventude trabalhadora e estudantil se identifique e se reconheça como um sector social específico, e assim possa actuar com a inimitável força de união, resistência e transformação que pode ser a sua.

Neste plano, e na história dos movimentos colectivos impulsionados ao longo deste século pelos jovens comunistas e progressistas portugueses, um papel destacado coube - em períodos sucessivos - aos movimentos juvenis de confraternização e de convívio.

Em pleno fascismo, a campanha pela confraternização foi um aspecto dominante das iniciativas empreendidas no quadro do MUD Juvenil, nos anos 40 e 50. Nas ordens de trabalhos das reuniões desta organização de vanguarda da juventude, no capítulo da movimentação, em geral a confraternização precede as lutas reivindicativas, as actuações contra a repressão e pela paz - afinal, tal como a unidade de acção antecede a unidade de organização, é, antes de mais, confraternizando, é organizando festivais, passeios, festas, acampamentos, bailes, almoços, excursões, encontros, assembleias, visitas, etc., etc., que os jovens comunistas procuram então que toda a juventude vença o divisionismo social, a separação dos dois sexos, o isolamento - político e não político - com que o regime de Salazar pretendia marginalizar e neutralizar cada rapaz e cada rapariga, estiolando-lhes a capacidade e a ansiedade de renovação, sepultando-lhes os próprios direitos, o gosto e oportunidade de viverem, agirem e transformarem a vida e o mundo.

O assalto empreendido, no final dos anos 40, 28.III.1947, no passeio a Belamandil, pela PIDE, a GNR e a PSP, com carros de assalto e metralhadoras, prendendo e brutalizando centenas de jovens, que celebravam a semana mundial da juventude - é apenas um exemplo da atenção repressiva votada pelo salazarismo aos que procuravam romper o isolamento em que a ditadura os queria encerrar.

Anos mais tarde, em toda a década de sessenta, a batalha do convívio responderá, nas organizações democráticas juvenis, nomeadamente nas associações estudantis, a um passo adiante do movimento de confraternização, tornado possível pelos anteriores êxitos de lutas do associativismo juvenil e estudantil, que culminaram na inutilização do Dec. 40.900 de 1956, que se opunha às AE de todo o país.

Na base do movimento de convívio, os jovens já não reivindicam somente o direito de estarem juntos: demonstram a profunda certeza de que nada de essencial os divide; agem com a mobilizadora convicção de que a sua liberdade e felicidade dependem directamente da sua afirmação colectiva, da sua cooperação, do grau da sua intervenção, unida, activa e consciente na vida.

Actualmente, em certos meios de comunicação social, «convívio» parece ter ganho o simples sentido de festa. De facto, nos anos sessenta a festa era outra... e o convívio foi, nos Dias do Estudante e em todos os planos da vida - incluindo na campanha contra a guerra colonial -, a expressão da disposição da massa estudantil para se arrancar à passividade e para se tornar, valorizando todas as formas de diálogo, um factor activo e livre do seu próprio destino.

Em certo sentido, podemos dizer que com o surto do movimento do convívio as organizações progressivas juvenis aproximaram e interpenetraram, nos anos 60 e 70, a acção de confraternização e associativa das lutas reivindicativas e políticas. Será, aliás, a larga corrente do convívio que tornará possíveis as grandes greves estudantis de 1962.

É também assente nessa real aproximação que a unidade juvenil e estudantil se reforçará e virá a desempenhar, directa e indirectamente, com civis e com militares, o seu papel na preparação, na eclosão e na continuação do 25 de Abril.

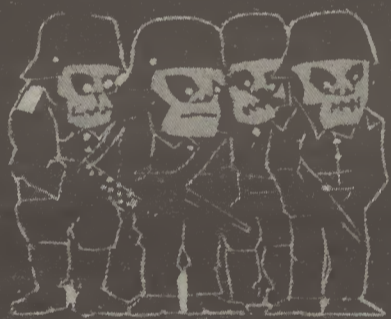
Confraternização e convívio, tal como hoje convergência e cooperação podem e devem ser, para os comunistas, palavras e programas revolucionários e anti-sectários que indicam e robustecem o caminho da unidade popular e, desse modo, a via do crescimento da liberdade e da democracia social.

É que, hoje como ontem, na democracia como no fascismo, combatendo o imperialismo cosmopolita e o nacionalismo chauvinista, o avanço da consciência e das lutas juvenis e populares depende, em grande medida, do movimento vivo e criador que soubermos dar à vida colectiva das massas, à autoconsciência das massas, à iniciativa de massas.

Pedro Ramos  
de Almeida

## O Processo do Salazarismo

Pedro Ramos de Almeida  
**o Processo**  
do (Relatório  
sobre Portugal)  
**Salazarismo**



edições  
Avante!

colecção  
DOSSIER

Preço: 945\$00

Neste livro poderá o leitor encontrar uma explicação muito completa da estrutura do fascismo português, uma breve cronologia dos mais importantes acontecimentos da luta antifascista até 1963, uma denúncia vigorosa da repressão fascista e da crueldade da guerra colonial, uma exposição sobre os interesses económicos que sustentavam o regime fascista e aos quais ele servia.

## EM FOCO

# Chubais, Chubais

**N**os Estados Unidos, sabem fazer as coisas. É por isso que os políticos europeus, em filas intermináveis, se dirigem àquele país para aprender como se organizam e se vencem eleições.

Os trabalhistas do novo Labour, de Tony Blair, estão constantemente atentos às operações de manobra eleitoral do campo do presidente Clinton. Mas as eleições americanas não passam de uma gigantesca campanha de «marketing», de condicionamento da opinião de milhões de eleitores. Naturalmente, as médias de votantes em relação aos inscritos nos cadernos eleitorais são sempre chocantemente baixas. E as pessoas, assim, deixam de acreditar na democracia.

### «Whitewater»

Com a economia a aguentar-se, mas só nas condições possíveis, o desemprego a desviar-se para o Canadá e outros lugares, sectores industriais inteiros atravessando a fronteira, lestage, em direcção ao México, a política estrangeira a não produzir escândalos ou derrotas à vista – como irá o Partido Republicano derrotar Clinton nas próximas eleições presidenciais, em Novembro? Resta uma hipótese: o chamado escândalo «Whitewater».

Disse, recentemente, um dos principais assessores da actual Administração:

«Lamento ter de dizer isto, mas a presidência de William Clinton poderá afundar-se no oceano «Whitewater». Trata-se de um caso de confiança. É isto, simplesmente: será o presidente um mentiroso? Se se provar que Hillary é uma mentirosa, então também ele o é, posto que a tem apoiado completamente como se viu durante o recente discurso sobre «O Estado da União». Quando se tratar de ligar a corrente, os republicanos não recuarão.»

«Whitewater» é, também, uma operação de «marketing». Nada existe. Mas os republicanos vão criar no ânimo dos eleitores a impressão de que algo existe. E, como é sabido, não lhes faltam meios para isso. O grande ataque vai começar. Ou, melhor, já começou. Nas eleições primárias actualmente em curso, o conhecido reaccionário Pat Buchanan, já vencedor no Estado da Louisiana, deixou a sua famosa e, supostamente, inesgotável marca. Apostou no anticomunismo no estafadíssimo «slogan» conhecido como «A América, em primeiro lugar». Eis algumas das declarações recentes que o ajudaram à vitória na Louisiana:

«As importações baratas estão a liquidar, uma a uma, as indústrias americanas. Lançaremos um imposto de 50% sobre as importações de crustáceos provenientes da China.»

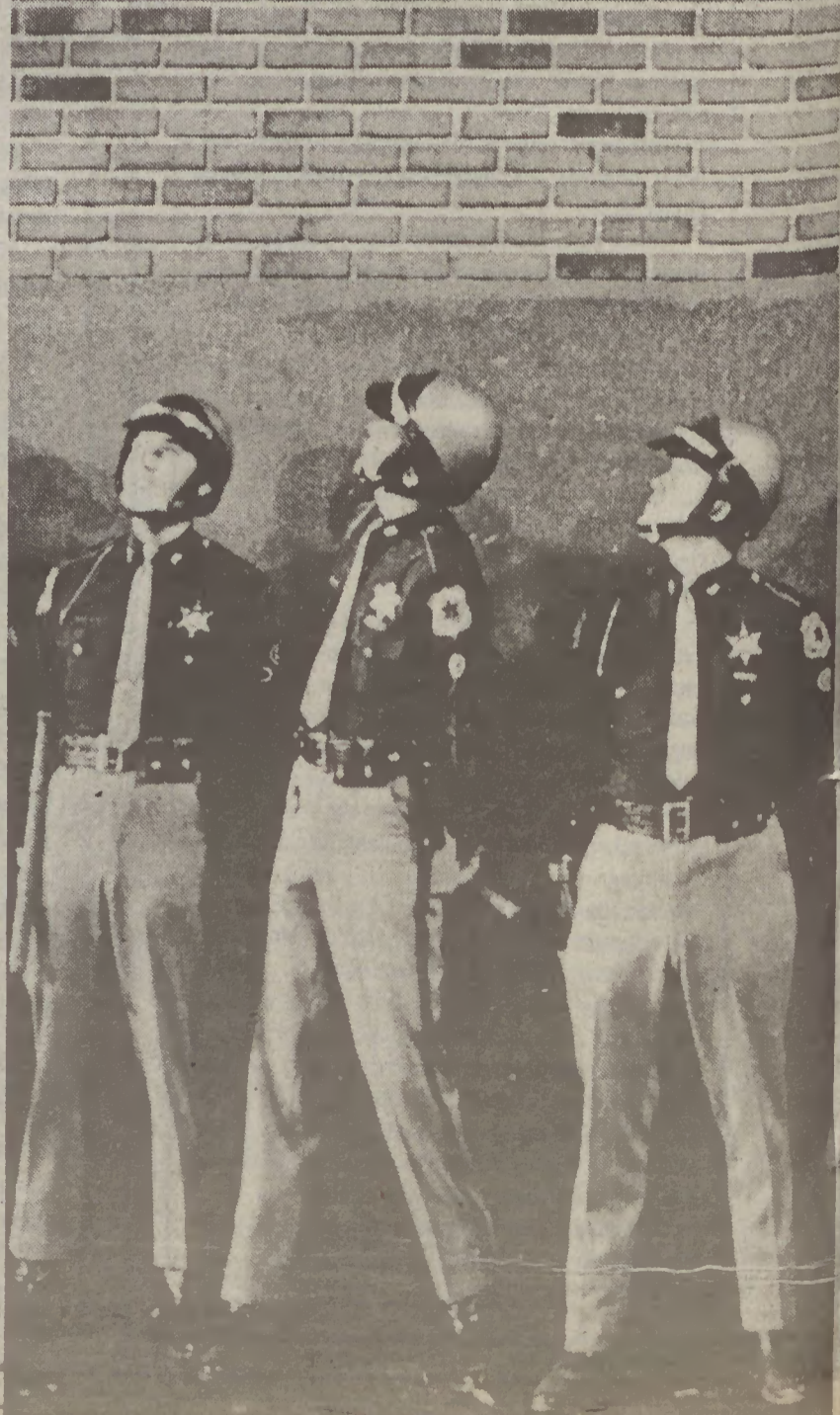
E quando um agricultor referiu a impossibilidade de vender o arroz que produz devido a que as importações daquele produto produzido no Vietname estariam a inundar o mercado, Buchanan explodiu:

«Sim, meus amigos. Agora, andamos a comer arroz do Vietname, arroz produzido por aqueles que assassinaram os nossos rapazes prisioneiros de guerra!»

Pat Buchanan foi um dos políticos que mais influenciaram as administrações republicanas de Richard Nixon e Ronald Reagan. Mas a sua falta de argumentos, na conjuntura actual, condu-lo à adopção de uma postura nacional-socialista pretendendo defender os trabalhadores americanos e os seus empregos. Ataca os grandes meios de negócios e põe na sua explosiva retórica um tom quase inacreditável de conflito de classes. Ao mencionar, publicamente, os nomes das principais transnacionais americanas que despediram pessoal e transferiram fábricas para o México, Buchanan, acrescentou: «As grandes empresas americanas não dão um chavo pelos nossos trabalhadores.»

Apoiando o antigo senador, o padre Charles Spileau (católico) encerrou a campanha eleitoral na Louisiana, afirmando: «Bill Clinton é o homem mais diabólico que jamais pisou a Casa

Branca. Não tem qualquer respeito pela santidade da vida.»  
Hillary Clinton está já a caminho de vir a ser catalogada pelos republicanos como uma mentirosa, só por não ter entregue à Comissão de Investigação do caso «Whitewater» certos



## EM FOCO

## - para onde vais?

■ Manuel de Lencastre

papéis que, parece, em nada a incriminavam. Esses documentos, entretanto, foram «esquecidos» por mãos negras e sinistras num dos lavatórios de um departamento da Casa Branca. E, por milagre, alguém foi lá encontrá-los.

## Eis o mercado

O mercado global de capitais conheceu novas fronteiras, em 1995. Assim, enquanto a indústria americana corre para o México a esmagar a mão-de-obra a trabalho casual e quase de graça e, no processo, arruína os canadianos, os grandes investidores fogem, como o diabo da cruz, à sua verdadeira missão. Não querem investimentos a médio ou a longo prazo. Não que-

rem indústrias ou fábricas. Nada que envolva pessoal. De mercado em mercado, o grande capital procura poiso onde possa gerar rendimentos especulativos rápidos e seguros. Depois, foge uma vez mais, em demanda de novos lugares de efeitos similares. É isto investimento? Estes investidores globais, estão a pedir que os povos lhes dêem uma verdadeira lição.

Principais centros de investimento de capitais internacionais, em 1955, e valores movimentados		Principais investidores americanos fora dos Estados Unidos	
(em mil milhões de dólares)		(em mil milhões de dólares)	
Tóquio	1.523	Fidelity	26,9
Londres	754	Capital Research	21
Nova Iorque	678	Franklin Resources	14,5
Boston	425	TIAA-CREF, Investments	11,4
Zurique	379	Merrill Lynch Assets Managt	9,6
Genebra	242	Putnam	7,6
Paris	231	Scudder, Stevens & Clark	7,6
San Francisco	199	Investors Research Corp.	6,4
Los Angeles	189	General Electric Inv. Corp.	5,3
Toronto	144	Wellington Management	4,6

Numa análise realizada, recentemente, por consultores especializados na rentabilização de fundos mútuos (pensões de reforma, especialmente), concluiu-se que também o mercado de colocação de capitais destes fundos está a movimentar cerca de 15,5 milhões de dólares e que metade deste valor pertence a pessoas residentes nos Estados Unidos, um país com 5%, apenas, da população mundial.

«You need a global presence. Only a handful of companies can demonstrate global competence» (1), disse Hug Bolland, um dos chefes executivos dos Schroders Investment Management, em Inglaterra. Com Mr. Bolland e com todos os investidores dos grupos e mercados acima designados, podemos concluir sem dificuldades que os tempos do velho capitalismo que abria fábricas e empregava operários passou à História. O capitalismo novo, tem outra cara. Representam-no

sua histórica missão – a de arruinar o mundo e a humanidade? Têm a palavra os comunistas de todos os países.

## O fim da solidão

O patrão das privatizações na URSS esteve no Concílio de Davos, na Suíça, e advertiu as suas entidades patronais (que lhe pagam, e bem) de que devem esperar um banho de sangue na Rússia, se os comunistas vencerem as eleições presidenciais em Junho próximo.

E disse mais, o «nosso» Chubais: «Lembrem-se de que há dois Zyuganovs na Rússia. Um, é para consumo doméstico – e outro para uso externo. O governo russo encontra-se, para já, numa perigosa encruzilhada. Acha-se frente a duas opções e espero que surja uma decisão prática dentro de duas semanas. Se o presidente Yeltsin optar por uma política de gastos extra-orçamentais com a intenção de tentar comprar o eleitorado, empurrará o país para um desastre financeiro.»

Mas, não experimentaram já os povos da URSS todos os desastres imaginários e possíveis em nome da democracia? É caso para perguntarmos: para onde vais, Chubais? Porque, francamente, de onde ele vem sabemos nós. Vem do futuro onde o capitalismo global executou parte do seu programa – antes de tempo, é verdade, o que nos permite, agora, conhecer esse futuro. Para já, temos um exemplo que nos apressamos a desenvolver.

As perdas dos Bancos japoneses na área dos empréstimos à habitação (um sector que já faliu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha) ascendem, segundo as últimas estatísticas reveladas, à soma de (em Escudos): 5.405.000.000.000\$00, que se distribuíram como mostra o quadro junto.

Bancos Comerciais		Bancos de empréstimos a longo prazo (estilo Caixa Geral de Depósitos)	
Valores em Yen:		Valores em Yen:	
	mil milhões		mil milhões
Sakura	33	Industrial Bank of Japan	492
Sanwa	279	Long-term Credit Bank	323
Asahi	95	Nippon Credit	237
Bank of Tokyo	90	Sumitomo Trust & Banking	325
Daiwa	75	Mitsubishi Trust & Banking	321
Tokai	61	Mitsui Trust & Banking	287
Fuji	58	Yasuda Trust & Banking	233
Sumitomo	57	Toyo Trust & Banking	202
Mitsubishi	54	Chuo Trust & Banking	90
Dai-Tchi Kangyo	54	Nippon Trust	53

os fundos, os valores financeiros, os investimentos aqui mencionados, entre outros, evidentemente. E porque assim é, o socialismo num só país passou à categoria de um glorioso episódio que reside no passado. Hoje, temos nas mãos uma luta verdadeiramente internacional, dadas as novas condições. Como agir para que o capitalismo moderno não consiga cumprir a

Com estes números na nossa presença, podemos dizer que, tal como Chubais, vimos o amanhã, vimos o fim da nossa solidão. Comunistas! Por que esperais? Diante de vós já está o filme do futuro. Reforçai a vossa grandiosa obra de preparação de um outro destino – oposto ao que nos prometem os capitalistas abrigados nos Fundos e nos Trusts, trabalheemos pelo futuro de todos os cidadãos do mundo. A economia de mercado não conseguirá assassinar a humanidade porque os comunistas, a quem a escravatura repugna, saberão defendê-la!

(1) É preciso ter-se uma presença global. Só uma mão cheia de companhias pode demonstrar competência global no mercado!



## EM FOCO

Seabra Dinis

■ António Esteves

## A Obra e o Homem

Joaquim Seabra Dinis, médico psiquiatra, escritor, publicista, nasceu em Sangalhos em 31 de Janeiro de 1914 e faleceu em 26 do passado mês de Janeiro, em Lisboa, onde viveu a maior parte da sua vida.

Ainda jovem, colabora em vários jornais e revistas da região e cria na sua terra natal uma biblioteca popular e um clube desportivo. Num dos jornais (*Ideia Livre*) dirige uma página cultural e realiza um curso de Esperanto, de que se tornou grande entusiasta.

Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1938, aí começa os estudos de Psiquiatria, como estagiário, no Serviço Hospitalar do Prof. Elísio de Moura. No meio académico coimbrão, e a par da formação académica, vive o ambiente ideológico e literário que lhe é afim, juntando-se ao grupo intelectual marxista e aos amigos do Neo-realismo e da Vértice.

Em 1940, vem para Lisboa a fim de continuar a preparação em Psiquiatria, primeiro sendo assistente voluntário do Hospital Miguel Bombarda e, após a inauguração do Hospital Júlio de Matos, em 1942, como 1º Assistente. Aqui fará toda a sua carreira hospitalar passando a chefiar a secção asilar do Hospital em 1953 e vindo a ocupar o lugar de Director de Serviço em 1959.

Em 1945, obtém uma bolsa do governo francês para estudar em Paris, no Laboratório de Biopsicologia de Henri Wallon, a Evolução da Personalidade. Em França, toma contacto - e estabelece boas relações de amizade - com o grupo de "La Raison" (revista de Psicopatologia científica, dirigida por Wallon). O mesmo grupo que viria a estar na origem do movimento das "Jornadas Psiquiátricas", movimento esse em que foram proclamados os princípios fundamentais duma nova concepção de assistência aos doentes mentais.

O interesse pelo estudo da Psiquiatria vai ser uma constante na vida profissional de Seabra Dinis: trabalhos de investigação clínica, participação em congressos internacionais, publicações em revistas nacionais e estrangeiras, publicação de livros, membro de sociedades científicas, etc.

Como Secretário-Geral dos Anais Portugueses de Psiquiatria (Revista do Hospital Júlio de Matos), desenvolve intensa actividade levando aos principais círculos psiquiátricos do mundo os trabalhos dos psiquiatras portugueses.

Convidado para representar o País no 1º Congresso Médico para o Estudo das Condições Actuais de Vida, apresenta, nessa qualidade, em Viena de Austria, uma comunicação sobre "Condições de Vida e Saúde Mental".

Na sua orientação científica tem a preocupação de nunca esquecer o conceito dialéctico indivíduo-meio, tendo procurado neste sentido acentuar a influência das condições sociais sobre a formação da personalidade e sobre o aparecimento de perturbações psíquicas de tipo neurótico e psicossomático. Parecendo-lhe ver na teoria da cortico-visceralidade de Pavlov uma base fisiológica para o desenvolvimento da sua atitude científica ensaiou com êxito o método psicoprofiláctico de preparação da grávida para o parto. Contacta para esse efeito as escolas científicas de

vários países (França, ex-URSS, Inglaterra), desenvolve intensa actividade dispersa em artigos, publicações, conferências, entrevistas, etc., e colabora com Jorge Monjardino na organização de Cursos no Hospital do Ultramar.

Entre outras publicações reedita o livro de Colette Jeanson "Princípios e prática do parto sem dor" e traduz, em colaboração com Azevedo Mota, o livro de H. Vermorel sobre o "Parto sem dor" pelo Método Psicoprofiláctico à luz da doutrina fisiológica de Pavlov. Representa Portugal e Espanha no Comité Científico do Congresso Mundial realizado em Paris em Julho de 1951 sobre o tema Medicina Psicossomática e Maternidade.

Em colaboração com Moreira da Silva, realiza um trabalho de investigação de grande importância médico-social no Concelho de Oleiros (Beira Baixa) a que dá o título "Rápida Sondagem Médica na Província: uma região de Bócio Endémico e de muitos Oligofrénicos", trabalho que apresenta na Sociedade de Ciências Médicas. Em 1958 introduz e põe em prática o método Terapêutico de Relaxamento e a partir de 1959 assegura no Hospital de Santa Maria uma consulta semanal destinada a doentes e médicos.

Com Barahona Fernandes, de quem era colaborador e amigo, publica "Therapeutique Occupationnelle". O ambiente psicossocial e as experiências colhidas na terapêutica activa no hospital estiveram na origem do livro.

De entre dezenas de trabalhos, científicos, comunicações, conferências, refere-se: *Reabilitação em Psiquiatria; Évolution et tendences actuelles de la psychanalyse; Sur l'étude de la psychopathologie de la dépersonnalisation; Occupational therapy; Neurose do ponto de vista social; Actividade nervosa superior; Perspectivas humanas; Dicionário de psiquiatria e termos afins*; colaborador da *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*; etc.

Com a tradução do livro de Henri Wallon "Do Acto ao Pensamento", Seabra Dinis estimulou alguns estudiosos a tomar conhecimento de uma das mais importantes obras de Wallon, que foi um dos primeiros cientistas da nossa época no campo da investigação psicológica.

Inteligente e culto, homem de leitura e reflexão, figura de relevo na vida científica e cultural do País, igual a si próprio durante toda a vida, era avesso a quaisquer "modas" (o que não obstou a que fosse um espírito aberto a inovações que tocassem a sua sensibilidade e não "ofendessem" o senso crítico).

A doença de que sofria não o impediu de uma continuada actividade, quer no campo profissional, quer na intervenção sociocultural e política.

Claro que era um homem com marca política e ideológica. Militante comunista desde a juventude, lutou sempre pelos ideais socialistas, chegando a ser preso pela PIDE nos anos 60.

Seabra Dinis foi uma presença assídua na tertúlia da Smarta enquanto pôde deslocar-se ao consultório. Sereno e tranquilo na postura habitual, afável no trato, mais propenso a ouvir quando entre amigos, não se dispensava, porém, de um ou outro comentário, suavemente crítico ou irónico, bem ao jeito da sua bonomia e finura de espírito.

À memória do camarada e amigo, o nosso preito.



LUÍS SÁ  
O Lugar  
da Assembleia  
da República  
no Sistema Político

CAMINHO  
coleção universitária

A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para: Edições «Avante!», SA,  
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

# Polivalência e Flexibilidade

■ Morais e Castro

**S**empre fomos dos que defendemos a inclusão da iniciação ao Teatro nas disciplinas obrigatórias do Secundário. Outrora, por desejo cultural de formação de um público para os espectáculos e viveiro de novos talentos para integração dos mesmos.

Hoje, muito mais do que isso, como disciplina fundamental para a formação e preparação do indivíduo para a sua labuta do dia-a-dia.

Vejamos porquê. No tempo em que eu entrei para o Teatro Profissional (faz este ano de 96, lá para Novembro, 40 anos - calculem!), a precariedade da profissão era de tal ordem que, por exemplo, meu pai me exigiu como contrapartida de me deixar fazer Teatro Profissional (eu tinha então 16 para 17 anos) que me compromettesse perante Ele a acabar o Curso de Direito que ia iniciar no ano seguinte.

Hoje a precariedade atinge todas as profissões, hoje Advogado é precário.

Logo, já não há pais, penso, com medo que os filhos vão para a área dos espectáculos. Precário por precário sempre é bom que eles façam o que gostam e se tiverem sorte até podem vir a ser «vedetas» e consta por aí que há uns que ganham muito dinheiro, têm casas com piscina e tudo.

Mas a resposta principal da utilidade do ensino do Teatro no Secundário é, insistimos, a da formação e preparação para a «flexibilização» e «polivalência» impostas na concertação social pelo grande patronato com beneplácito do Governo Guterres e o «amougar» da UGT em troca de um adiado para 1/1/98 horário de 40 horas semanais.

É que efectivamente no Teatro, e na Televisão e no Cinema, os Actores nunca souberam nem sabem o que é o pagamento de horas extraordinárias, embora trabalhem às vezes 12, 14, 16, 20 horas seguidas. Nunca souberam nem sabem qual o limite ou limites físicos à adaptação a quaisquer formas de criação mesmo que à primeira vista pareçam ser humilhantes, mas que nobilitam a sua integração no Espectáculo, bem como não se resguardam de desempenhar serviços técnicos não artísticos para bem do Espectáculo.

Quando o Grupo 4 (Irene Cruz, João Lourenço, Rui Mendes e eu) inaugurou o Teatro Aberto, tinha no Átrio uma fotografia de todos nós, em 1975, então na casa dos 30, os três homens de tronco nu, que à época esteticamente estávamos muito bem, a montarmos em forças as ilhargas do palco desmontável da Peça «Como o Sr. Mokimpot se libertou dos seus tormentos» de Peter Weiss numa herdade alentejana ocupada pelos trabalhadores, para representarmos essa peça para esses e para outros doutras herdades também ocupadas. Por mais «parvoíces» que se digam por aí sobre o PREC, por mais branqueamentos que se tentem fazer do fascismo e por mais denegrimientos mal intencionados que tentem fazer do 25 de Abril, já ninguém me tira, já vai comigo para a cova, melhor, para o forno crematório, o imenso prazer, orgásmico mesmo, de um acto de criação artística teatral, com amigos, para milhares de trabalhadores que se sentiam com o direito à terra a quem a trabalhava, mas ávidos de aprenderem, de se emocionarem, de terem também o prazer do belo e do bem, o prazer da Arte, a que tinham tanto direito como à terra que trabalhavam. Arte que nós trabalhávamos e lhes dávamos.

E isto, repito, já ninguém me tira.

Mas voltemos à questão do ensino do Teatro no Secundário. Se estas coisas da «flexibilização» e da «polivalência» vão por diante, o que eu duvido visto que a capacidade e as formas de luta dos trabalhadores estão longe de estar esgotadas, é bom que os jovens se habituem através do ensino do Teatro que, em

4 meses de ensaios (cerca de 2 peças de 3 actos) podem trabalhar 10 horas num dia e 6 noutro, uns dias das 7 às 17h, noutros dias das 17h às 3 da manhã, não saberão a que dia calha a folga (bem, no Teatro, de uma maneira geral, sabe-se, eu estou a exagerar, mas para o futuro

das empresas segundo a «concertação» não estou a exagerar). Será bom que não constituam família fora do Teatro, porque vão ter dificuldade em combinarem com a companheira ou companheiro qualquer coisa de preciso fora do trabalho e isso desgasta o lar. Férias vai ser uma dificuldade a não ser sozinho ou sozinha.

É a «flexibilização malta!»

Também se vão habituar os jovens a fazerem hoje um papel importante e amanhã figuração e a além de representarem a darem uma mãozinha na cenografia, nos adereços, na carpintaria, na electricidade, na contra-regra, quando não na limpeza, na ajuda a segurar na percha dos microfones ou nos cabos das câmaras.

É a «polivalência malta!»

Só que - agora a sério - no Teatro, na Televisão, no Cinema, mesmo sem os meus exageros, geralmente estamos no campo da

## Nem o Marcelo Caetano

Mas vamos lá a ver, é que isto da «flexibilização» e da «polivalência» não existiram nem no tempo do Fascismo.

De facto diz, ainda hoje e vem do Governo do Prof. Marcelo Caetano, o art.º 5.º n.º 1 a 3 do Dec.-Lei 409/71 de 27/9.

«O período normal de trabalho não pode ser superior a oito horas por dia e a quarenta e quatro horas por semana.

O período normal de trabalho dos empregados de escritório não pode ser superior a sete horas por dia e quarenta e duas horas por semana.

Haverá tolerância de quinze minutos para as transacções, operações e serviços começados e não acabados na hora estabelecida para o turno do período normal de trabalho, não sendo, porém, de admitir que tal tolerância se transforme em sistema.»

• Art. 6.º n.º 3 do mesmo Dec.-Lei.

«Sempre que as actividades referidas na alínea a) do número anterior tenham carácter industrial, o período normal de trabalho será fixado de modo a não ultrapassar a média de quarenta e oito horas por semana ao fim do número de semanas estabelecido no respectivo decreto regulamentar ou instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.»

• Art. 7.º do mesmo Dec.-Lei.

«1 - Sempre que o aumento da produtividade das actividades o consinta e não haja inconvenientes de ordem económica ou social, devem ser reduzidos os limites máximos dos períodos normais de trabalho estabelecidos no presente diploma.

2 - Na redução dos limites máximos dos períodos normais de trabalho prevista no número anterior deve dar-se prioridade às actividades e às profissões que impliquem maior fadiga física ou intelectual ou que comportem riscos para a saúde dos trabalhadores.»

• Art. 9.º do mesmo Dec.-Lei.

«Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho deverão reduzir, sempre que possível, os limites máximos dos períodos normais de trabalho dos menores de 18 anos.»

• Art. 22.º do Dec.-Lei n.º 49408 de 24/11/69

(Prestação pelo trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato)

1 - O trabalhador deve, em princípio, exercer uma actividade correspondente à categoria para que foi contratado.

2 - Salva estipulação em

contrário, a entidade patronal pode, quando o interesse da empresa o exija, encarregar temporariamente o trabalhador de serviços não compreendidos no objecto do contrato, desde que tal mudança não implique diminuição da retribuição, nem modificação substancial da posição do trabalhador.

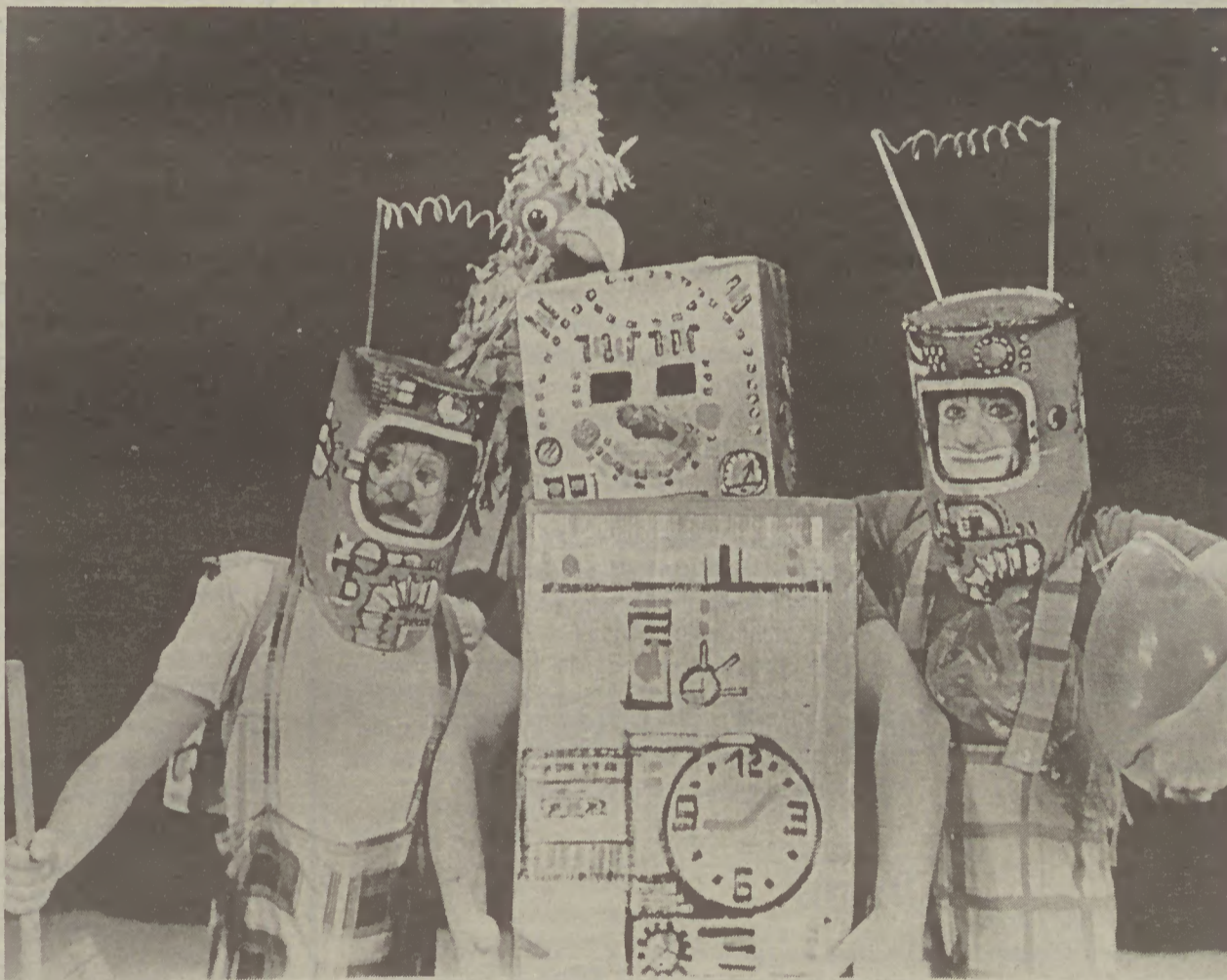
3 - Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos do número anterior, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.

Art. 23.º do mesmo Dec.-Lei.

**Mudança de Categoria**

O trabalhador só pode ser colocado em categoria inferior àquela para que foi contratado ou a que foi promovido quando tal mudança, imposta por necessidades prementes da empresa ou por estrita necessidade do trabalhador, seja por este aceite a autorizada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, bem como quando o trabalhador retome a categoria para que foi contratado após haver substituído outro de categoria superior, cujo contrato se encontrava suspenso.

Agora com a «flexibilização» e a «polivalência» que os patrões querem, com o beneplácito do Governo e da UGT, não é de estranhar que se passe a ver escrito nas fachadas das grandes empresas representadas pela CIP, CAP e Vasco da Gama o mesmo que nos Campos de Concentração do rapaz Adolfo Hitler: Arbeit Macht Frei (O trabalho faz a Liberdade).



criação artística, da dádiva num acto de criação colectiva, num acto de amor, enfim, que sobreleva o trabalho.

Nada tem a ver com as profissões exercidas e os trabalhos prestados aos patrões daqueles ramos de actividade representadas por aqueles energúmenos com ar de saloios da CAP e com ar de mafiosos da CIP (safa-se você, Vasco da Gama, porque quando eu era Advogado do Grémio dos Importadores Material Electrónico e você da Direcção, era você um tipo muito «giro» e com sentido de humor, espero que o mantenha).

Só há uma coisa que me vai dar «um» certo gozo: é ver os «pequenos», jovens quadros a terem que tirar o «blaser» e varrerem o gabinete do «chefe» ou carregarem o computador e a impressora ou servirem cafés porque a secretária está ocupada a preparar o almoço do Conselho da Direcção. (Palavra de honra, se há coisa que me «chateia» é ver Secretárias a fazer e servir cafés. Há uma Empresa Multinacional onde eu sou Advogado e tenho direito a Secretária, aliás uma das melhores, da Empresa. Pois bem, faço todo o possível para que ela não sirva cafés. Arranjo-os eu próprio, só quando tenho muitas pessoas à volta da m/mesa de conferências é que lhe peço porque eu sou um desajeitado e posso entornar os cafés nos «parceiros», o que não quer dizer que, às vezes, não estejam lá uns tipos sentados em quem apetece mesmo entornar os cafés nas respectivas «trombas»).

# O LEITOR

Viva os 65 anos!

Começamos, a propósito, com uma saudação que nos foi enviada pelo nosso leitor Jorge Manuel Antunes, de Lisboa, e que agradecemos:

Por diversas vezes tenho enviado cartas ao nosso jornal e por diversas vezes tive a satisfação de as ver publicadas em torno de algumas questões da nossa vida, como por exemplo as pensões sociais, situações relacionadas com empresas do sector gráfico, momentos altos, pela negativa, do governo de Cavaco, etc.

Diversas vezes tive o prazer de divulgar aos meus colegas de profissão que apenas o "Avante!" tinha divulgado determinada notícia. Desta vez, o que me levou a escrever foi o simples facto de enviar os meus sinceros parabéns à Direcção do "Avante!" pelos 65 anos de vida e luta pelo direito à séria informação sem o controlo dos senhores do dinheiro. Fazendo votos que, com o início de mais um ano, a tiragem do jornal aumente e que o seu número de leitores também.

É preciso corresponder ao esforço de quem no dia-a-dia vem fazendo do jornal "Avante!" o nosso jornal. Pela verdade, pela vontade de servir e esclarecer contra as forças da ignorância.

Viva os 65 anos do "Avante!"

## Uma queixa

De Londres chegou-nos uma carta, assinada por João Monjardino, exprimindo o seu desacordo pela forma como o nosso colaborador Manoel de Lencastre se referiu, em artigo publicado no nosso jornal de 25 de Novembro passado, às actividades da Associação dos Portugueses em Inglaterra. Pelas considerações que tece e pela forma como as aborda, achámos conveniente enviar cópia dessa carta ao nosso colaborador, agradecendo à mesma a atenção do Sr. Monjardino.

## Uma cópia

De um grupo de Democratas Minhotos, recebemos cópia de um telegrama enviado em 24 de Janeiro passado ao Primeiro-Ministro Guterres, em que os signatários exprimem as suas preocupações quanto à hipótese de revisão da Lei Eleitoral, esperando que, se tal projecto se vier a confirmar, seja mantido o sistema proporcional, "para que mais que dois partidos tenham digna representação parlamentar". "Se a confrontação institucional se limitar a duas formações políticas", dizem estes democratas do Minho, "obviamente aumentarão as lutas de massas de diversos sectores profissionais". Os signatários consideram que tal poderá originar instabilidade no País e que desse modo "Portugal tornar-se-á uma ditadura camuflada ao serem afastados do Parlamento representantes de milhões de portugueses".

## Os pimbas amestrados

De Montemor-o-Novo, escreveu-nos o nosso leitor Carlos Machado Acabado, uma longa carta, de que publicamos estas passagens:

Desde logo, uma certeza: Iran Costa e os Pimbas Amestrados não estarão em Belém. Não será o triunfo da democracia, mas é com certeza, alguma coisa. Porque é exactamente disso que se trata, penso eu, da tentativa de tomada do poder político nas sociedades ocidentais por um Pimbismo pós-ideológico (em que

Pacheco Pereira 'excels'), o 'dernier cri' conceptual traduzido para Português corrente pelo teórico da indiginação descartável, o vago mago do pós-ex-maóismo cuja transferência para um grande de Lisboa fez correr tanta tinta na imprensa da época.

(...) A pós-moralidade tem um nome - e uma presença regular nas sociedades 'livres' do ocidente europeu, sociedades essas já descontaminadas de doenças morais e reflexivas, já saudavelmente pós-éticas, alegremente situadas, à Nietzsche das hortas, para lá, não só do Bem e do Mal, como também para lá das ideias, das dignidades, das honestidades, dos compromissos com valores de civismo, de coerência e de consciência (social, política, etc.) elementares, uma moralidades tipo Black and Decker, um pragmatismo feroz e indetido por escrúpulos seja de que tipo for, desde que se trate de encher de sopa o prato de alguém estrategicamente central do 'sistema' e - exigência iniciatória incontornável! - quanto mais medíocre, óbvio, solicitamente intrujão e excitantemente amoral, melhor. O que conta é a excitação alarve, o tumulto glandular, o alarido grosso e fácil.

(...) Pois bem, parece que finalmente alguém de bom-senso e de boas contas desligou o pimba, punindo os infractores. O país que o fez pode respirar. Resta saber e resta desejar que a nova e esperada saúde lhe faça bom proveito. E, para isso, façam favor, contem connosco. Cá estaremos!

## Regabofe e cavaquismo

Duas cartas recebemos do nosso leitor Ramiro Cardoso, endereçadas a esta secção que, como se sabe, não é semanal. A primeira protestando contra o "regabofe de impunidades a que se assiste no desporto e não só, e especificamente no futebol", dando conta de uma carta enviada a um quotidiano desportivo que achou por bem não a publicar. A outra carta refere-se às contradições do cavaquismo e foi escrita em plena campanha para as presidenciais. Alguns excertos:

Se existe neste país, alguém que mais tenha contribuído para a divisão entre os portugueses, esse alguém só pode ser Cavaco Silva. Então permitir toda esta bagunça que se sabe não é dividir? Fazer do compadrio e da corrupção quase que uma instituição, permitindo a alguns enriquecerem despudoradamente em detrimento desse pobre povo, que se poderá chamar a isso tudo se não dividir?

(...) O prestígio de Portugal no mundo? Bom, o melhor é rir. Um exemplo: a França, país onde me encontro, que no seio da UE, depois da Espanha, é o país que mais afinidades terá conosco, aquele que depois de *nuestros hermanos*, melhor nos conhece. De Portugal, só se for o vinho do Porto, a Amália, o Eusébio ou o Benfica, a menos que sejam a escravatura dos tempos coloniais, o trabalho infantil, a legendária humildade e docilidade dos portugueses ou ainda esta imagem terceiro-mundista de país condenado eternamente à emigração.(...)

## Do Brasil

Do Brasil, mais propriamente de S. Paulo, nos envia o nosso leitor Manuel Soares uma carta, felicitando o nosso jornal pelo dinamismo com que tem desenvolvido a sua actividade, e enviando-nos o recorte de um jornal - "Folha de São Paulo" - com a entrevista feita a José Saramago, cujo romance "Memorial do Convento" é objecto de leitura num curso preparatório à universidade. Agradecemos a carta e as notícias que nos envia.



■ Miguel Urbano Rodrigues

# 220 ilhotas disputadas por 6 países

**D**e tempos a tempos, a imprensa recorda que as Ilhas Spratly emergem a sul do Mar da China como um foco de tensões. Os últimos incidentes na Região ocorreram na Primavera passada e opuseram a China, Taiwan e as Filipinas.

Que ilhas são, afinal, essas e que interesses estão por trás do contencioso que envolve seis países?

As Spratly são um conjunto de ilhotas do Sul do Mar da China, distribuídas por uma área de 180 mil milhas marítimas. Simples bancos de areia ou coral foram desabitadas durante séculos. A maior tem apenas 36 hectares.

Foi a aguada casual de um capitão inglês, Spratly, que deu ao Arquipélago o nome pelo qual os europeus o designam. Mas os chineses já antes lhes chamavam Nansha — quando, os vietnamitas Truong Sa e os filipinos Kalayan.

A importância estratégica das Spratly, na rota do Índico ao Japão, motivou em 1883 a primeira tentativa de ocupação. A Alemanha imperial instalou numa das ilhas uma missão hidrográfica. O imediato protesto da China pôs termo ao projecto. Em 1927, a França, invocando os seus «direitos» na Indochina, tomou posse de seis ilhas. A China, o Japão e a Inglaterra protestaram, mas a situação criada não se alterou: os franceses ficaram.

Em 1951, os EUA incluíram no Tratado de São Francisco uma cláusula pela qual o Japão renunciava definitivamente a quaisquer pretensões sobre o Arquipélago.

Após a independência do Vietnã do Norte, o governo de Hanoi proclamou logo a sua soberania sobre a totalidade das Spratly. Entretanto, só em 1976, depois da reunificação do país, posterior à derrota americana, a França renunciou oficialmente aos seus inexistentes direitos. O Vietnã ocupou, então, a maioria das ilhas.

A China de Chiang Kai Shek ocupava, porém, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a maior ilha do Arquipélago, Itu Aba. Nela se manteve depois da vitória da Revolução Chinesa.

O governo de Pequim, evidentemente, considera ilegítima essa ocupação e proclama a sua soberania sobre o conjunto das Spratly.

Existe, assim, uma situação complexa. Além da República Popular da China, do Vietnã e de Taiwan, três outros países asiáticos invocam direitos sobre algumas ilhas: as Filipinas, a Malásia e Brunei.

Presentemente, o Vietnã ocupa 21 ilhas, as Filipinas 8, a China 6, a Malásia 3 e Taiwan 1. O sultanato de Brunei não está presente em qualquer ilha. As forças de ocupação são, aliás, todas elas praticamente simbólicas.

O confronto principal opõe a China e o Vietnã. Num Livro Branco que publicou sobre o caso, o governo de Hanoi qualificou a ocupação parcial do Arquipélago pela China como «um acto de agressão» e uma ameaça à segurança do Vietnã «a partir do mar». Na opinião de alguns historiadores, especialistas na matéria, o contencioso sobre as Spratly foi mesmo uma das causas principais da guerra de 1979 entre a China e o Vietnã.

O Arquipélago mereceu durante séculos tão pouca atenção que, das suas 220 minúsculas ilhas, 40 ainda não têm nome.

Porquê, então, o choque de ambições que envolve seis países da Região?

Os interesses estratégicos pesam muito, sobretudo para a China. Mas os económicos são determinantes. Prospecções realizadas por empresas norte-americanas durante a guerra do Vietnã, trouxeram a certeza de que o subsolo marinho das Spratly encerra enormes reservas de petróleo. Não é tudo. Os bancos de pesca do Arquipélago são dos mais ricos do Mar da China.

Meio século se passou sobre a mais terrível guerra de todos os tempos: 50 milhões de mortos, muitos milhões de homens em armas; numerosos países envolvidos, destruições incalculáveis na economia, nas riquezas naturais e património cultural acumulado ao longo de séculos.

De novo forças do fascismo levantam cabeça.

Focos de guerra, choques económicos e graves crises sociais abalam a Europa e o Mundo. Desenvolvem-se grandes operações de revisão e falsificação da História e de branqueamento do fascismo.

É necessário reter o que precedeu e tornou possível os crimes do nazismo e do fascismo.

É necessário que os que não sabem ou já esqueceram conheçam e se lembrem.

Para que nunca mais aconteça!

edições  
Avante!

Preço:  
2100\$00

Para que  
nunca mais  
aconteça  
fascismo



## EM FOCO

# Quadros da CGTP-IN analisam problemas da pesca e dos pescadores

## É preciso responder à crise

**D**irigentes dos sindicatos dos pescadores de todo o

País, das federações das Pescas

e da Alimentação, das uniões distritais do litoral e da CGTP-IN reuniram recentemente em Lisboa.

O encontro de quadros de 11 de Fevereiro integrou-se na preparação dos congressos da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca (marcado para 10 de Março) e CGTP (31 de Maio e 1 de Junho), e teve por objectivo analisar a actual situação do sector e dos trabalhadores da pesca.

No final do encontro, teve lugar uma conferência de imprensa (de que demos notícia na semana passada) onde foi divulgada uma síntese das grandes linhas do debate realizado. Deste documento publicamos aqui alguns extractos, mais directamente ligados às condições de vida e de trabalho dos pescadores.

### Trabalho sem lei

«Ainda hoje, no final do Século XX e 22 anos após o 25 de Abril, os pescadores e profissionais da pesca não são abrangidos pela Lei Geral do Trabalho, e não possuem qualquer regulamentação jurídica laboral para as relações de trabalho no sector.

Os pescadores e profissionais da pesca são discriminados em relação a todos os outros trabalhadores portugueses, não usufruindo, na sua grande maioria, de direitos fundamentais, já reconhecidos à generalidade dos trabalhadores, tais como o direito a uma remuneração mínima justa, independentemente da "sorte" de pesca; o direito à proibição do despedimento sem justa causa e à consequente indemnização caso se verifique perda de posto de trabalho, o direito a férias remuneradas, subsídio de Natal, etc.

Esta situação é responsável e incentiva a anarquia total que se verifica nas relações de trabalho no sector provocando a mais profunda exploração.

Na Assembleia da República, existem desde há muitos anos propostas no sentido da regulamentação das relações de trabalho no sector, no entanto, a falta de vontade política em favor dos intuitos de exploração dos armadores, tem impedido a aprovação do regime jurídico de contrato individual para o trabalho a bordo das embarcações de pesca.»

### Remuneração mínima

«Por força das intempéries, situações de defeso ou outro tipo de paralisações forçadas, grande número de pescadores, principalmente da pesca artesanal, vendo-se privados de ir ao mar, não ganham quaisquer rendimentos para a sobrevivência das suas famílias.

Esta situação é agravada pela situação em que se encontram as barras e esporões.

Se este é um problema que todos os invernos se coloca a muitos pescadores, os recentes temporais agravaram muito mais a situação, pois há muitos anos não se vivia situação idêntica, privando durante tantas semanas os pescadores de ganharem o seu pão e trazendo muitos prejuízos materiais aos pescadores.

Os pescadores têm apelado para que seja encarada a possibilidade de atribuição de remuneração mínima quando ocorrem estas situações, e para que sejam encaradas medidas excepcionais que ajudem a minorar os prejuízos causados em caso de intempérie, situação de defeso, paralisações impostas administrativamente, etc., assegurando-lhes uma remuneração mínima suportada pelo Estado.»

### Alto risco

«As medidas e meios de segurança, são por razões várias muitas vezes subestimadas pelos armadores e Pescadores.

O mau estado em que se encontra uma grande parte das barras é motivo de grande preocupação e risco no desenvolvimento da actividade.

Faltam esporões, molhes, ancoradouros ou portos de abrigo, em muitas praias com grande número de pescadores; apesar de prometidos desde há muitos anos, são outras reivindicações e preocupações dos pescadores.

Desde logo, são necessidades urgentes:

- A obrigatoriedade de apresentação de documentação comprovativa de existência de seguros próprios para a Pesca, aquando da matrícula de pessoal nas embarcações;

- A exigência e melhoramento dos meios e segurança e salvamento, nomeadamente no que se refere à utilização de meios aéreos;

- A necessidade de melhorar a fiscalização dos meios, aliada ou conjugado com uma grande campanha de sensibilização para as questões de segurança no sector;

- O desassoreamento e melhoramento das barras e portos;

A construção de esporões, portos de abrigo e ancoradouros, há muito reivindicados e prometidos aos pescadores de várias comunidades piscatórias.»

### Apoiar a pequena pesca

«A pesca artesanal, empregando cerca de 70% do total de pescadores, é um segmento da máxima importância pelo significado que assume no abastecimento de pescado fresco, pela economia de meios de que necessita e pelo papel que desempenha na fixação e estabilidade das comunidades piscatórias ao longo de todo o litoral.

Este tipo de pesca vem sofrendo, desde há muitos anos, os efeitos de uma política sem fundamentação científica, impondo restrições ao uso de muitas artes, liquidando muitos postos de trabalho e o ganha pão de muitas famílias, levando-as a situações de ruína e miséria.

A regulamentação e licenciamento adequados, deverão ter sempre em conta as realidades e especificidades da pesca e comunidades piscatórias.

Os apoios à Pesca Artesanal, nomeadamente o PROPESCA, não contemplam a maioria das embarcações e artes de Pesca Artesanal, pelo que se deve adoptar um programa específico de apoio à pequena pesca.»

### Acordos com Marrocos

«O acordo de pesca inclui alguns aspectos que, a prazo, terão consequências nefastas para o sector e para os respectivos trabalhadores, nomeadamente quanto à exigência de embarque de pescadores marroquinos, que quase duplicou em relação ao acordo anterior (passou de 39 para 67), quanto à diminuição progressiva, nos próximos quatro anos, do número de embarcações licenciadas (10% por

ano), da imposição de uma tonelagem de arqueação bruta máxima que impedirá uma desejável renovação da frota que opera naquelas águas, já que isso terá como consequências uma maior diminuição do número de embarcações.

Quanto ao Acordo Global de Associação Comercial, que reflecte uma continuada posição da União Europeia no sentido de privilegiar as relações comerciais em detrimento da actividade produtiva e, neste caso particular, em detrimento da actividade pesqueira e em prejuízo da nossa indústria de transformação de produtos da pesca. A curto prazo as facilidades concedidas às conservas marroquinas porão em sério risco a sobrevivência da indústria de conservas portuguesas e simultaneamente porá em risco a nossa frota de cerco com implicações graves, num caso e noutro, no nível de emprego.»



## Roubo na lota

«São vários os problemas referentes à vendagem do pescado e aos serviços prestados pela Docapesca, sendo necessário um maior número de postos de vendagem e a adequação dos existentes para as funções que foram criados, nomeadamente de prestação de serviços de apoio aos pescadores.

Sendo a principal parte da remuneração dos pescadores, a percentagem sobre o monte de pesca - pertença do armador e de todos os pescadores, ainda que em partes diferentes -, os pescadores são roubados ao permitir-se que, através da Docapesca, sejam descontados nesse monte, descontos como quotizações para associações de armadores, adiantamentos aos armadores, ao mesmo tempo que é proibido o acesso e conhecimento dos pescadores dos valores de pesca e descontos das embarcações onde trabalham.

Defendemos, ainda, a participação dos sindicatos dos pescadores nos Conselhos Consultivos da Docapesca e o seu pleno funcionamento.

Embora muitas despesas sejam cobertas pelo monte de pesca, ou seja, também pagas pelos pescadores, as deduções para IRS apenas são atribuídas aos armadores.

Com vista à melhoria dos preços pagos aos pescadores e à defesa dos interesses dos consumidores finais, deverá ser instituída, para os intermediários, uma margem máxima de lucro.»

### Injustiça na Segurança Social

«A Segurança Social não contempla muitas das especificidades do sector da Pesca e os cálculos sobre os descontos feitos do "monte de pesca" à maioria dos pescadores são achados de forma injusta e incorrecta.

O regime especial do desconto de 10% sobre a pesca bruta não serve os interesses dos pescadores (reformas, subsídios de doença e subsídios de desemprego).

A integração da Caixa dos Pescadores no regime geral, sem acautelar as particularidades do sector, veio agravar ainda a situação dos pescadores, sendo que se tem colocado inúmeros problemas e atrasos, quer da parte dos serviços dos Centros Regionais de Segurança Social, quer na interpretação, por estes, da legislação e especificidades do sector, "negando" e indeferindo a atribuição de direitos e regalias como bonos de família, reformas, subsídios de baixa médica ou desemprego, etc.

Embora a maioria dos pescadores não receba subsídio de natal ou de férias, estes são contabilizados nos cálculos para a reforma.

Os pescadores que requerem as suas reformas, sendo proibidos de exercer

desde logo a sua actividade, estão na maioria dos casos mais de 2 anos à espera de que lhes seja atribuída a reforma.

O nº 4, do artigo 29º do Decreto-Lei nº 322/90, de 18 de Outubro, determina que, no caso de haver direito a pensões por morte do beneficiário, nos termos do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, apenas será concedida a pensão de sobrevivência no montante que exceda o valor da pensão por risco profissional - o que na prática proíbe a acumulação de pensões por morte, pelo que se toma imperiosa a revogação desta legislação, causadora de graves problemas socioeconómicos.

Muitos socorrem-se das baixas médicas esgotando todos os seus prazos, após o que ficam sem qualquer meio de subsistência.

A situação dos trabalhadores das empresas mistas de pesca, continua sem resolução aceitável, não lhes sendo reconhecido o direito a uma efectiva protecção através da Segurança Social e descontando-se onde param muitos descontos feitos.

O processo de cálculo, com vista a considerar como contribuições para a Segurança Social os descontos em lota, é inadequado, conduzindo muitas vezes a reformas extremamente baixas e a subsídios de doença, sem relação com as remunerações efectivamente recebidas.»

# PONTOS CARDEAIS



## A fiska do Miguel

No «Público» da passada sexta-feira, Miguel Sousa Tavares indignava-se justamente com o espectáculo que os «boys» do PS à procura de «jobs» estão a dar na praça pública.

Só nos podemos regozijar com a esta indignação do jornalista do «crossfire» em relação à presente corrida ao tacho, por parte do pessoal do PS, igual e tão escandalosa como foi a ocupação desses tachos por parte do pessoal do PSD.

O «Avante!» foi dos primeiros a alertar para o clamor dos «boys», quando ele se fazia ainda em surdina (edição de 8/2/96).

Não percebemos é por que razão a gula dos «boys» PS serve de pretexto a Sousa Tavares atacar a regionalização. Tudo lhe serve?! Parece a anedota do maluquinho das fiskas: aquele pobre homem que mesmo quando sonhava estar na cama com uma namorada era para lhe tirar as ligas para fazer uma fiska.

## A análise dos «perfis»

No meio disto, o PS soma e segue na sua bagunça atrás dos

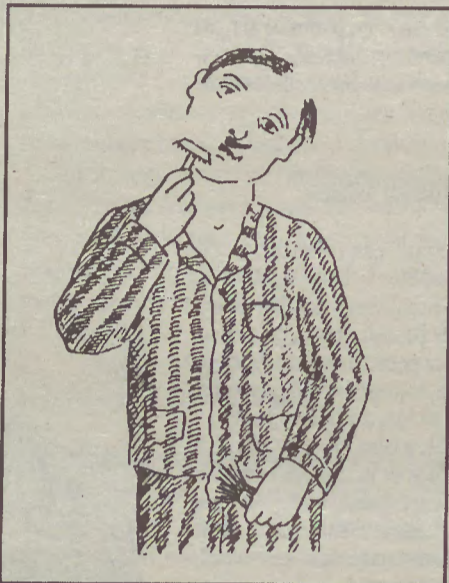
tachos. Fausto Correia, no final de uma reunião da federação distrital de Coimbra do PS, afirmou aos jornalistas que «o PS de Coimbra analisou os perfis dos militantes e independentes que em caso de necessidade podem preencher lugares na administração». Bem pode o Primeiro-Ministro António Guterres clamar que não cede a pressões. A «escola» da secção de Lamego do PS alastra célere e é o que se está a ver: nesta coisa das

nomeações, o que o pessoal quer é um «serviço à lista».

## Carnaval de crimes

Segundo a polícia brasileira, registaram-se 43 mortos apenas no primeiro dia de Carnaval no Estado de S. Paulo, mais precisamente entre o fim da tarde de sábado e as primeiras horas de domingo. Só em S. Paulo, a cidade mais populosa

da América do Sul, a polícia referiu que se registaram 31 homicídios relacionados com os festejos. Obviamente que não é a alegria do Carnaval que tem culpa de tantos crimes, mas a tristeza da miséria que o capitalismo, no Brasil, está a levar ao mais afrontoso paroxismo.



## Imiscuir ou não imiscuir

O chanceler alemão Helmut Kohl foi deabalada esta semana para Moscovo, onde esteve três dias em visita oficial. Com esta visita - e segundo o que foi divulgado à imprensa -, o chanceler

pretende demonstrar «o seu apoio ao processo de reformas do presidente russo Boris Ieltsin e discutir com ele o alargamento da NATO a Leste. A visita incluiu igualmente um encontro em Moscovo com o primeiro-ministro russo Viktor Chernomirdine e o chefe da diplomacia Evgueni Primakov e uma deslocação a S. Petersburgo.

Segundo fontes alemãs, não estão previstos contactos com outros candidatos à presidência russa para além de Ieltsin, actual presidente. Até aqui, tudo normal: Helmut Khol, tal como fez com o reconhecimento da Croácia, o que estraçalhou a Jugoslávia e abriu caminho aos horrores que se sabe, continua simplesmente na sua acção de agitador europeu. Extraordinário está na explicação dada: o chanceler apenas se avista com o candidato Ieltsin porque «não pretende imiscuir-se na campanha eleitoral». Livra! Ainda bem que o homem não pretende imiscuir-se... Se pretendesse, o que é que faria «mais»?!

# PONTOS NATURAIS

## Passeio de fim-de-semana

Imagem de quem é santo  
fica na pedra cativa.  
A pedra é que por encanto  
fica sempre em carne viva

Perto passa e foge o rio.  
A torre é uma criança  
quieta, a segurar o fio  
da estrela que sobe e dança

Senhora da Conceição  
hora de ser português

pátria nossa, doutros não  
- disse o povo - E assim se fez.

Lembra-se muito adiante.  
Longe, começa a ser dia.  
Aqui nasceu o infante.  
Aqui, o mar principia.

Olhar-te, ó castelo, é ver  
prazer de não ter medo  
perfeito modo de ser  
de não ser mais que um brinquedo.

Inda não morreu a hora  
do que esta igreja nos diz:  
que é preciso, outrora e agora,  
ser pelo Mestre de Aviz.

Já foi grande fortaleza  
já deu brado militar  
grande, grande é a beleza  
de olhar, sem desconfiar.

S. Marcos. Eis-te aprendendo  
nesta descida da cruz

em como às vezes descendo  
mais se sobe para a luz.

Nossa Senhora da Pena  
não tenhas pena. Afinal  
viste crescer pena a pena  
as penas de Portugal.

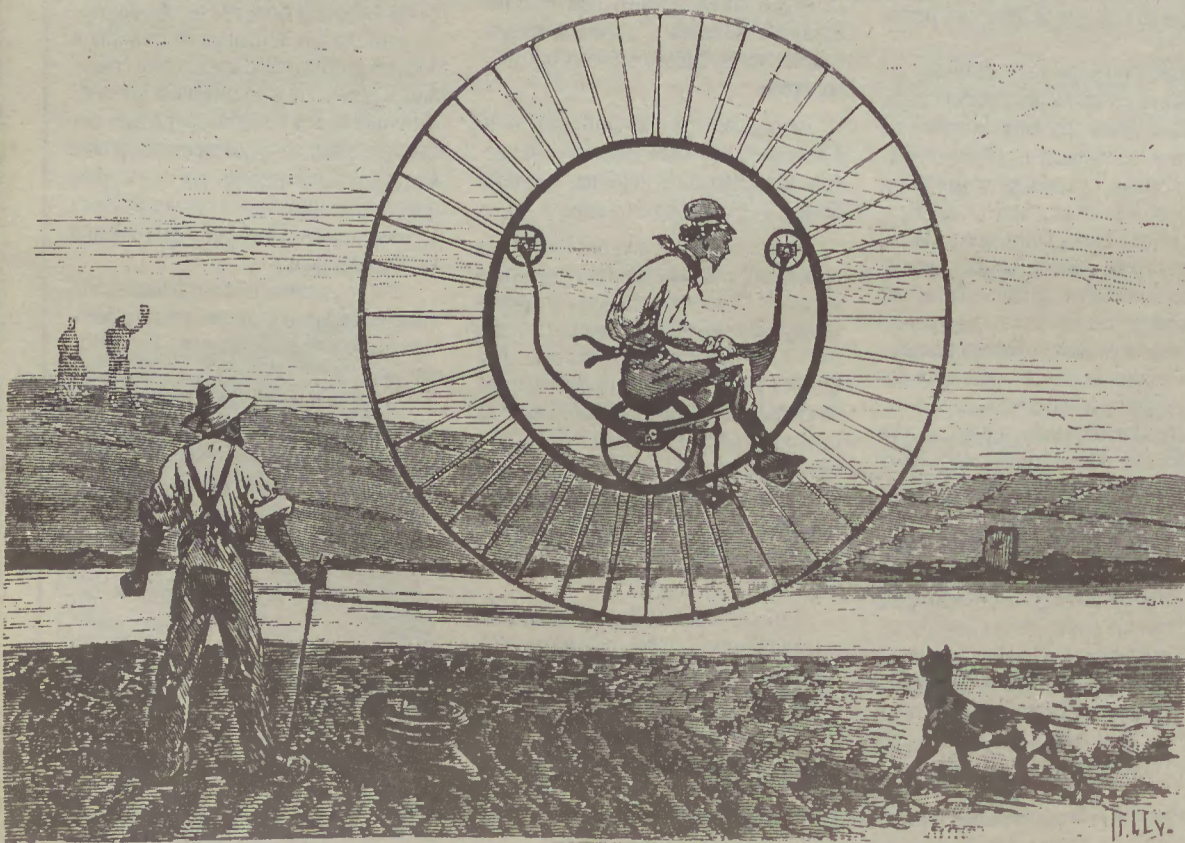
D. Dinis ainda não era.  
Pinhal inda não havia.  
Já no Castelo batera  
o coração de algum dia.

A sombra de Egas adeja  
luz que de mais alto a impele.  
É muito mais nossa a igreja  
por se saber que foi dele.

Igreja de S. Loureço  
ali tão despercebida  
num silêncio que é, tão denso,  
ainda sinal de vida.

Verdade que o templo encerra  
orar sem beleza é pobre.  
O que seria da terra  
sem o céu que à noite o cobre?

Peniche. Aquele alto muro  
da Fortaleza no mar  
a mostrar como o futuro  
nos custou caro a ganhar.



## O futuro dos aumentos

Eles aí estão, os aumentos, apesar de ainda há menos de seis meses o candidato António Guterres garantir que não seria assim. Não bastava os aumentos das gasolinas, dos transportes, do cabaz de compras e até do pão, que têm disparado paulatinamente nesta entrada de ano: agora as empresas tão gostosamente privatizadas pelo cavaquismo, até nos aumentam os seguros, as taxas e as rendas telefónicas, sem precisarem de enquadramento legal ou, sequer, de se justificarem. Com o entusiasmo do actual Governo em prosseguir as privatizações (daqui a pouco até a gestão das ruas entregam aos privados), está-se mesmo a ver o futuro dos aumentos. É continuarem a aumentar...

## AGENDA

## Seixal

Dia 3 de Março:

Almoço comemorativo na Quinta Valenciana com a participação de Carlos Carvalhas

Espectáculo com Luísa Basto

(Inscrições nos CTs do concelho do Seixal)

Dia 1 de Março:

Sociedade União Seixalense

— Exposição evocativa (inauguração às 20h)  
— Moscatel de Honra  
— Espectáculo com Luís Garcez e Natacha.

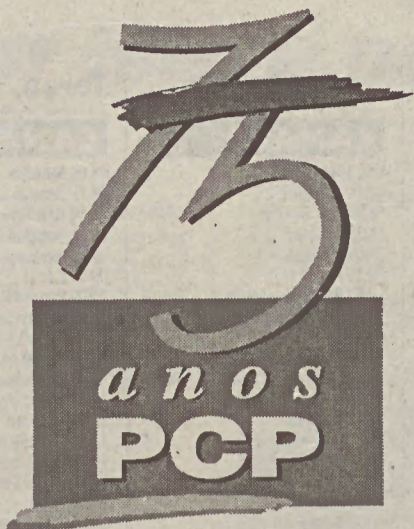
Participa Ruben de Carvalho

Dia 2 de Março:

Sociedade União Seixalense

Espectáculo com  
— Orquestra Lig. Juvenil de Pinhal de Frades  
— Grupo Coral Operário Alentejano das Paivas  
— Grupo Coral e Instrumental Banza  
Participa Dias Lourenço

## Lisboa

Dia 2 de Março  
Almoço comemorativo na Voz do Operário

**Pela Democracia  
Pelo Socialismo  
Por Portugal**

promovido pelas Orgs. da VO e Colina da Graça  
(Inscrições: VO - Tel. 88621551/Carlos Fernandes e PCP de S. Vicente, Graça e Sta. Engrácia)

## Cacém

Dia 2 de Março, às 16h30  
Convívio com a participação de Carlos Brito

## Reunião de quadros da ORL

Tema:

## TRABALHO COM DIGNIDADE

- NÃO à flexibilidade dos horários e à polivalência, pelas 40 horas

Terça-feira, 27 de Fevereiro, às 18h30  
na Casa do Alentejo, com a participação de  
**CARLOS CARVALHAS**  
e José Casanova

75  
anos  
do  
PCP

Encontro da  
juventude com  
Álvaro Cunhal

75  
anos  
do  
PCP

Sábado • 24 de Fevereiro • 15H30 • C.T. Alcântara  
Rua de Alcântara, 27-1.º

## JCP/ÉVORA

## Encontro Distrital

com a participação de José Casanova  
Sábado, 24, às 15h, no Cine Teatro de Arraiolos

## JCP/CASCAIS

Plenário da Organização de Cascais  
sobre a intervenção da JCP e o aprofundamento das suas propostas - Sexta-feira, às 21h

## PCP/JCP FAMALICÃO

## Solidariedade com o povo Timorense

Debate:

«20 Anos de ocupação, 20 anos de resistência»  
na Casa da Cultura, sexta-feira, às 21h30

Exposição:

até 26 de Fevereiro, Casa da Cultura

## Reuniões e plenários

## COIMBRA

Sexta-feira às 21h30, no CT do PCP  
Reunião de Trabalho da DORC com Comissões Concelhias, eleitos nas autarquias e outros sectores com a participação de Luís Sá

## BRAGA

CDU/Famalicão - Encontro de eleitos no Poder Local: sábado, 24, às 15h, no CT do PCP de V. N. Famalicão.  
Plenário da célula da Sarotos para entrega dos novos cartões do Partido e discussão da actividade a desenvolver pela célula: sábado, 24, às 10, no CT de Braga

## ESCOURAL

1ª Assembleia da Organização da freguesia: sábado, 24, às 15h, na Casa do Povo.

## LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de Alto do Pina, com a participação do camarada José Tavares: sábado, 24, às 15h, na Alameda D. Afonso Henriques, 72, 2º Esq.

Jantar-convívio do Sector de Empresas, comemorativo do 65º aniversário do «Avante!», com a participação do camarada Leandro Martins: sexta-feira, 23, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé

## LOURES

Plenário de militantes da freguesia de Loures, preparatório da 3ª Assembleia ORL e da 4ª Assembleia da Organização de Loures: sexta-feira, 23, às 21h30, no CT de Loures, com a participação de Paulo Piteira

## QUELUZ

Plenário de militantes do PCP e membros da CDU (eleitos e membros da lista) sobre: 1. reestruturação da CM Sintra; 2. Plano de Actividades e Orçamento. Quarta-feira, 28, às 21h30, no CT do PCP de Queluz, com a participação de Lino Paulo

## OLIVAIS/Lisboa

## JORNADA AUTÁRQUICAS LOCAIS

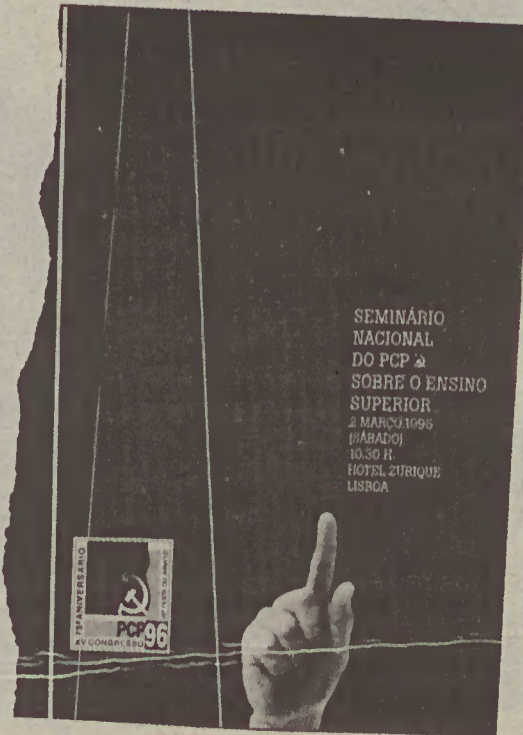
promovidas pela Com. Freg. do PCP

## Sábado, 24 de Fevereiro:

com a participação dos vereadores na CML Caleia Rodrigues e António Abreu e de outros eleitos na CM, AM e Freguesia  
- Encontro com dirigentes do Mov. Associativo e Popular na SFUCO (10h30)  
- Almoço-convívio (13h)  
- Visitas e contactos com as populações de Casal dos Machados (15h) e Quinta das Laranjeiras (16h)  
- Debate na Esc. 25 (R. Cidade Bolama) sobre questões ligadas ao Shopping Center dos Olivais (17h)

## Quinta-feira, 29 de Fevereiro:

Encontro/convívio com Reformados no CT da R. Quinta da Fonte, 7.  
Às 15h. Participa Jaime Félix.  
Encontro com a Juventude na Escola 25, às 18h30



## Sessões públicas promovidas pelo PCP

## AMORA

Quinta-feira, 22, às 21h30,  
no Auditório da Junta de Freguesia

Sessão Pública:

**OS DIREITOS  
E INTERESSES DOS  
TRABALHADORES  
FACE AOS PROJECTOS DE  
CONCERTAÇÃO SOCIAL**  
com a participação de  
Jerónimo de Sousa

## TORRES NOVAS

Sexta-feira, 23, às 21h30,  
no Auditório do Museu Municipal

Debate:

**O PCP E A SITUAÇÃO  
INTERNACIONAL**  
com a participação de  
Albano Nunes e José Goulão

## FARO

Sexta-feira, 23, às 21h30,  
no CT do PCP

Debate Público:

**A SITUAÇÃO E O PAPEL  
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, HOJE**  
com a participação dos jornalistas  
Anabela Fino («Avante!»)  
Conceição Branco («Expresso»)  
José Lança («Jornal do Algarve»)  
Ramiro Santos (Agência «Lusa»)  
No mesmo local, às 20h:  
jantar-convívio

## ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Sexta-feira, 23, às 21h30,  
no CT do PCP

Colóquio

(integrado no ciclo dedicado aos 75 anos do PCP)  
**III - MARXISMO-LENINISMO HOJE**  
com a participação de  
Aurélio Santos

## FRENTE ANTI-RACISTA — R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, Lisboa

Assembleia Geral para discussão e votação do relatório e contas de 1995 e aprovação do plano de actividades para 1996. Eleição dos primeiros corpos gerentes da Associação: no bar «Pintado de Fresco» (R. do Conde, 23, às Janelas Verdes, sábado, 24 de Fevereiro, a partir das 15h.

TELEVISÃO

Quinta, 22

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.30 Tudo pelos Outros
22.35 O Grande Kandinsky
23.30 Murphy Brown
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Um Feitiço de Morte
(Telefilme de Martin Campbell, EUA-1992. «Thriller»)

TV 2

- 16.30 Desporto de A a Z: Atletismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.15 Musical: «Beat Special» - VII
20.10 A Mulher do Sr. Reitor
21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Núpcias Vermelhas



Olof Palme, um crime que continua impune: um trabalho da televisão sueca, esta sexta à noite na TV2

(Filme de Claude Chabrol, Fr.It.-1973. Ver Destaque)
00.50 Ver Artes
01.20 Musical: «Les McCann in New Orleans»

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Trapalhões
22.15 Táxi
23.15 A Noite da Má Língua
00.30 Último Jornal
00.45 Sombras e Nevoeiro
(Filme de Woody Allen, EUA-1992. Ver Destaque)

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
10.50 Jornal do Mundo
11.20 Portugal Português
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Gandhi
(Filme de Richard Attenborough, Índia/Gr.Br.-1982. Ver Destaque)
01.20 TVI Jornal

Sexta, 23

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Futebol
22.45 Roseira Brava
23.15 Isto é o Agildo
22.30 Crimes em Nebraska
23.20 24 Horas
23.50 Remate
00.10 Willey, o Falsificador
(Telefilme de Dean Parisot, EUA-1990. Comédia)

TV 2

- 16.30 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Arte em Imagens
19.25 Artes e Letras - «Tennessee Williams»
20.25 Irmãs
21.15 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual Reportagem



Dois grandes actores, Brian Dennehy e Susan Ruttan, em «Jack Reed, um Policia Honrado»: sábado na TVI

23.55 O Acochado
(Filme de Jean-Luc Godard, Fr.-1959. Ver Destaque)

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Malucos do Riso
22.15 Camilo e Filho
22.45 Marina Dona Revista
23.45 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.25 Playboy

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Encontros Imediatos do 3º Grau
(Filme de Steven Spielberg, EUA-1977. Ver Destaque)
00.05 Grande Plano
00.35 TVI Jornal
01.20 Que Faz Correr David?
(Filme de Eli Chouraqui, Fr.-1982. Comédia Dramática)



John Lennon, o «retrato de um génio»: domingo à noite na TV2

Sábado, 24

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Jornal Jovem
15.00 Polícias do Futuro
15.50 Reencontros
16.35 Paul McKenna
17.05 Dixie Dynamite
(Filme de Lee Frost, EUA-1960. Acção)
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.40 Isto Só Video
21.15 Parabéns
23.40 24 Horas
00.15 A Garra
(Filme de Oliver Stone, EUA-1981. Terror)

TV 2

- 12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Através do Himalaia com Edmund Hillary
15.30 Jornada Desportiva
18.05 Circo
18.30 Para Além do Ano 2000
19.20 A Fera
(Filme de Raoul Walsh, EUA-1953. Ver Destaque)
20.55 Trio de Quatro
22.00 TV2 Informação
22.05 Ellen II
22.30 Remate
22.45 Jogo Falado
23.20 Na Lista Negra
(Filme de Irvin Winkler, EUA-1990. Ver Destaque)

SIC

- 09.00 Buêrére
12.30 Portugal Radical
13.00 Primeiro Jornal
13.25 O Juiz Decide
14.25 Top Sic
16.00 Caça ao Tesouro
17.30 Luna Parque
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
00.35 Último Jornal
00.50 Exterminador II
(Filme de Mark Buntzman, EUA-1984. Acção)

TVI

- 09.30 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.20 Doutores e Engenheiros
17.40 Dizem que é Amor
(Filme de Blake Edwards, EUA-1960. Comédia Musical)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.15 Jack Reed, Um Policia Honrado
(Filme de Kevin Conner, EUA-1994. Policial)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Tó6 Entre as Mulheres
(Filme de Mario Monicelli e S. Vancini, It.-1952. Comédia)

Domingo, 25

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made in Portugal
14.10 86-60-86
15.00 A Lei de Burke
15.50 Jovens Cowboys
16.40 Os Jacksons - Um Sonho Americano
17.35 Emoções Fortes
18.00 Robocop
18.45 Mr. Bean
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.40 Quem é o Quê?
21.50 Paixões
22.40 No Calor da Noite
23.30 24 Horas
00.05 A Revolta de um Duro
(Filme de Francis Megahy, Gr.Br./EUA-1987. «Thriller»)

TV 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 O Mar e a Terra
11.50 Regiões
12.50 Euronews
14.00 Para Além do Ano 2000
15.00 Golo Europa
15.30 Jornada Desportiva
19.05 Imagine: John Lennon
(Documentário de Andrew Solt e David L. Wolper, EUA-1988. Ver Destaque)
21.00 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Informação
22.05 Os Malucos do Ar
22.35 Domingo Desportivo
00.10 Roger e Eu
(Documentário de Michael Moore, EUA-1989. Ver Destaque)

SIC

- 09.00 Buêrére
13.00 Primeiro Jornal
13.25 Vida Selvagem
14.15 Internacional Sic
14.45 Contrato Final
15.45 O Guarda-Costas
16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.40 007 - O Homem da Pistola Dourada
(Filme de Peter R. Hunt, EUA-1969. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Chuva de Estrelas
22.50 Em Queda Livre
(Filme de John Irvin, EUA-1993. Acção)
00.45 Último Jornal
01.00 O Homem da Meia-Noite
(Filme de Burt Lancaster e Roland Kibbee, EUA-1974. Ver Destaque)

TVI

- 09.30 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Mensagem do Papa
12.30 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhó Popular
17.35 A Costureirinha da Sé
(Filme de Manuel Guimarães, Port.-1959. Comédia Dramática)
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 Jogo do Ganso
23.00 Últimas Notícias
23.15 Irmãos de Sangue

Segunda, 26

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.50 Crime na Mente
(Telefilme de Robert Biermen, EUA-1994. Policial)
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Experiência em Filadélfia II
(Filme de Stephen Cornwell, EUA-1993. Ficção Científica)

TV 2

- 16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Não me Lembro, Era Pequeno
19.30 Documentário
20.15 Martin Chuzzlewit
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «The White Room» - 4

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.50 007 - O Espião Irresistível
(Filme de Lewis Gilbert, Gr.Br.-1977. Ver Destaque)
01.10 Último Jornal
01.30 Flash Back

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
11.00 Novos Eventos
11.30 Rumores
12.00 Fado Fadinho
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.35 Esquadrão Classe A
21.35 Fora de Jogo
21.50 Justiça de Mãe
(Filme de Noel Nosseck, EUA-1992. Drama)
23.45 TVI Jornal + Primeira Fila
00.55 Rua Jump, 21

Terça, 27

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra Sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Super Mário
(Filme de Rocky Morton e Annabel Jankel, EUA-1993. Acção)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Os Vizinhos da Discórdia
(Filme de Richar Bennett, EUA-1978. Comédia)

TV 2

- 16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Contos a Óleo
19.10 De Boa Saúde
19.25 Rotações
20.25 24 Horas Para a Morte
21.30 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Bailado: «Sylvie Guillem»
00.45 A Par e Passo

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
22.50 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Sonhar Acordado
01.20 No Fim do Mundo

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
10.50 O 8º Dia
11.20 Momentos de Glória
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.35 Esquadrão Classe A
21.35 Fora de Jogo
21.50 Justiça de Mãe
(Filme de Noel Nosseck, EUA-1992. Drama)
23.45 TVI Jornal
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Rua Jump, 21

Quarta, 28

CANAL 1

- 08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra Sobre Pedra
19.20 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.45 A Lei das Ruas
22.15 Prova Oral
23.15 24 Horas
23.45 Remate
00.05 Homem de Bronze
(Filme de Michael Curtiz, EUA-1951. Biográfico/Desporto)

TV 2

- 16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Desafios
19.25 Os Homens Lacustres em Tamborim
20.15 Uma Cidade, Dois Mundos
21.15 Universidade Aberta
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.50 Musical - «Latin Rock Nights»

SIC

- 11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Barba e Cabelo
22.15 Casos de Polícia
23.20 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade

TVI

- 10.00 Clube da Manhã
10.35 Documentário
11.05 Olhó Popular!
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Picket Fences
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 TVI Jornal
00.40 Jornal do Mundo
01.10 Rua Jump, 21

«24 Horas para a Morte», uma excelente série à terça à noite na TV2



Dois grandes actores, Brian Dennehy e Susan Ruttan, em «Jack Reed, um Policia Honrado»: sábado na TVI



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Gandhi**

(Quinta, 22.00, TV1)

As credenciais, irrefutáveis, aí estão: oito Oscars da Academia a coroarem um filme que retrata, com espectacularidade e grandes meios, mas um decente rigor e apego à mensagem essencial de *Gandhi*, a vida de uma das figuras mais importantes da história mundial, ao serviço do seu povo e na luta contra o colonialismo e pela independência. **Ben Kingsley** tem aqui um dos melhores papéis da sua carreira e **Richard Attenborough** assina com extrema dignidade um projecto cinematográfico naturalmente tocado pelo academismo típico dos filmes de reconstituição britânicos. Registe-se, entretanto, que levou 20 anos a pôr de pé. É obra!

**Núpcias Vermelhas**

(Quinta, 22.50, TV2)

Abordando uma história de amor louco e apaixonado que se esconde face a uma sociedade todo-poderosa, **Claude Chabrol** encena mais uma vez um filme de crime e ciúme que é, ao mesmo tempo e por outro lado, um poderoso argumento contra a burguesia de direita, que aqui é posta de rastos. O que não significa que estejamos perante o melhor **Chabrol** a que nos habituámos.

**Sombras e Nevoeiro**

(Quinta, 00.45, SIC)

Também não é este o filme que melhor faz justiça ao fabuloso talento de **Woody Allen**, um dos mais geniais realizadores do nosso tempo, aqui como que se divertindo ao aterrorizar-nos com uma história de pesadelo em que um autor de crimes em série evolui, impune, por entre as brumas de uma cidade algures na Europa, nos anos 20 deste século... É provável que a demasiadamente óbvia homenagem (tornada *pastiche*) ao grande cinema expressionista alemão e o autêntico cardápio que constitui o seu elenco - povoado por numerosas e conhecidíssimas vedetas - roubem ao filme os desejáveis recato, frescura e parcimónia. De qualquer modo, a não perder.

**Encontros Imediatos do Terceiro Grau**

(Sexta, 22.00, TV1)

Na sua já considerável e espectacular filmo-



Martin Sheen e Ben Kingsley, numa cena de «Gandhi», filme de Sir Richard Attenborough



Richard Dreyfuss, um dos intérpretes principais de «Encontros Imediatos do 3º. Grau», de Steven Spielberg

**Na Lista Negra**

(Sábado, 23.20, TV2)

Durante a «caça às bruxas» - um dos períodos mais negros da história recente dos EUA - os grandes estúdios negam trabalho a um realizador de cinema porque este se recusa a denunciar os seus amigos e companheiros de profissão como sendo comunistas. Sem atingir o estatuto das grandes obras cinematográficas, *Na Lista Negra* não deixa de ser um filme que demonstra um grande empenhamento e tem em **Robert De Niro**, intérprete principal, um dos seus maiores trunfos. **Irwin Winkler**, um produtor de sucesso, faz aqui a sua primeira experiência como realizador.

**Imagine: John Lennon**

(Domingo, 19.05, TV2)

Um pouco na tentativa de atenuar o escândalo provocado por uma biografia de **John Lennon** escrita por **Albert Goldman**, que considerou incorrecta e distorcida, **Yoko Ono** cedeu a **Andrew Solt** e **Sam Egan** mais de 200 horas de filme dos seus arquivos pessoais para a produção e realização de um documentário invulgar sobre a vida desse importante autor da música popular dos anos 60 e 70. O documentário inclui inúmeros depoimentos de personalidades que o conheceram, tendo alguns deles já sido aproveitados para a recente série sobre os **Beatles** transmitida pelo Canal 1.

**Roger e Eu**

(Domingo, 00.10, TV2)

Já previsto em Janeiro para transmissão no Canal 1 num horário inconcebível e quase provocatório (as duas e trinta da madrugada de uma sexta-feira!), é provável que alguém de bom senso tenha resolvido adiar a projecção deste documentário - embora a sua emissão, agora anunciada para a TV2, não deixe de sair algo frustrada pela menos implantação deste canal. **Michael Moore**, o realizador de *Roger e Eu*, investiga neste documentário



Jean-Paul Belmondo e Jean Seberg numa cena de «O Acochado», uma obra-prima de Jean-Luc Godard



Michael Moore, realizador, e uma cena das filmagens do seu documentário «Roger e Eu»



grafia, *Encontros Imediatos do Terceiro Grau* é o terceiro filme que **Steven Spielberg** pensou para a grande sala de cinema e sem dúvida que, de entre todos eles, é um dos que mais sofre com a transposição para o pequeno *écran*, meticulosamente previsto, como foi, para explorar ao máximo a relação *maravilhosa* que (ao contrário do disperso ambiente do lar) na sala escura se estabelece entre as personagens e os acontecimentos da ficção e essa massa anónima de espectadores, em que mesmo os adultos (tornados, gostosamente, crianças) podem, sem receio de serem surpreendidos, escancarar a boca em sussurrados espantos. São estes, na realidade - aliados à maestria técnica de **Spielberg**, à sua inegável respiração do cinema e à bem oleada «máquina de sonhos» que é o seu competentíssimo suporte industrial -, os mecanismos que constituem a marca habitual dos seus filmes, ao apelarem, por vezes com indisfarçável demagogia, à nossa própria identificação com a inocência das suas personagens. Mecanismos de que encontramos sem surpresa, neste aliciante filme, um precioso catálogo.

**O Acochado**

(Sexta, 23.55, TV2)

Grandemente influenciada pelos filmes negros norte-americanos da série *B*, esta primeira obra-prima de **Jean-Luc Godard** - pela poética (inequivocamente europeia) que faz explodir, pelo especial amor ao cinema que revela, pela introdução de elementos invulgares no género e pelos



Robert De Niro, em «Na Lista Negra», de Irwin Winkler

originais avanços técnicos que veio trazer ao cinema - acabou por se revelar extremamente influente no cinema americano dos anos 60 e é um verdadeiro marco em todo o cinema moderno. Atente-se só, a propósito, no processo de montagem utilizado por **Godard** para aproveitar o essencial do diálogo como naquela sequência no café, em que não hesita em deixar ver ao espectador o retalhar do longo plano. E uma vez que o espectador porventura já digeriu o filme em anteriores projecções televisivas, aproveite agora para descobrir, mais em pormenor, as «figuras» que nele fazem cineastas como **Melville**, **Broca**, **Truffaut**, **Chabrol** e o próprio **Godard**. E, tal como das outras vezes, divirta-se!

**A Fera**

(Sábado, 19.20, TV2)

*A Fera* é um dos menos conhecidos e conseguidos filmes de **Raoul Walsh**, porque, sendo o argumento um dos seus potenciais pontos fortes - progressivamente escalpelizando a ascensão de um ambicioso **Zé Ninguém** que sobe na vida social e política à custa da prática de corrupção e

dos golpes indignos -, a sua concretização se revela algo desequilibrada, roubando-lhe o necessário impacte. Mas, mesmo com estas limitações, não é de perder a composição da personagem principal, excelentemente interpretada por **James Cagney**.

o encerramento de onze secções das fábricas da *General Motors* na cidade de Flint, no Estado de Michigan, entre 1987 e 1989, e debruça-se sobre as consequências que o despedimento de 30 mil trabalhadores inevitavelmente acarretaram. Que o filme se tenha orientado neste sentido - depois de o realizador ter tentado, em vão, durante dois anos, entrevistar **Roger Smith**, presidente da companhia, o qual sistematicamente se recusou a fazer declarações sobre esta catástrofe social - só prova que a prepotência, a insensibilidade e a arrogância do grande patronato (seja ele *reaganista*, *cavaquista* ou *guterrista*) não conhecem fronteiras. Que **Michael Moore** o tenha conseguido num tom geral de *comédia negra*, por vezes dramaticamente irresistível, pode ser sinal de talento e originalidade. As referências dizem que sim. Resta confirmar

**O Homem da Meia-Noite**

(Domingo, 01.00, SIC)

Um antigo polícia, preso pelo assassinato da sua mulher, é libertado em virtude de ter tido boa conduta na prisão acabando por arranjar emprego como porteiro de uma universidade. Até que um crime é aí cometido e o nosso herói - confirmando que um polícia não deixa de o ser - não deixa de dar preciosos conselhos aos polícias encarregados da investigação... Uma personagem que cai no goto do espectador e um filme realizado a preceito - ambas as qualidades (actor e realizador) bem defendidas por um surpreendente **Burt Lancaster**.

**007, O Espião Irresistível**

(Segunda, 22.50, SIC)

Depois de alguns episódios menos conseguidos, volta aqui algum do esplendor e da fantasia das aventuras de *James Bond* - agora com **Roger Moore** na pele do protagonista. A grande incógnita será o nível dos estragos causados pelo *pan & scan*...

# Variedades

■ Francisco Costa

**C**ontinuando, como está, em plena crise de afirmação e flagrante ausência de qualquer nexu ou novidade a programação do Canal 1; anunciado que foi para Março e já, pelos vistos, adiado para data incerta o início de um mapa-tipo de transição para a tão esperada «nova grelha»; percebendo-se cada vez menos o que de diferente é capaz de mostrar e provar a tão anunciada nova linha de orientação do «serviço público de televisão» - restantes, mais uma vez, virarmo-nos para o habitual refúgio da TV 2 e referir alguns lampejos de televisão que, de forma diversa e com maior ou menor felicidade, nos últimos dias nos recomfortaram: dois documentários e duas séries de ficção.

## Carlos Paredes - o Homem e o Músico

Do ponto de vista meramente cronológico, tudo começou na passada sexta-feira com a transmissão de um documentário anunciado como uma co-produção de três canais e de uma produtora de televisão, a saber: SWF (Alemanha), FR3 (França) e RTP (Portugal) e a Lieurac Production.

Diga-se, em primeiro lugar, que não deixa de ser estranho descobrir-se, no genérico final, que esta produção de origem francesa data de 1990 - o que significa que, em virtude dos invidiosos critérios de programação durante estes últimos anos em vigor na RTP, o espectador português terá sido o último a vê-lo, a seguir aos alemães e franceses! Depois, o silenciamento ou a invisibilidade deste filme é tanto mais de lamentar quanto a personalidade que esteve na sua génese é nada menos do que um grande artista e músico português - o guitarrista Carlos Paredes. Tudo visto e ponderado, digamos que o deslize de «espanholismo» que o título do documentário sugere («Pour Don Carlos») é, apenas, mais um sintoma da habitual ignorância e confusão que, designadamente em termos de identidade cultural, lá fora se continuam a praticar e estabelecer entre Portugal e o país vizinho - o que não significa, neste caso, que a atitude profissional e cultural subjacente ao próprio projecto alguma vez tenha subvertido a verdadeira e transparente mensagem de profunda admiração e homenagem que acabou por resultar da sua própria feitura.

Na realidade, o documentário que por ocasião do 71º aniversário do grande músico agora tardiamente foi transmitido pela TV2 veio a revelar-se um claro acto de amor e respeito pela vida e pela obra de Carlos Paredes - enquanto homem e enquanto artista - e, ainda, um preito de entusiasmada admiração por uma cidade em concreto (Lisboa) cujas imagens sempre surgem, no filme, associadas à música do grande compositor e instrumentista.

Tais virtudes não significam, necessariamente, que o «estilo» cinematográfico utilizado tenha sido absolutamente entusiasmante. Pelo contrário, uma certa desarrumação da sua «escrita visual» e a frequente tendência do realizador para o uso e abuso dos clichés em termos de organização da forma e conteúdo das mensagens e das imagens e sons que lhe deram suporte - numa espécie de curioso movimento de boomerang em que acabam por nos ser devolvidas algumas das batidas imagens e muitos dos repisados temas com que nós próprios ainda insistimos em nos apresentar lá fora - prejudicaram fortemente a qualidade final do projecto. Isso foi, por exemplo, patente no esquema primário e demasiado visto através do qual a câmara seguia o artista nas suas deambulações pelas paisagens que se queria mostrar - com tudo o que de artificial e encenado daí resultava - ou na utilização de «lugares-comuns» que, mesmo indirectamente, revelando embora uma aproximação e um esforço de identificação sem dúvida sinceros e calorosos, resultaram objectivamente artificiais e tendencialmente influenciados pela tendência para o «exótico» e o «insólito», atitude e postura que se julgaria definitivamente arredadas deste tipo de trabalhos de aproximação à identidade cultural dos povos ou das suas figuras maiores.

Saúde-se, entretanto, e mais uma vez, a vitalidade e grandeza da música e a imaginação criadora de Carlos Paredes, só por si se sobrepondo e agigantando face às abundantes debilidades manifestadas pela equipa dirigida pelo realizador francês Alain Jomy.

## Fernando Pereira - o Homem e o Fotógrafo

Outro documentário debruçando-se sobre a figura de um português que, tal como Paredes, se afirmou não apenas como artista mas também como homem profundamente empenhado nas ideias que animaram a sua conduta cívica foi transmitido no dia seguinte pela mesma TV2. Desta vez, esteve em foco a memória de Fernando Pereira, o fotógrafo português que morreu em consequência do assalto terrorista perpetrado por agentes secretos franceses ao navio da Greenpeace «Rainbow Warrior», em Julho de 85, quando este se encontrava atracado num porto da Nova Zelândia prestes a partir para uma acção de protesto contra os ensaios nucleares franceses na região do Pacífico Sul.

O fio condutor deste documentário - também ele produzido por



Carlos Paredes, ensaiando nas traseiras do Palco 25 de Abril, na Festa do «Avante!» de 1981

iniciativa de uma produtora estrangeira que não, por exemplo, a RTP - é a investigação que, dez anos após este trágico acontecimento, uma das filhas de Fernando Pereira (Marelle) e a sua viúva holandesa levam a cabo para descobrirem o paradeiro dos verdadeiros responsáveis pelo atentado. Mas o aceitável esquema encontrado pela realização constitui, ao mesmo tempo, uma das fragilidades dos seus próprios objectivos: a narração com que a jovem Marelle acompanha a evolução das imagens é recheada de comentários por vezes demasiado ingénuos ou expressos com uma indignação que (embora justa) se revela frustrante na sua impotência face às esperadas barreiras do silêncio e da hipocrisia, o que acaba por ser desmobilizador em relação ao empenhamento solidário do próprio espectador. Até mesmo a ideia que presidiu à concepção do documentário de fazer Marelle participar activamente das entrevistas aos protagonistas directos ou indirectos dos acontecimentos veio, em certos momentos, contraditoriamente diminuir a credibilidade das respostas - já que o espectador se identificaria mais facilmente com um entrevistador que não fosse «parte interessada», por assim dizer, no apuramento da verdade.

Mesmo assim, apesar destas reservas, dois momentos altos podem destacar-se neste documentário: no âmbito dos testemunhos pessoais, a franca e aberta confissão de cobardia por parte do então Primeiro-Ministro neozelandês face à chantagem (assim por ele qualificada com todas as letras) por parte do Governo francês a propósito das represálias económicas contra a Nova Zelândia; no domínio da construção cinematográfica, a atmosfera de quase-«thriller» com que o realizador «encenou» (embora, mesmo assim, de forma não inteiramente assumida) a investigação a par e passo do sinuoso trajecto dos agentes secretos franceses.

## Dois séries notáveis esmagadas pela concorrência

Já chegados a segunda-feira e ao feriado de terça-feira de Carnaval - e, portanto, com pouquíssimo tempo antes do fecho do jornal para ali-

nhavar mais do que meia dúzia de recados sobre o interesse de que se revestem - voltámos a reconciliarmos, primeiro, com o regresso da tradicional «qualidade BBC» que transparece na nova série «Martin Chuzzlewit» e, depois, com a autêntica e moderna novidade do desenho telecinematográfico, flagrante em «Fallen Angels» que nos vem dos EUA, e que nada tem a ver com os hoje frequentes artificialismos e habilidades da estética publicitária, generalizadas aos produtos do género. Em ambos os casos, trata-se de «mini-séries» recentíssimas (1995) de seis episódios cada. Mas apenas neste aspecto se assemelham.

«Martin Chuzzlewit» é uma adaptação clássica para televisão do romance homónimo de Charles Dickens e o seu interesse revela-se com maior incidência na fiel reconstituição de época, na hábil transposição para os diálogos da corrosiva crítica social do autor, mas também no humor, na ironia e no agudo espírito de observação do escritor acerca da sociedade do seu tempo que transparecem tanto nas composições dos principais intérpretes - com especial destaque para os espantosos Paul Scofield, Tom Wilkinson ou Ben Walden - como na encenação do realizador Peter James. Memoráveis, neste primeiro episódio, foram por exemplo a cena da reunião dos familiares do velho Chuzzlewit (uma série de «abutres» à espera da herança, numa galeria de retratos desenhados à boa maneira de Dickens) ou toda a sequência em que Seth Pecksniff se insinua junto do jovem Martin nos comentários e observações que faz enquanto lhe mostra a casa onde vai coabitar.

Com a chancela prestigiada de Sidney Pollack na produção, a série «Fallen Angels» / «24 Horas para a Morte», pelo seu lado, é uma excelente amostragem da melhor ficção televisiva norte-americana actual e, sob este título genérico, agrupam-se seis episódios individualizados, seis histórias

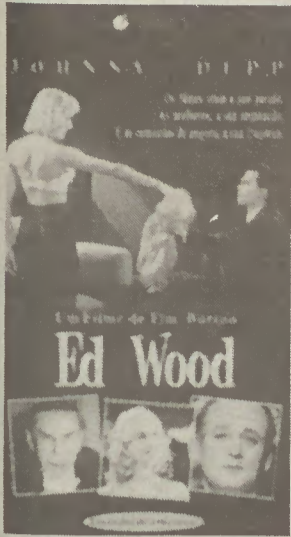
diferentes com a duração de 45 minutos cada, dirigidas por outros tantos realizadores. O primeiro destes foi Phil Joanou (um jovem realizador já conhecido pela sua participação na série «Amazing Stories», de Spielberg, no documentarismo televisivo e no cinema de ficção para as grandes salas) que encenou com grande invenção e brilhantismo uma história de crime e amores desencontrados intitulada «Dead-End for Delia», em que o tratamento deliberadamente artificial dos cenários e da fotografia, jogando com as tonalidades a preto-e-branco, sépia e cor, afastaram o espectador do ambiente da narrativa de reprodução realista pura e dura. A este realizador se seguirão nomes como os de Tom Cruise, Alfonso Cuarón, Tom Hanks, Jonathan Kaplan e Steven Soderbergh.

O que não se percebe é porque séries de televisão com a qualidade destas passam como que escondidas e envergonhadas na TV2 - no fundo desperdiçadas, porque esmagadas pela concorrência «desleal» dos telejornais ou das telenovelas - e porque é que passámos (e continuamos!) a estar proibidos de as ver, por exemplo, no «horário nobre» do Canal 1?

Mistérios que o futuro porventura se encarregará de esclarecer...

ESCAPARATE

VIDEOS



Um cineasta desajeitado

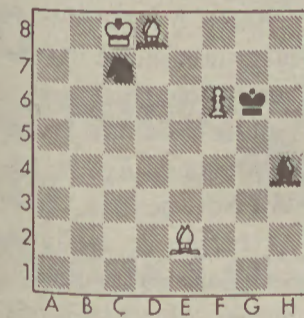
«Ed Wood» (EUA/1994). Real.: Tim Burton. Int.: Johnny Depp, Martin Landau, Patricia Arquette. Cor / PB, 120 min. Edição: Filmayer - Alfa.

Não deixa de ser curioso que um dos melhores filmes de 94 - ainda há pouco recordado no Fantasporto deste ano - tenha como fonte de inspiração a figura de um dos piores realizadores de cinema de que há memória. Referimo-nos a Ed Wood cuja megalómana e desastrada carreira o cineasta Tim Burton veio recordar no seu irresistível filme homónimo e que tem como intérpretes excepcionais Johnny Depp (actor carismático de Burton) e Martin Landau, de novo num excelente papel, desta vez na figura de Bela Lugosi. Um vídeo de boa qualidade, em alu-

XADREZ

DXLVIII - 22 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X010 Por: JINDRICH FRITZ Svobodné Slovo, 1951

Pr.: [3]: Cc7 - Bh4 - Rg6 Br.: [4]: Pf6 - Bs. d8, e2 - Rç8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVIII

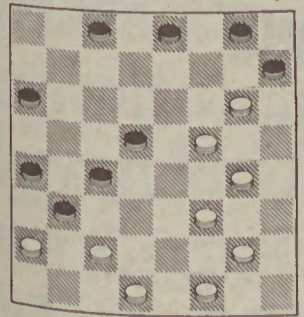
e.g. Sc. 2. m. Cds. f2. Rç7. 3. Bg4. Rç6. 4. Bg3 e.g. Pr.: [9]: 12-15-16-19-24-25-29-30-31 Br.: [9]: 2-3-5-7-8-10-13-18-21

DAMAS

DXLVII - 22 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D010 Por: Dr. ORLANDO AUGUSTO LOPES Lisboa, 1951

Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe

Pr.: [9]: 12-15-16-19-24-25-29-30-31 Br.: [9]: 2-3-5-7-8-10-13-18-21



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVII

Pr.: [9]: 12-15-16-19-24-25-29-30-31 Br.: [9]: 2-3-5-7-8-10-13-18-21

DISCOS

Movimento Perpétuo

«Movimento Perpétuo» de Carlos Paredes, edição EMI-Valentim de Carvalho em 1983, edição em CD de 1988.

Na última semana, Carlos Paredes fez anos. A melhor forma de comemorar o seu aniversário é ouvir a sua música. Da discografia disponível

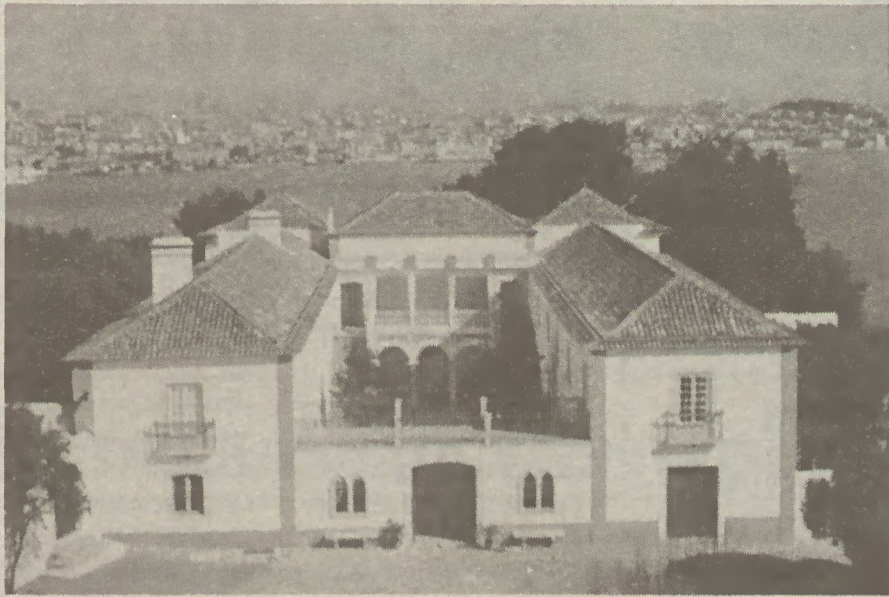


nas discotecas a nossa preferência vai para «Movimento Perpétuo», o disco onde, na nossa opinião, os músicos que o acompanham melhor «respiram» com Paredes e aquele onde estão registadas as melhores composições do músico. Na viola está Fernando Alvim e, em «Mudar de Vida» surge a flauta de Tiago Velez. Juntamente com a música ainda se pode ler um texto do próprio Paredes que explica como a liberdade de execução está intrinsecamente associada à interpretação da guitarra portuguesa. Se já tem o disco, relembre-o.

Melodias de sempre

Chet Baker / «The Legacy» (Vol. 1). Gravação: 14.11.87, Hamburgo. Enja - ENJ-9021-2. Duração: 52' 55".

Primeiro volume de uma série de edições inéditas por um dos



«O Desejo do Desenho» é o título de uma exposição que inaugura, na Casa da Cerca em Almada, um ciclo de exposições temáticas dedicadas ao desenho e que se pretende seja uma mostra com uma abordagem ampla e aberta da utilização desta técnica pelos artistas portugueses.

«O Desejo do Desenho» divide-se em três grupos temáticos: A Revelação, a Medida e a Paixão. Álvaro Lapa, Ana Hatherly, Ângelo de Sousa, António Areal, António Sena, Fernando Calhau, Helena de Almeida, João Vieira, Jorge Martins, Jorge Pinheiro, José Moga, José Rodrigues, Júlio Pomar, Manuel Baptista, Pedro Cabrita Reis, Pedro Cala-

pez, Pedro Chorão, Rogério Ribeiro, Rui Sanches e Sá Nogueira são os desenhadores representados. Acrescentam-se ainda esculturas de Rui Chafes.

A exposição pretende rever os fundamentos do desenho moderno a partir de especulações formais e teóricas desenvolvidas pelos artistas durante o Renascimento e percorre, tematicamente, o seu caminho até ao desenho contemporâneo, representado pelos artistas acima indicados.

O horário é de terça a sexta, das 10 às 18 horas, sábados e domingos das 13 às 18 horas. A Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea é na Rua da Cerca, 2, em Almada e tem o telefone 2748222.

mais geniais músicos brancos de todo o Jazz, esta gravação foi realizada durante um concerto público na Alemanha, seis meses antes do seu trágico desaparecimento. Aqui, a sonoridade inconfundível e a arte

de melodista e improvisador de Chet Baker emergem de forma sublime do perfeito fundo orquestral da Big Band da Norddeuts-

cher Rundfunk. O reportório é de primeira água. A gravação impecável. As saudades imensas. Imprescindível.



TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. ENFERMEIRA AO DOMICÍLIO, de Miguel Milhura, encenação de Fernando Gomes. Sala Estúdio - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: Lobo-Wolf, de Abel Neves e Therese Collins, encenação de Steve Jonhstone (Estreia hoje, 5ª feira).

CONVENTO DOS INGLESINHOS

Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANO, encenação de Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

ESTRELA 60

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. MÃO CHEIA DE NADA, de Irene Lisboa, encenação de João Brites (até fim de Fevereiro).

ESTRELA HALL

Lisboa, R. da Estrela, 10. Tel. 3961946. De 4ª a sáb. às 21.30. CAMINO REAL, de Tennessee Williams, encenação de Jerry Pope, pelos Lisbon Players.

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa).

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. SPLENDID'S, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO ESTÚDIO DE MASSARELOS

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30. NÃO MATEM O MANDARIM, adaptação do texto de Eça de Queiroz, encenação de José Leitão, pelo Teatro Art'Imagem.

TEATRO GARCIA DE RESENDE

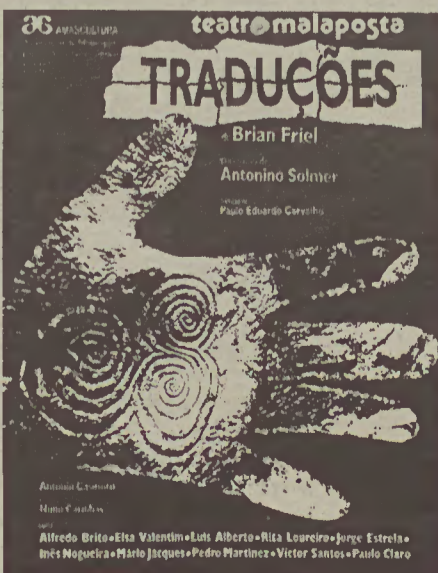
Évora. Tel. (066) 23112. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 15.30. NA COMPANHIA DOS HOMENS, de Edward Bond, encenação de Luís Varela, pelo Centro Dramático de Évora.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contréiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00: SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu (até 25 de Fevereiro). - Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. AS TROIANAS, de Eurípides/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 3ª a 6ª às 18.30, sáb. 15.30. CARTA A UMA FILHA, de Arnold Webster, encenação de Manuel Cintra, com Guida Rainho.

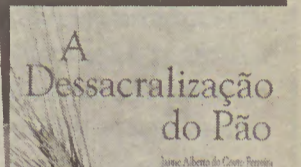
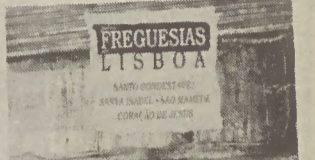


Próximo espectáculo da «Malaposta»

LIVROS

Freguesias de Lisboa

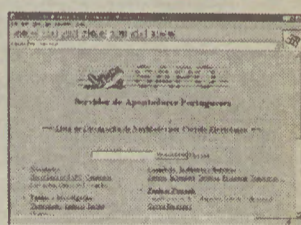
Hoje não há ficção. Porque nos chegaram entretanto alguns livros interessantes sobre coisas mais concretas. Por exemplo este, editado pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, com a colaboração do Metropolitano. Chama-se «Pelos Freguesias de Lisboa», respecta às freguesias do Santo Condestável, Santa Isabel, São Mamede e Coração de Jesus, e propõe um itinerário, de Campo de Ourique à Avenida, fornecendo dados sobre o espaço, a caracterização económico-social, a História, o património e as instituições. Numa bela edição ilustrada com fotografias dos cantos e recantos, velhos e renovados, para os estudiosos e os simplesmente curiosos.



A Dessacralização do Pão

O pão não é apenas um alimento. Pelo facto de se-lo, já é história. E este livro de Jaime Alberto do Couto Ferreira, publicado pela Campo das Letras, apresenta-se como "um estudo exaustivo sobre esta importante temática da história económica e social portuguesa". A obra analisa as "Políticas de Abastecimento no Antigo Regime: do Concelho ao Estado Iluminista". O autor investigou o tema em simultaneidade com o seu trabalho de docência da cadeira de História Económica e Social na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de que é actualmente Presidente do respectivo Conselho Directivo.

INTERNET



Uma interessante ferramenta de pesquisa

Para quem desde há alguns meses viaja pela «rede», não deixa de ser surpreendente o aumento vertiginoso que, em pouco tempo, se tem verificado no número de «páginas» com origem em Portugal. Para se ter uma ideia desse aumento - e também da diversidade das temáticas abordadas - é fundamental uma visita à URL do SAPO, abreviatura para «Serviço de Apontadores Portugueses» criado pelo Serviço de Informática da Universidade de Aveiro e que proporciona numerosas «ligações» a variadíssimas páginas subordinadas a temas como Ensino e Investigação, Comunicação Social, Comércio, Indústria e Serviços, Sociedade e Cultura, sem esquecer dezenas e dezenas de páginas pessoais. O endereço do SAPO, que merece sem dúvida uma produtiva e movimentada visita, é <http://sapo.ua.pt/>.

## ÚLTIMAS

# A TALHE DE FOICE

## Branco, mais branco...

Sem dúvida influenciados por uns anúncios muito originais que por aí andam a ensinar às pessoas que não há nódoa que resista nem sujidade que sobreviva às excelências do detergente X, o PSD e os dez anos de cavaquismo foram à barreira com o evidente fito de se apresentarem na praça pública não só de cara mas também de alma lavada, que é como quem diz sem sombra de pecado, sabendo-se como se sabe que no melhor pano cai a nódoa, quem nunca tenha prevaricado que atire a primeira pedra, não é no errar que está o mal, o mal é não reconhecer ter-se errado e não ter a humildade de bater no peito, mea culpa, mea culpa, nem que seja à hora da morte o perdão é certo quando o arrependimento ocorre no último lampejo do espírito. Não se quer dizer com isto que o PSD esteja a bater as botas, não senhor, quem somos nós para julgar da força vital dos outros, o que se pretende é dar o devido valor a quem, estrebuchando em privadas agonias, ainda tem força para vir à janela, uma forma de dizer, que mais são os jornais senão ventanas para o mundo, estender o rol das suas faltas, e tantas foram, em dez anos de pecados mortais, sabe-se agora, ele foi a ira, a inveja, a soberba, a intolerância, a estupidez, a mentira, se nem todos matam a verdade é que moem, moem, em sendo tempo de eleições então é o que já se viu. Dir-se-á que mais acertado seria falar de confissão do que de barreira, mais a mais conotada com anúncios de televisão, mas o que é o senhor Luís Filipe Menezes a menos que aquela simpática senhora a braços com as nódoas dos piqueniques, não me dirão?, ou do que o outro senhor de bata branca que troca nódoas por notas, que não lava mas acrescenta, entre branco e banco vai um carácter de diferença, já o mesmo não se dirá de confissão e barreira, mas as coisas são mesmo assim, onde menos se espera é que se encontram afinidades. Por isso mesmo é que o senhor Filipe Menezes, que já não está no governo, que já não quer combater os espanhóis, que já não se entende no PSD, que já nem se lembra do que andou a dizer e a escrever anos a fio, que ainda não conseguiu ser chefe do PSD, merece a maior admiração por vir confessar que estava tudo mal o que antes estava tudo bem, que a estratégia e a tática, a teoria e a prática, tão bem defendidas e fundamentadas ontem são hoje reconhecidamente rejeitadas, que as preclaras cabeças bem pensantes, entre as quais inclui a própria, estavam redondamente enganadas, e que este haraquiri da política e dos políticos do PSD que a levaram a cabo há-de frutificar numa espécie de Fénix renascida. A importância do acontecimento, ofuscada pela vitória dos preservativos, a história interminável de Carlos Queirós, a moção de estratégia de Marcelo Rebelo de Sousa, as tricas políticas para decidir quem há-de ir primeiro à Bósnia, a lei da rolha imposta pelo ministro João Cravinho, o rescaldamento do assalto à TSF pelo intrépido Rangel, as especulações sobre a virgindade de Salazar, a cruzada dos boys, exige a mais profunda reflexão. A quadra nem podia ser mais adequada, depois de domingo gordo, quarta-feira de cinzas, e a Páscoa, pelo menos para o PSD e a avaliar pela imensidão da barreira, ainda vem longe.

■ AF

## Mineiros de Aljustrel em Lisboa dia 6

Reivindicando a reabertura da mina de Aljustrel, o Sindicato dos Mineiros marcou uma acção de luta para 6 de Março, em Lisboa.

Judicialmente viável e com 58 milhões de toneladas de recursos em zinco, há razões e condições para a mina laborar, segundo os trabalhadores, a população, a comissão de trabalhadores e os representantes autárquicos e sindicais.

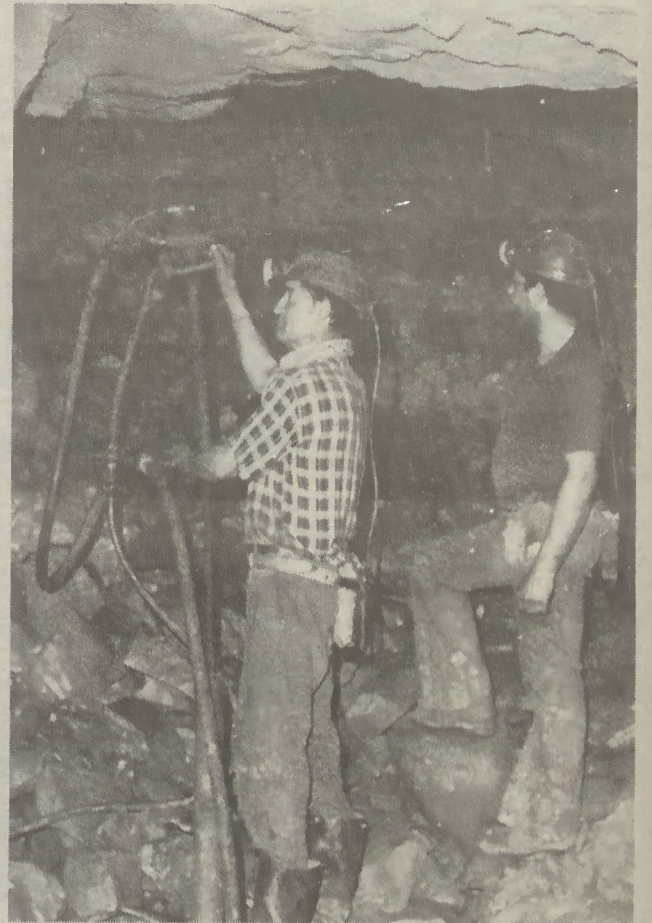
Depois do pessoal ter aceite um projecto apresentado como tendo 99 por cento de viabilidade e que continha as condições para que o PEDIP e a Banca fornecessem os financiamentos, os ensaios concentrados da mina ultrapassaram já as metas.

O Governo afirma que o país não comporta os «grandes» prejuízos com a laboração da mina. «O actual ministro da Economia diz que o novo PEDIP vai dar

especial atenção à «competitividade e internacionalização, criação de emprego e valor acrescentado e valorização da produção nacional». Em tudo isso cabe Aljustrel e a sua mina, se houver vontade política do Governo para tomar as suas decisões pelos interesses das populações, do país e da região e não subordiná-las a outros, a contento das multinacionais», defendem os mineiros.

Por isso, exigem que o Executivo reúna com os quadros técnicos da empresa para analisar todos os dados que comprovam a viabilização e respeite os compromissos assumidos com os trabalhadores.

Os mineiros de Aljustrel vêm a Lisboa reclamar a abertura da mina



## João Amaral critica Inspeção do Trabalho

O deputado comunista João Amaral anunciou no Porto, na segunda-feira, que irá apresentar um requerimento na Assembleia da República sobre a «lentidão e ineficácia» da Inspeção-Geral do Trabalho.

Esta declaração foi feita depois de se ter reunido com dirigentes sindicais da Siderurgia Nacional, na Maia, em que se alertou para o

facto de existir a pretensão por parte da nova administração de «acabar com as categorias profissionais, os enquadramentos e níveis salariais, des-

pedir 60 trabalhadores e mudar unilateralmente os horários de trabalho e as funções dos funcionários». João Amaral encanou como válida a suspeita de que os proprietários daquela empresa pretendem limitar a produção da siderurgia à aciaria, remetendo a laminagem

para uma fábrica espanhola, e sublinhou a importância do comportamento dos trabalhadores da Sopete, que se manifestaram contra a suspensão de 16 colegas do Casino da Póvoa do Varzim, «levando a administração a recuar».

Antes, o deputado comunista manteve um encontro com pescadores e comissões sindicais de empresas da Aguda, em Vila Nova de Gaia, com o objectivo de ajudar à resolução dos seus problemas. Alundido às três mortes que se verificaram no ano passado no mar devido à falta de segurança, João Amaral defendeu a necessidade de definir uma nova política na pesca artesanal, bem como a construção de um esporão.

## Jovens de hoje

Dez por cento dos jovens do concelho de Loures já experimentou drogas pesadas e 30 por cento já experimentou «charros», revela um estudo encomendado pela Câmara Municipal, cujos resultados foram editados em livro intitulado «Jovens de Hoje e Aqui».

O estudo, encomendado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, resultou de um inquérito a 1.400 jovens do concelho de Loures, entre os 14 e os 29 anos, e revela que os proble-

mas mais preocupantes para a juventude local são a SIDA (63 por cento), o desemprego (46 por cento), a toxicodpendência (38 por cento) e a habitação e segurança (34 por cento).

Em termos sexuais, a primeira relação ocorre, predominantemente, entre os 16 e os 17 anos; ainda neste âmbito, os jovens gostariam de poder contar com um maior acompanhamento dos pais, e em especial da mãe. Enquanto estudantes, os jovens inquiridos dizem valorizar as relações de amizade e convívio.

## O aniversário do «Avante!»

Por ocasião do aniversário do nosso jornal, cujas comemorações continuam com variadas iniciativas a nível partidário, recebemos de alguns órgãos de imprensa saudações que agradecemos. Agradecemos também a atenção que, a pretexto dos 65 anos do «Avante!», alguns órgãos da

Cómunicação Social – jornais, rádios e televisão – dedicaram ao passado e ao presente do órgão central do PCP.



No concelho de Loures, a SIDA e o desemprego preocupam os jovens

